

Universidade Federal de Mato Grosso
Instituto de Educação
Programa de Pós-graduação em Educação
Área de concentração: Educação, Cultura e Sociedade
Linha de Pesquisa: Educação e Meio Ambiente
Grupo Pesquisador em Educação Ambiental - GPEA

VIAGENS AO MUNDO DOS SERINGUEIROS PELO ITINERÁRIO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Michelle Tatiane Jaber da Silva



Cuiabá-MT
2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MICHELLE TATIANE JABER DA SILVA

VIAGENS AO MUNDO DOS SERINGUEIROS PELO ITINERÁRIO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, do Instituto de Educação da Universidade Federal do Mato Grosso, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de mestre em Educação, na linha de pesquisa em Educação e Meio Ambiente.

Orientadora: Prof. Dra. Michèle Sato

Cuiabá-MT
2007

© Michelle Tatiane Jaber da Silva, 2007.

É permitida a reprodução total ou parcial desta obra, desde que citada a fonte.

| | |
|-------|---|
| S586v | Silva, Michelle Tatiane Jaber da Viagens ao mundo dos seringueiros pelo itinerário da educação ambiental. Cuiabá: UFMT/Instituto de Educação, 2007. 147 p. : il. color. Bibliografia: p. 115-123. Anexos: p. 124-147. Orientadora: Prof. ^a Dr. ^a Michèle Sato Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Mato Grosso. Instituto de Educação. Programa de Pós-graduação em Educação. Linha de pesquisa em Educação e Meio Ambiente. CDU-37:504 |
|-------|---|

Índice para Catálogo Sistemático

1. Educação Ambiental
2. Amazônia e Seringueiros
3. Conflitos Ambientais



Universidade
Federal de
Mato Grosso

Programa de Pós-Graduação em Educação

DISSERTAÇÃO APRESENTADA À COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UFMT

MICHELLE TATIANE JABER DA SILVA

Prof. Dr. Aloisio Ruscheinsky
Examinador Externo (UNISINOS)

Prof. Dr. Luiz Augusto Passos
Examinador Interno (UFMT)

Profa. Dra. Michèle Tomoko Sato
Orientadora (UFMT)

Cuiabá, 19 de março de 2007.



DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado à vida.

À vida de meus familiares, em especial da minha **mãe**, uma mulher guerreira, que com muito amor sempre me incentivou e acompanhou todas as etapas da minha vida.

À vida dos homens e mulheres de Guariba, com quem aprendi a lutar por uma causa que é de todos nós: A vida da floresta amazônica.



Foto: R. Silva



AGRADECIMENTO ESPECIAL



À minha orientadora,
MICHÈLE SATO, pelos
ensinamentos compartilhados,
pelo carinho, respeito e
amizade constante na minha
trajetória acadêmica e na vida.
Que como o pássaro Uirapuru,
ecoa cantos de esperanças e
felicidades pelo mundo.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é fruto de uma rede tecida ao longo de anos e, quem sabe até, de uma vida inteira de opções, influências e aprendizagens, pois nada está ou existe no universo isoladamente. Por isso agradeço as muitas pessoas que caminharam comigo e influenciaram em minhas escolhas.

Grata a todos os homens, mulheres, jovens e crianças de Guariba, em especial às pessoas entrevistadas que tanto contribuíram para a realização deste trabalho.

Agradeço mais uma vez a minha amiga/orientadora Michèle, pela sensibilidade humana, pelo companheirismo de luta, de ensinamentos e de festas.

A toda minha família, em especial a minha mãe pelo exemplo de vida, a minha vó, Kelly, Gabriel e Jamalzinho pela partilha, paciência e torcida nestep caminho escolhido.

Aos membros da Banca Examinadora, Prof. Dr. Aloísio Ruscheinsky, a Profa. Dra. Maria Aparecida Morgado e especialmente ao Prof. Dr. Luiz Augusto Passos pelas valiosas contribuições e também pela grande admiração que me despertam.

A Universidade Federal de Mato Grosso e ao Programa de Pós-graduação em Educação, com carinhos à Luiza e Mariana, pela disponibilidade em auxiliar sempre. A todos os professores e professoras do mestrado, pelas contribuições e debates. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio.

Ao Projeto Biodiesel Guariba e a Eletronorte pela oportunidade e apoio financeiro, imprescindível à realização deste trabalho. E um especial agradecimento ao professor Rodrigo Aleixo, pelos conhecimentos compartilhados com a 'turma' e também à Josi, sempre atenciosa e disposta a ajudar.

Ao pessoal do mestrado e do Grupo Pesquisador em Educação Ambiental (GPEA), pela amizade, trocas, discussões e debates que muito contribuíram com este trabalho. Em especial, a Artema, Aline, Débora, Dolores, Imara, Ilsa, Jônia, Lina, Lika, Rejane, Ronaldo, Robertinha, Ruthinha, Samuka e Soninha e a todos os amigos da UFMT sempre presentes em meu coração.

Aos amigos e amigas inesquecíveis e tão fundamentais em minha existência.

A Regina Silva, um agradecimento especial pela escuta atenta e interlocução quando me assolavam as dúvidas, e também pela presença amiga e generosa em minha vida.

Aos militantes da Rede Mato-grossense de Educação Ambiental (REMTEA), espaço de sonhos e de lutas por um mundo melhor.

Os meus sinceros agradecimentos, a todas as pessoas que porventura tenha esquecido e que contribuíram para essa caminhada, que apenas se inicia rumo a horizontes mais amplos e indefinidos.

Por último, porém primeiro nas prioridades, agradeço a Deus e a espiritualidade amiga, pela oportunidade de estar viva.

ELOGIO À DIALÉTICA

Bertolt Brecht

*A injustiça passeia pelas ruas a passos largos.
Os dominadores fazem planos para dez mil anos.
Só a força os garante, e
Dizem que tudo ficará como está.*

*Nenhuma voz se levanta além da voz dos dominadores.
No mercado da exploração se diz em voz alta:
Este é apenas o começo
Entre os oprimidos, muitos dizem:
Jamais se realizará o que queremos*

*O que ainda vive nunca diga jamais
O seguro não é seguro.
Nada ficará como está.
Quando os dominadores falarem,
falarão também os dominados.
Quem se atreve a dizer jamais?*

*De quem depende a
continuação desse domínio
Senão de nós?
De quem depende a sua destruição?
Igualmente de nós.*

*Os caídos que se levantem
Os que estão perdidos que lutem
Como pode calar-se
quem conhece a situação?*

*Os vencidos de hoje serão
os vencedores de amanhã,
E um novo "hoje"
nascerá do "jamais".*

RESUMO

O destino privilegiado de nossa pesquisa é a Amazônia, a maior floresta tropical do mundo. Na imensidão da floresta, nosso itinerário é a comunidade de Guariba, localizada no extremo noroeste de Mato Grosso. Uma pequena região amazônica habitada por uma miscigenação de etnias e grupos sociais - seringueiros, índios, moradores da vila, pequenos e grandes produtores rurais, pecuaristas e madeireiros - povos que são protagonistas de grandes conflitos ambientais, caracterizados fortemente pelas disputas de terras. Nessa rica diversidade, nosso olhar se direciona exclusivamente aos seringueiros e seringueiras da Reserva Extrativista Guariba & Roosevelt, sobretudo os que habitam as margens do rio Guariba, buscando conhecer as dinâmicas que pulsam nesta comunidade: seus hábitos, suas histórias e seus modos de vida. Inscritos na fenomenologia, desejamos compreender as percepções desses seringueiros em relação aos conflitos ambientais da região e suas consequências, ouvindo deles, como a educação ambiental pode colaborar para mudar a situação de injustiças ambientais em que vivem. Entendemos a educação ambiental como um processo permanente de aprendizagem, valorizando as diversas formas de conhecimento, impulsionada nas lutas políticas por justiça ambiental, proteção ecológica e democracia. Nosso contato com a comunidade, vem através do Projeto Biodiesel Guariba, que é parte do programa “Luz para todos” do governo federal e se realiza através de um convênio entre a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e a Eletronorte, o projeto promove a geração de energia com oleaginosas, desejando ir muito além da geração de eletricidade, buscando gerar a transformação social desejada para a comunidade de Guariba.

Palavras-chave: Educação ambiental, Conflitos ambientais, Amazônia e Seringueiros.



ABSTRACT

The privileged destination of our research is the Amazon, the biggest tropical forest of the world. In the complexity of the forest, our itinerary is the community of Guariba, located in the extreme northwest of Mato Grosso. A small Amazon region inhabited by a miscegenation of ethnics and social groups - rubber men, Indigenous people, inhabitants of village, small e great producing agricultural, cattle and timber peoples who are protagonists of great environmental conflicts, characterized strong for the land disputes. In this rich diversity, our look if exclusively directs to the rubber men and women of the Guariba and Roosevelt Extractives Reserve, over all the ones that inhabit the edges of the river Guariba, searching to know the dynamic that beat in this community: its habits, its histories and its ways of life. Enrolled in the phenomenology, we desire to understand the perceptions of these rubber people in relation to the environmental conflicts of the e region its consequences, hearing of them, as how the environmental education can collaborate to change the situation of environmental injustices where they live. We understand environmental education like a permanent learning process, valuing different kind of knowledge, boost in politic fights by environmental justice, ecologic protection and democracy. Our contact with the community, comes through the Project Biodiesel Guariba, that are part of the program "Light for all" of the federal government and if it carries through an accord enters the Federal University of Mato Grosso (UFMT) and the Eletronorte, the project promotes the generation of energy with oil seeds desiring to very go beyond the electricity generation, searching to generate the desired social transformation for the community of Guariba.

Key Words: Environmental education, Environmental conflicts, Amazon Rubber men.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | | |
|-----------|---|--------|
| Figura 01 | Mobilização para alistamento dos soldados da borracha | p. 26 |
| Figura 02 | Amazônia Legal Brasileira | p. 32 |
| Figura 03 | Desmatamento no noroeste do estado de Mato Grosso | p. 35 |
| Figura 04 | Vila de Guariba | p. 55 |
| Figura 05 | Temporalidade de Guariba | p. 56 |
| Figura 06 | Escola de Guariba | p. 59 |
| Figura 07 | Entrega de livros | p. 62 |
| Figura 08 | Região de Guariba | p. 65 |
| Figura 09 | Atividades seringueiras | p. 67 |
| Figura 10 | Esquemas das estradas de seringa | p. 69 |
| Figura 11 | Estradas de acesso Cuiabá/Guariba | p. 87 |
| Figura 12 | Desmatamento antes e depois da chegada das madeiras | p. 98 |
| Figura 13 | Taxa de desmatamento nos estados da Amazônia Legal | p. 99 |
| Figura 14 | Fronteira madeira | p. 100 |

LISTA DE TABELAS

| | | |
|-----------|--------------------|-------|
| Tabela 01 | Escolas de Guariba | p. 58 |
|-----------|--------------------|-------|

LISTA DE ABREVIATURAS

| | |
|-----------|--|
| ASGR | Associação dos Seringueiros do Guariba Roosevelt |
| CEMAT | Centrais Elétricas Mato-grossenses |
| CODEMAT | Coordenação de Desenvolvimento de Mato Grosso |
| CNS | Conselho nacional dos seringueiros |
| CNPT | Coordenação nacional de populações tradicionais |
| DS | Desenvolvimento sustentável |
| EA | Educação Ambiental |
| EDS | Educação para o Desenvolvimento Sustentável |
| FASE | Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional |
| FEMA | Fundação Estadual de Meio Ambiente |
| FRM | Fundação Roberto Marinho |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| GEE | Gases do efeito estufa |
| GEF | Global Environment Facility |
| GERA | Centro de Estudos e Pesquisas no Pantanal, Amazônia e Cerrado |
| GPEA | Grupo Pesquisador de Educação Ambiental |
| IBAMA | Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IEA | Instituto de Estudos Amazônicos |
| IMAZON | Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia |
| JA | Justiça Ambiental |
| MAB | Movimento dos atingidos por barragem |
| MMA | Ministério do Meio Ambiente |
| MT | Mato Grosso |
| NEAD | Núcleo de Educação Aberta e a Distância |
| ONG | Organizações Não Governamentais |
| PAEC | Projetos ambientais escolares comunitários |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PNUD | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento |
| RBJA | Rede Brasileira de Justiça Ambiental |
| PREA | Projeto de Educação Ambiental |
| REMTEA | Rede Mato-grossense de Educação Ambiental |
| RESEX | Reserva Extrativista |
| RESEX G&R | Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt |
| SEDUC | Secretaria de Estado de Educação |
| SEMA | Secretaria de Estado de Meio Ambiente |
| SEMTA | Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia |
| UFMT | Universidade Federal de Mato Grosso |
| UNESCO | United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| Resumo | ix |
| Abstract | x |
| Lista de ilustrações..... | xi |
| Lista de abreviaturas..... | xii |
| Capítulo 1 - Sendas Amazônicas | 14 |
| Capítulo 2 - Viagem literária no universo amazônico | 22 |
| 2.1 Aventura dos povos da floresta..... | 23 |
| 2.2 Movimentos por Justiça Ambiental..... | 36 |
| 2.3 O Vasto Mundo da Educação Ambiental | 42 |
| Capítulo 3 - Comunidade de destino | 52 |
| 3.1 Guariba, o destino de nossa viagem | 53 |
| 3.2 Escolas em Guariba..... | 58 |
| 3.3 Processos Formativos nas escolas de Guariba | 60 |
| 3.4 Nos labirintos dos seringais – territórios e temporalidades dos seringueiros de Guariba | 63 |
| 3.5 Sustentabilidade das reservas extrativistas..... | 74 |
| 3.6 Educação na Reserva Extrativista Guariba & Roosevelt..... | 77 |
| Capítulo 4 - Trajetórias metodológicas | 81 |
| 4.1 Travessias..... | 82 |
| 4.2 Caminhos percorridos | 87 |
| Capítulo 5 - Universos Amazônicos nos olhares fenomenológicos | 90 |
| 5.1 Paisagens Conflitantes | 91 |
| 5.2 Impactos ambientais: exemplos de injustiças ambientais..... | 96 |
| 5.3 Educação Ambiental enveredando os seringais de Guariba..... | 105 |
| 5.4 Uma viagem interminável | 110 |
| Universos literários | 115 |
| Webliografia..... | 122 |
| Anexos | 124 |

CAPÍTULO 1

SENDAS AMAZÔNICAS



“Toda viagem destina-se a ultrapassar fronteiras, tanto dissolvendo-as como recriando-as. Ao mesmo tempo que demarca diferenças, singularidades ou alteridades, demarca semelhanças, continuidades, ressonâncias. Tanto espaço e no tempo um eu nômade, reconhecendo as diversidades e tecendo as continuidades”.

(Metáfora da Viagem - IANNI, 1996)

Iniciamos o primeiro capítulo desta pesquisa com as palavras de Otávio Ianni (1996, p. 03), no texto *A metáfora da viagem*, uma viagem que destina a “ultrapassar fronteiras, tanto dissolvendo-as como recriando-as. Ao mesmo tempo demarca diferenças, singularidades ou alteridades, demarca semelhanças, continuidades, ressonâncias”. Escolhemos estas palavras por também desejarmos ultrapassar fronteiras e, além disso, levar conosco o leitor e a leitora a uma viagem prazerosa e conflituosa ao universo dos seringueiros de Guariba. As fronteiras de que trata Ianni, tanto podem ser um deslocamento geográfico e temporal, quanto puramente sensoriais ou sentimentais, proporcionando ao viajante novas leituras de mundo.

O destino que escolhemos para esta viagem é a Amazônia, a maior floresta tropical do mundo, com mais espécies animais e vegetais do que qualquer outra floresta. A Amazônia das águas, das lendas, dos mitos, dos povos da floresta, da biodiversidade, da pluriculturalidade, dos saberes e dos sabores, que tem sido intensamente debatida nacional e internacionalmente, devido a sua importância em termos ambientais, culturais, sociais e econômicos. Esse tesouro biosférico não nasceu pronto e acabado, é fruto de um longo processo dinâmico e vivo de evolução natural. Inúmeras projeções indicam que as florestas tropicais, apesar de ocuparem apenas cerca de 7% da superfície do planeta, devem concentrar cerca de 60% do total das espécies de vida nele existentes (PÁDUA, 2002).

Neste vasto universo amazônico, direcionamos nosso olhar ao mundo dos seringueiros¹, habitantes das margens do rio Guariba, região noroeste do estado de Mato Grosso. Estes seringueiros habitam a Reserva Extrativista Guariba & Roosevelt (Resex G&R), a única reserva extrativista do estado, são filhos ou netos dos soldados da borracha e mantêm acesa a luta pela cultura do extrativismo.

As histórias dos seringais de Guariba não diferenciam do restante da Amazônia: muitos conflitos, lutas e re-existência. Muitos fatos históricos, econômicos e sociais levaram estas pessoas para os seringais da Amazônia. Os chamados soldados da borracha foram homens e mulheres que durante a 2ª. Guerra mundial migraram para

¹ Apesar de reconhecermos o caráter sexista da língua portuguesa, que dá ao plural o gênero masculino, fazemos seu uso para manter-nos no âmbito da norma culta. Esse é um limite desse texto.

a Amazônia para extrair o látex da seringueira, movidos por muitas promessas que jamais foram cumpridas. Algumas dessas pessoas voltaram para suas cidades de origem, mas a grande maioria continuou na floresta lutando por sua sobrevivência.

Em Guariba, durante muitos anos os habitantes foram seringueiros e povos indígenas, entretanto, este cenário começou a se transformar na década de 80, com a criação do assentamento rural Filinto Muller, que trouxe para região um grande grupo de pequenos agricultores. Essas pessoas fazem parte do processo migratório incentivado na época a ocupar a Amazônia, sem nenhum planejamento e condições básicas de viver.

A migração na região intensificou devido à abertura da estrada MT 206 que liga o estado de Mato Grosso (MT) ao estado de Rondônia e Amazonas. Com esta estrada, a região ficou mais vulnerável, facilitando as invasões de terras e a ocupação das áreas pelos latifundiários. Os madeireiros começaram a movimentar a região, devido a grande disponibilidade de madeiras de valor e a falta de fiscalização dos órgãos responsáveis, mantendo assim, a fatal ilegalidade que consome a nossa floresta. A partir daí, o vilarejo começou a ser ocupado intensamente formando a vila de Guariba, com um pequeno comércio, um posto telefônico e um posto de saúde precário que atende o povoado.

No processo migratório da região, diferentes grupos sociais estabeleceram seus territórios, gerando assim, grandes conflitos na convivência entre eles. É justamente a partir destes conflitos ambientais *materiais e simbólicos* que desejamos² conhecer a comunidade dos seringueiros - sobretudo os que habitam as margens do rio Guariba - por considerarmos serem estes os principais atingidos pelo ‘des-envolvimento³’ que assola a região, enfrentando diariamente enormes desafios ambientais e sociais, devido às atividades madeireiras, ao avanço da pecuária e da fronteira agrícola. Fazem parte

² A opção pela utilização do sujeito no plural é para enfatizarmos que este trabalho envolve vários olhares na construção coletiva do conhecimento, uma vez que está inserido num grupo de pesquisa.

³ Sato (2001, p. 32) nos decifra a palavra des-envolvimento, demonstrando que “segundo a língua portuguesa, podemos observar que o termo é composto por dois radicais latinos - “des” e “envolvere”, ou seja, não envolvimento, possuindo também uma significação histórica de avançar no sentido de maximizar potencialidades, desprezando os ‘mais fracos’”.

de um palco de conflitos e de miserabilidade humana, proporcionados pelas injustiças ambientais corriqueiras no local.

Antes de continuarmos apresentando os objetivos desta pesquisa, arriscamos neste momento conceituar comunidade, esta palavra vem do latim *communitas* (cum+unitas), significando quando muitos formam uma unidade (MALTEZ⁴, 2004). É provável que este conceito do 'comum' tenha idealizado o sentido identitário do comunismo, na construção de sonhos coletivos que realizam mudanças.

Em busca das diferenças conceituais entre os termos comunidade e sociedade, Schmitz (1995) recorre ao sociólogo alemão Ferdinand Tonnies, que pesquisou profundamente sobre este dualismo. Para Tonnies, o sentido de comunidade repousa sobre os laços de sangue e de parentesco, também sobre associações com a terra e laços de lugar, de amizade, de sentimentos partilhados e crenças comuns. Acredita ser o entendimento compartilhado por seus membros, a condição comum de vida, é a família da qual surgiram formas comunais de associação que se entenderam, como a aldeia e a vizinhança. Em contraste com esses laços de parentesco e amizade, supõe a sociedade como a construção artificial de um agregado de seres humanos, com relações funcionais e impessoais (TONNIES, 1963 apud Schmitz, 1995).

O conceito de comunidade parece estar na encruzilhada de novas revisões e está longe de ser consenso. É, certamente, um tema inesgotável e seu significado sempre foi muito pesquisado por diversas áreas do conhecimento, principalmente pela sociologia. O autor Zygmunt Bauman (2003, p.128), acredita que comunidade é um mundo que não está em nosso alcance, mas no qual gostaríamos viver. Seria o paraíso perdido ou paraíso ainda esperado, que não habitamos, mas que buscamos os caminhos que podem levar-nos até lá.

Michel Serres (1991) conclama por um contrato natural, que a exemplo dos contratos social e científico, agregaria um pacto de vida sob uma relação simbiótica de reciprocidade e amorosidade. Sob a aceitação de que existem 'coisas não comum', Serres propõe um pacto entre os seres na Terra, que incida além da vida humana e

⁴ MALTEZ, José Adelino. Comunidade o que é?
Disponível em: <http://topicospoliticos.com/2004/10/comunidade-o-que.html>.

considere a plenitude da Terra. Não são valores morais, mas são necessidades para que a Terra seja sustentável.

Para Sato (2005a), a definição de comunidade está sob as esteiras das teorias biorregionais, na consideração de um território geográfico com recortes fitofisionômicos próprios, entretanto, com alta relevância à história e situação social da cartografia. Para a autora, a mediação pedagógica é imperativamente importante, desde que assume as multireferências e olhares cruzados que se interferem, se aproximam e se distanciam nos jogos ideológicos do poder.

Embora as divergências conceituais que perpassam o tema, acreditamos ser possível considerar que os seringueiros de Guariba constituem uma comunidade, por desfrutarem de 'entendimentos compartilhados' e essencialmente por uma 'condição comum' de vida. Não temos a pretensão em acreditar que dentro desta, ou tantas outras comunidades não existam disputas, mas preferimos explicitar o caos a levá-lo ao subterrâneo onde ele pode fazer-se despercebido, mas continuará latente e pulsante, com isso acreditamos que a identidade de um povo possa também ser construída através de seus conflitos.

Assim, temos nesta pesquisa o grande desafio de conhecer as dinâmicas que pulsam na comunidade dos seringueiros, seus hábitos, suas histórias e seus modos de vida, ouvindo deles como a educação pode colaborar para mudar essa situação de opressão. Além disso, buscamos compreender suas percepções em relação aos conflitos ambientais da região e suas consequências sobre a comunidade, registrando e valorizando essa forma singular de viver com a floresta.

Para facilitar esta compreensão, destinamos o *segundo capítulo* deste trabalho ao universo literário da pesquisa, ou seja, o aporte teórico sobre a Amazônia, enfocando especialmente a trajetória dos seringueiros e suas lutas. Nestes movimentos de re-existência, uma discussão sobre justiça ambiental se fez necessária, uma vez que grande parte dos impactos ambientais de Guariba atinge diretamente os seringueiros,

confirmando assim, as percepções da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA⁵), em que os danos ambientais afetam diretamente as classes menos favorecidas.

Neste capítulo, destacamos também os campos conceituais da Educação Ambiental (EA), que se faz como tema central de nossa pesquisa. Uma EA crítica, ancorada essencialmente em Paulo Freire, para se despedir da neutralidade pedagógica e assumir seu caráter transformador. Esta aliança entre a Educação Ambiental e a Justiça Ambiental, vem fortalecer a luta por uma sociedade mais justa, com dignidade, inclusão social, cuidado ambiental, respeito e cidadania.

Nesta viagem, Guariba é o nosso itinerário por estarmos inserido no projeto Biodiesel Guariba, uma parceria entre a Universidade Federal de Mato Grosso, Eletronorte e Uniselva, o projeto promove a geração de energia com oleaginosas, desejando ir muito além da mera geração de eletricidade, buscando gerar a transformação social desejada para a comunidade de Guariba. No tocante à UFMT, temos 04 equipes para realização deste importante projeto: Química, Agronomia, Economia e EA.

A equipe de química é a parte central do projeto, pois são responsáveis pela geração de biodiesel através de processo convencional e da transesterificação etílica induzida por microondas, processo desenvolvido e patenteado por pesquisadores do Laboratório de Pesquisa em Química e Produtos Naturais, do Departamento de Química do Instituto de Ciências Exatas e da Terra da UFMT (DALL'OGGIO et al., 2004). A equipe de economia realiza estudos de cunho econômico-político, visando a valoração da fonte alternativa de energia, já a identificação de espécies oleaginosas e o diagnóstico dos agricultores estão sob a responsabilidade da equipe de Agronomia.

A equipe de EA está inscrita no Grupo Pesquisador em Educação Ambiental⁶ (GPEA), que tem desenvolvido pesquisas no Pantanal e na Amazônia. Temos como objetivos neste projeto: visitar e reconstituir a história da comunidade através das

⁵ Site da RBJA: www.justicamambiental.org.br

⁶ O GPEA é certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Pró-Reitoria de Pesquisa da UFMT, sua principal meta é fomentar a pesquisa para o fortalecimento da EA no Brasil. No site: www.ufmt.br/gpea temos vários artigos disponíveis para download que poderão colaborar com a leitura em Educação Ambiental.

histórias e narrativas dos habitantes; articular a formação continuada em EA nas escolas da localidade; buscar os indicadores que possam aferir o índice da linha de dignidade de Guariba, com foco na dimensão educativa e ambiental; compreensão dos impactos ambientais que atingem os seringueiros.

No caso desta pesquisa, iniciamos o caminhar em setembro de 2004 e, ao todo, foram três viagens a campo. Nestas viagens, com entrevistas semi-estruturadas, dialogamos com sete seringueiros. Optamos criar nomes fictícios para estas pessoas, resguardando os sujeitos de possíveis constrangimentos nas suas relações dentro da comunidade.

Os frutos deste trabalho, as histórias de ocupação, seus modos de vida, seus hábitos/habitantes e as dinâmicas que pulsam na comunidade, são apresentados no **terceiro capítulo**, intitulado Comunidade de destino. Neste espaço, mergulhamos na contextualização de Guariba e especialmente da comunidade dos seringueiros. Acreditamos que, diagnosticando e interpretando a comunidade dos seringueiros, ainda que com escassez de certeza absoluta, estamos resgatando aspectos nem sempre visíveis, porém, profundamente enraizados na história de vida dessas pessoas que podem ser escritas com base na percepção e vivências cotidianas. É no território da luta e da vontade, que emana da gente de Guariba, que aprendemos a história cultural do espaço e da vida, acreditando que Guariba poderá ser um dia sinônimo de cidadania (SATO et al., 2005).

Viajamos pelo universo dos seringueiros, e para esta viagem percorremos por caminhos qualitativos e trilhas metodológicas da fenomenologia e da história oral, apresentados no **quarto capítulo** deste trabalho. A fenomenologia que escolhemos está ancorada no filósofo Maurice Merleau-Ponty, para este autor, a busca das essências na fenomenologia, não se realiza através de neutralidade e distanciamento, mas se efetua no contato direto com o vivido, sendo que o ato perceptivo emerge de uma relação de encontro do sujeito-sujeito (MERLEAU-PONTY, 1971; 1999). Apoiamos também nos textos e pensamentos de Luiz Augusto Passos e Michèle Sato, na releitura Merleau-pontyana da EA. Para estes autores, a contribuição da fenomenologia à EA é monumental, pois ao clamar por espaços não homogêneos,

ultrapassa nosso sentido de apenas perceber o visível. Requer, assim, que consideremos a luz, os espaços transparentes e a escuridão (SATO; PASSOS, 2006).

No *quinto capítulo*, a partir das narrativas dos nossos entrevistados, buscamos uma discussão sobre os principais temas dessa pesquisa: conflitos ambientais, justiça ambiental, EA e a proposta do projeto Biodiesel Guariba. Nesta rica diversidade de olhares, apresentamos os principais impactos ambientais que atinge a comunidade, proporcionados pelo modelo nefasto de des-envolvimento adotado em MT e no Brasil. Ainda neste capítulo, buscamos dialogar com os seringueiros sobre a proposta do projeto, e suas percepções em relação à contribuição educação neste processo.

Para esta discussão, consideramos o território, uma importante abordagem para dar conta do desafio ambiental contemporâneo, na medida em que comporta na sua materialidade, a tensão entre diferentes modos de apropriação do espaço (PORTO-GONÇALVES, 2004). Justamente, nestes campos de apropriação do ambiente que se estabelecem os conflitos ambientais em Guariba. De acordo com Pádua (2002a⁷), o intenso conflito presente na atual realidade amazônica, não se dá apenas entre setores e classes sociais, existe uma relação conflituosa ou pouco amadurecida entre diferentes interesses, visões de mundo, tempos históricos e até mesmo dimensões da realidade.

Ainda que lentamente, sabemos que mudar é possível, continuamos no caminho, passando pelas travessias e trilhando sonhos na luta por uma sociedade com menos disparidades sociais e mais cuidados ecológicos. Acreditamos que a EA crítica possa fortalecer Guariba a não se sucumbir ao des-envolvimento que infiltra em seus territórios. “Nossa tarefa ainda está longe de ser concretizada, mas os sonhos ainda permitem um lugar especial a nossas esperanças” (SATO, 2003, p.15).

⁷ PÁDUA, José Augusto. Problemas e perspectivas para uma relação sustentável com a floresta amazônica brasileira. Disponível em: <http://www.brasilsustentavel.org.br/textos/texto5.rtf>

CAPÍTULO 2

VIAGEM LITERÁRIA NO UNIVERSO AMAZÔNICO



*"Ando, ando, ando, e sinto
a extensão de meus antigos muros"
Cecília Meireles*

Foto: M. Jaber

2.1 AVENTURA DOS POVOS DA FLORESTA

“Não há defesa da floresta sem os povos da Floresta” (Chico Mendes, 1985)

A Amazônia que retrataremos neste trabalho, longe da imagem uniforme e monótona que muitos a caracterizam, é uma região extremamente pluralizada, é, sobretudo, diversidade de matas e de povos. “Há várias Amazônias na Amazônia; há Amazônia dos rios de águas brancas e de águas pretas; há Amazônia dos cerrados, dos manguezais e das florestas [...]; assim como há Amazônia dos índios, caboclos e seringueiros” (PORTO-GONÇALVES, 2001, p. 09).

É oportuno ressaltar, neste momento, o grande equívoco da ‘harmonia’ absoluta clamada por alguns pesquisadores à floresta Amazônica. É notório que os conflitos sociais ali existentes, não se divorciam dos ambientais. Sublinhamos a denominação dada por Euclides da Cunha (2003), como *‘Inferno Verde’*, chamando-nos a atenção para outros significados da imensa floresta como: surpreendente, misteriosa, extravagante e selvagem como os seus habitantes. De acordo com este autor, a Amazônia sempre teve o dom de impressionar a civilização distante, desde os primeiros tempos da colônia, oscilando entre o paraíso e a destruição - entre conflitos e harmonias. É neste contexto que desejamos destacá-la nas suas belezas e biodiversidades incontestáveis, mas também na sua des-harmonia e des-ordem muitas vezes necessárias para sua re-existência.

Nesses movimentos, a floresta tem se tornado palco de disputas, conflitos e desigualdades. Na verdade, a luta, a violência e a resistência não são novos em sua realidade cotidiana. Contaremos fragmentos dessa história, a partir do seu processo de ocupação, mas sabemos que embora com extensa literatura, não há teoria que consiga sintetizar o rico cenário que reflete o universo da floresta.

Sabemos que o processo de ocupação foi marcado inicialmente pelos povos indígenas. Contudo, foi o espanhol Francisco de Orellana quem batizou o maior rio da América do sul. O nome se deve às lendárias Amazonas, da mitologia grega, mulheres guerreiras que para melhor manejarem o arco, as flechas e as lanças, comprimiriam, ou cortariam na puberdade o seio direito. Daí a origem do nome a

(prefixo de negação) + mazós = seio (em grego), o que significa mulheres sem seio (FRM, 2005). Nesta expedição, Francisco Orellana e Frei Gaspar de Carvajal descrevem os encontros, acidentes e os inúmeros enfrentamentos com etnias nas margens do 'grande rio'. Em um desses enfrentamentos depararam-se com um grupo de mulheres guerreiras com arcos e flechas em direção a eles. Carvajal descreve essas mulheres, com cabelos muito compridos, entrelaçados e enrolados na cabeça. “São muito membrudas e andam nuas a pêlo, tapadas em suas vergonhas; com os seus arcos e flechas na mão, fazem tanta guerra como dez índios (...)”. Neste enfrentamento Orellana, lembrou no grande mito grego das mulheres guerreiras e assim batizou o grande rio como o “Rio de las Amazonas”, e daí a floresta tropical – Amazônia (BOLÉO, 2003⁸).

Desde o início, vários fatos conflitantes marcaram a ocupação do espaço amazônico, como por exemplo, a escravidão dos índios e a chegada dos escravos da África para suprir a carência de mão de obra nas fazendas. A Cabanagem se destaca neste universo de conflitos, uma revolução que reuniu índios, caboclos e brancos em luta contra a opressão e que acabou assumindo um caráter separatista, *o Paiz do Amazonas*, anos após essa revolução a Amazônia incorpora ao território brasileiro (PORTO-GONÇALVES, 2001).

Outro momento importante desta história foi o auge da borracha, propiciado pela Revolução Industrial. A necessidade do látex, produzido pela seringueira (*Hevea brasiliensis*) que existia apenas na floresta Amazônica, motivou uma intensa migração de pessoas vindas de todo o mundo. Fascinados pela promessa de riqueza, de 1860 a 1941, cerca de 500 mil nordestinos se aventuram na floresta, empurrados pela miséria e pelas grandes secas (FRM, 2005). Além das batalhas travadas para sobrevivência nas selvas da Amazônia, grandes conflitos entre os seringueiros e índios foram registrados na história.

A expedição realizada em 1912 por Theodore Roosevelt (ex-presidente dos USA) e Marechal Rondon (patrono da comunicação) foi um importante registro da

⁸ BOLÉO, Luísa de Paiva. Mulheres Guerreiras. Revista Máxima. Disponível em: <http://www.maxima.xl.pt/1203/sociedade/200.shtml>.

história dos seringueiros. Com destino desconhecido pelas águas do rio da Dúvida (recebia este nome, pois, não sabiam ao certo para que lado o rio corria), percorreram 800 km da nascente à foz, onde foi possível ver todo o percurso do rio, seus afluentes e seu deságue, incorporando, por fim, as águas do rio Madeira. Entre os seringueiros esse rio era denominado de Castanho e, no final da expedição, recebeu o nome de rio Roosevelt (ROOSEVELT, 1976, p. 203).

No percurso, Roosevelt descreve a maravilha da flora e fauna amazônica, a presença de indígenas e, próximo a barra do rio Branco, numa região hoje chamada de Panelas⁹, a presença de seringueiros. “Os moradores fugiram à nossa aproximação receosos de um ataque de índios [...], regressaram depois e se mostraram hospitaleiros e comunicativos [...], havia muitos seringueiros ao longo das margens” (ROOSEVELT, 1976, p. 203), argumenta que muitos deles já viviam por ali de oito a dez anos.

Paralelo ao rio Roosevelt corre o rio Guariba, região da nossa pesquisa, que atualmente habitam os filhos e netos de seringueiros narrados pela história. Na região, muitos são descendentes dos soldados da borracha: *meu pai morava no Ceará, minha mãe no Maranhão, eles chegaram no tempo da guerra, aqueles que não quiseram ir pra guerra, iam pro seringal; eles vieram pra cá cortar seringa*¹⁰ (João, 70 anos).

O ciclo da borracha no Brasil, resumidamente pode ser narrado em três grandes momentos. O primeiro com a vinda dos nordestinos e nordestinas com a Revolução Industrial, e o segundo momento, vivido no governo de Getúlio Vargas, durante a segunda Guerra Mundial. Neste período, os países aliados não tinham mais acesso à borracha asiática, iniciando a “batalha da borracha”. A partir daí o governo Vargas incentivou a migração nordestina à região norte do país. O Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), foi um dos responsáveis

⁹ A localidade de Panelas foi uma antiga sede de barracão seringalista, e se constituiu na primeira sede do município de Aripuanã, instalado em 1943 (ANDRADE, 2004).

¹⁰ As citações destacadas em uma fonte diferente foram extraídas de entrevistas realizadas em pesquisas de campo nos anos de 2004 e 2005, e todos os nomes dos entrevistados são fictícios. As possíveis incorreções gramaticais foram evitadas para preservar o sujeito na perspectiva da inclusão social desta gente. Buscamos, entretanto, manter expressões regionais, ou vocábulos biorregionais, para melhor compreensão etnográfica.

por convencer cerca de 70.000 trabalhadores a se alistarem como soldados da borracha, as propagandas (figura 01) eram intensas: passagens, 35 mil cruzeiros para o melhor seringueiro do ano e dois salários mínimos de aposentadoria (SANTOS, 2002).



Figura 01: Mobilização para alistar os Soldados da Borracha
Fonte: FRM, 2005

Nos primeiros anos, essa operação levou à morte 35 mil soldados, devido à dificuldade de adaptação. A borracha estava na floresta, espalhada em longas distâncias e era necessário colhê-la nas árvores, ainda líquida, defumá-la até ficar sólida, transportá-la até as margens dos rios e daí para o comércio nas cidades, um trabalho penoso e perigoso (FRM, 2005). Foram as diferentes populações indígenas e de caboclos da Amazônia que garantiram, com seu conhecimento e trabalho, que o látex chegasse aos mercados europeus. Naquela época, a seringueira, era uma espécie sobre a qual não se tinha domínio técnico para fazer monocultura. Era preciso extraí-la no seu habitat por meio do conhecimento dos caboclos e indígenas. Ao mesmo

tempo ela, se tornara matéria essencial ao complexo tecnológico da segunda revolução industrial.

O terceiro momento dessa história é sinônimo de abandono, pois os seringueiros foram esquecidos ao fim do conflito, em 1945. Terminava a Batalha da Borracha, mas não a guerra travada pelos seus soldados, imersos na solidão no interior da floresta, muitos deles nem sequer foram avisados de que a guerra tinha terminado, e só viriam a descobrir isso anos depois. Alguns voltaram para suas regiões de origem exatamente como haviam partido, sem dinheiro no bolso, ou pior, sem saúde. Outros aproveitaram a oportunidade para criar raízes na floresta e ali construir suas vidas. Poucos, muito poucos, conseguiram tirar algum proveito econômico daquela batalha incompreensível, aparentemente sem armas, sem tiros e que produziu tantas vítimas (NECES, 2004¹¹).

Anos depois, suas lutas foram amplamente conhecidas através do líder Chico Mendes, que se uniu com vários segmentos da sociedade em defesa da floresta e dos povos que lá habitavam, um dos gritos deste movimento foi a frase: “não há defesa da floresta sem os povos da floresta” (PORTO-GONÇALVES, 2001), epígrafe do início deste capítulo.

A partir de então, a luta dos seringueiros, sob liderança de Chico Mendes, começa a ganhar repercussão nacional e internacional, principalmente com o surgimento da proposta de União dos Povos da Floresta. Este grupo buscou unir os interesses de índios, pequenos produtores rurais e seringueiros em defesa da floresta amazônica.

Os seringueiros começaram a se organizar e buscar diferentes táticas de resistência; foram criados os primeiros sindicatos, alguns segmentos da Igreja Católica reforçaram a luta, assim como estudantes, artistas e os movimentos sociais. Se índios e seringueiros haviam sido inimigos durante o primeiro ciclo da borracha, agora estavam unidos na luta contra um inimigo comum: os grileiros de áreas públicas (AB’SABER, 1996). Essa união foi marcada fortemente pelos chamados “Empates”, que

¹¹ NECES, Marcus Vinicius. A heróica e desprezada batalha da borracha. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/historiaviva/conteudo/materia/22.html>.

consistia na luta de mulheres, crianças e homens inteiramente desarmados, com intuito de convencer os peões que desmatavam as fazendas, a abandonarem suas práticas (op. cit.).

A partir desses movimentos, os seringueiros de todo país se organizaram e realizaram várias reuniões para discutirem propostas que incentivassem o extrativismo, definindo como uma das prioridades o que denominaram de "terra própria para os seringueiros". Isso significava: "divisão da terra específica para as áreas de seringais nativos; todo seringueiro deveria receber uma área de terra que tivesse estradas de seringa; deveria possuir um título definitivo, onde rezasse que ele não podia vender, arrendar, aforar, ou fazer qualquer tipo de comércio com a terra", essa área deveria se chamar reserva extrativista (ALEGRETTI, 2002, p. 412).

Com o movimento sendo ampliado em vários estados, esses seringueiros realizaram, em 1985, o I Encontro Nacional dos Seringueiros, e neste encontro perceberam a necessidade de terem um mediador forte, que tratasse dos interesses apenas dos seringueiros. Então, foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), que assumiu o importante papel da mediação entre seringueiros, Estado e diversos segmentos sociais. Durante muitos anos essa mediação foi realizada pelos seringalistas¹², o interlocutor escolhido pelo Estado para tratar as questões relacionadas com a borracha nativa. Como enfatiza Allegretti (1987), o seringalista sempre falou em nome do seringueiro usando um poder de representação que nunca lhe foi outorgado.

O conselho é uma associação civil de seringueiros e extrativistas que tem como finalidades lutar pela criação das reservas extrativistas, estabelecer alianças com as populações indígenas e defender, no plano legal, econômico e cultural, os interesses específicos dos trabalhadores extrativistas, bem como defender a floresta amazônica (MEDEIROS; SATO, 2006).

Dessa forma, uma das bandeiras de luta defendida pelo CNS foram as reservas extrativistas (resex), que são conceituadas como:

¹² O seringalista era o "patrão", o dono dos meios de produção, dividia seu tempo entre o barracão do seringal em época de safra e as delícias dos palacetes e bordéis das cidades.

Áreas ocupadas por populações existentes que dependem do uso sustentável da floresta e seus recursos naturais, utilizados como propriedade comum, para a sua sobrevivência. Nestas áreas os direitos sob os recursos naturais são regularizados de forma coletiva, através de concessão real de uso, transferido pelo governo às Associações Comunitárias legalmente constituídas (CNS, 1985¹³).

O conceito de reservas extrativistas adquiriu, na concepção do CNS, um caráter dinâmico, uma vez que a prática das reservas muda em resposta aos problemas que se apresentam nos atuais sistemas de exploração da floresta. Para o CNS, desenvolver reservas extrativistas viáveis é um processo a longo prazo, e não simplesmente um resultado automático da regularização fundiária das reservas (CNS, 1993, p. 13).

Sem dúvida, a proposta da resex foi uma grande conquista dos seringueiros. Até ano de 2005, depois de muitas lutas, foram implantadas catorze resex federais e três estaduais¹⁴. Contudo, ainda enfrentam desafios de enormes envergaduras, como a comprovação das resex's enquanto atividades sustentáveis economicamente, pois, infelizmente, na sociedade capitalista em que vivemos, a importância não está na conservação do ambiente natural e cultural, mas sim, na valorização econômica.

Assim, de acordo com o CNS (1993), uma alternativa a população agroextrativista poderá ser os sistemas agroflorestais, agregando valor aos produtos, onde o processamento e/ou beneficiamento dos mesmos estejam sob controle da própria comunidade, dando continuidade ao processo de eliminação de mecanismos tradicionais de exploração, como o aviamento. Isso pode ser uma alternativa econômica viável as resex's, contudo, é imprescindível que os seringueiros estejam mobilizados para conseguirem realizarem seus projetos.

A busca por esta mobilização tão necessária foi liderada por Chico Mendes, e devido a grande relevância das causas defendidas pelos seringueiros, o processo de resistência e luta ganhou grande visibilidade na mídia internacional, favorecendo suas lutas. Contudo, toda essa grande visibilidade dada ao movimento, não impediu que o

¹³ CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS. Reservas Extrativistas. Disponível em: <http://www.cns.net.br>

¹⁴ BRASIL, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e recursos naturais (IBAMA). Reservas Extrativistas. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/reservas>

líder Chico Mendes fosse assassinado, em 1988, em sua própria casa. Mas sabemos que a luta continua, mesmo com pouco eco o grito de re-existência da floresta persiste.

Ainda assim, com todo esse processo conflitivo de ocupação abordado, a Amazônia era apresentada ao mundo ocidental como uma região homogênea e vazia “espaços sem gente e sem história, passível de qualquer manipulação por meio dos planejamentos feitos à distância, ou sujeito a obras faraônicas, vinculadas a um muito falso conceito de desenvolvimento” (AB’SABER, 1996, p. 84).

Nas décadas de 60 e 70, o discurso nacionalista “Integrar para não entregar”, e a promessa de “terra sem homens para homens sem terra” (BARROS, 2000; PORTO-GONÇALVES, 2001), representam um novo modelo de ocupação na Amazônia, com o objetivo central de criar novos pólos de desenvolvimento de grandes projetos madeireiros, mineradores, hidrelétricos e agropecuários, totalmente desordenados, sem nenhum cuidado ambiental e social. Na década de 90, outros programas governamentais também influenciaram drasticamente a ocupação da floresta, como o “Avança Brasil”, que incentivou mais hidrelétricas e abertura de estradas para escoamento da produção (AB’SABER, 1996).

Um dado importante a se destacar, é que o resultado destas frentes de expansão favoreceu a formação de uma grande fronteira pioneira, com área total superior a 200 milhões de hectares em apenas quarenta anos, e hoje essa região é conhecida como o Arco do desmatamento, envolvendo mais de cem municípios (FRM, 2005). Este vergonhoso arco destaca-se a cada ano pelos recordes de derrubadas na Amazônia.

Em decorrência a este modelo de des-envolvimento, várias famílias de pequenos produtores rurais, seringueiros e caboclos foram expulsas de suas terras; várias etnias perderam seus espaços “sagrados” e mantêm-se num processo de grandes disputas por terra, o que parece incompreensível na Amazônia, ou ainda no Brasil, o quinto país de maior extensão do mundo. Mantemos fixa a idéia dos países de primeiro mundo, esquecendo que estes dizimaram os diferentes, e vivem numa lógica de destruir-destruir, produzir-produzir, ganhar-ganhar, mas isso para poucos, uma minoria que massacra a maioria.

Sabemos que a floresta tem valores e sentidos diferentes para os grupos sociais que lá habitam. O modo de pensar, agir e sentir se diferencia. Os povos da floresta¹⁵ vão tecendo essa convivência interligada com o todo, as matas, as águas, os solos e essencialmente os povos que lá habitam. Muitas vezes, “o minerador está interessado apenas no subsolo, pouco se importando com o solo, com o rio ou com a floresta que pra ele, são obstáculos; o pecuarista vê a floresta como mato para ser derrubado para se transforma em pasto; o madeireiro, como a exploração de madeiras nobres” (PORTO-GONÇALVES, 2001, p.32).

O que assistimos são os grandes investidores não valorizando à floresta, com suas biodiversidades e pluriculturalidade, promovem o desmatamento máximo, em nome de um progresso que transforma a floresta em terra devastada. Nesses cenários de derrubadas e degradações ainda vivem na Amazônia 250 mil índios (diferenciados por fatores lingüísticos e por níveis diversos de contato e aculturação), 4,5 milhões de seringueiros, beiradeiros e castanheiros (AB’SABER, 1996). Indagamo-nos: como essas comunidades sobreviveram a esse modelo devastador? É preciso reconhecer, aprender e somar com os povos da floresta, participando como protagonistas ativos da construção de uma nova sociedade com mais justiça ambiental, cidadania e cuidado ecológico.

O desafio de permanecer em suas áreas é encarado também pelos caboclos, quilombolas e ribeirinhos, ou seja, as sociedades marginalizadas, com menor poder econômico, marcados pela injustiça ambiental e impunidade. Concordando com Leroy (2005, p.35) “não hesitaria dizer que estamos praticando genocídios culturais neste país. Despir as pessoas de sua cultura também é uma forma de exclusão da condição humana”.

Caminhando para um fosso de genocídios e etnocídios, destacamos o estado de Mato Grosso. O Relatório Nacional de Direitos Humanos ao Meio Ambiente, elaborado por Jean Pierre Leroy (2005a) denuncia várias ações de opressão e impunidade a ribeirinhos, que foram atingidos pela barragem da Usina de Manso; aos

¹⁵ Consideramos como povos da floresta: índios, caboclos, seringueiros e beiradeiros. Assumimos esse termo, pois os próprios assim se denominam.

índios Xavante, que perdem suas terras para o plantio de soja e aos quilombos Mata Cavalo, invadidos pela agropecuária, dentre tantos outros exemplos.

Mato Grosso, com mais oito estados, compõe a área denominada Amazônia Legal (figura 02). Com três importantes ecossistemas: Cerrado, Pantanal e Amazônia. Destes ecossistemas o que sobressai em extensão é a floresta Amazônica, cerca de 50% do território deste estado. Mas, infelizmente nosso cuidado ambiental é desproporcional a este privilégio, pois fomos responsáveis por 48% do desmatamento ocorrido no Brasil no período de junho de 2004 a julho de 2005 (BRASIL, 2005¹⁶).

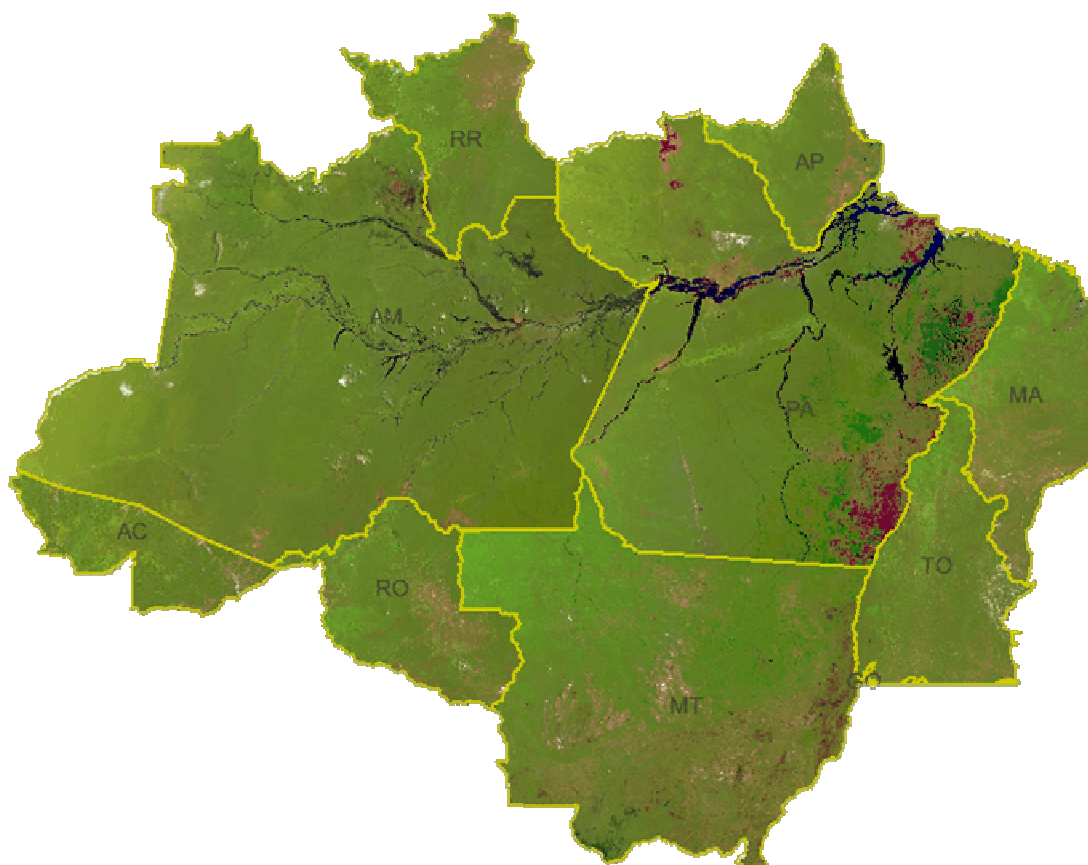


Figura 02: Amazônia Legal Brasileira
Fonte: IBGE, 2005¹⁷

¹⁶ BRASIL, Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Relatório do desmatamento**: junho/04 a julho de 05. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>

¹⁷ BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mapa Amazônia legal. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/amazonia>.

Aliado a esses fatores, ainda temos o triste ônus de sermos o estado que apresenta o maior índice nacional de violência no campo. Com estes lastimáveis índices não só se perde diversidade biológica, como também as diferentes culturas e as múltiplas formas de convívio com a floresta.

Nosso estado acumula outros títulos, como o de maior produtor de soja e algodão do país, destacando-se internacionalmente pelo agronegócio e, conseqüentemente, está entre os estados que somam o temeroso Arco do Desmatamento que consome a Amazônia. É evidente a ligação entre o título de campeão do desmatamento e o de maior exportador de soja do país. Seguimos alimentando esse modelo econômico reproduzido historicamente, colocando nossos povos e terras a serviço da lógica do mercado internacional (BARROS, 2000). O atual governo estadual incorpora as falácias dos discursos nacionalistas da década de 70, compreendendo que é preciso ‘ocupar’ e limpar as terras, para não ‘perde-las’.

Se os mesmos ideários nacionalistas moviam a década de 70 para ocupação dos solos mato-grossenses, há que se evidenciar que a integração virou sinônimo de destruição e que a terra exaurida corre os mesmos riscos da internacionalização, já que o acelerado cenário de desmatamento pode revelar a incompetência técnica e forjar a internacionalização da Amazônia (SATO, 2005¹⁸, p. 3).

O modelo é mais do que questionável, em seus efeitos sociais, ambientais e econômicos, independentemente do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) e da riqueza econômica, a crua realidade da concentração absurda de renda não se modifica. Tanto em 1978 quanto em 1999, por exemplo, os 10% mais ricos da população se apropriaram de quase metade (47%) da renda nacional. Não é a humanidade que está destruindo a Terra, são essas minorias, que vivem segundo padrões de consumo completamente insustentáveis (LEROY et al, 2004).

Para além da crise atual em que vivemos, é preciso re-pensar o “desenvolvimento”, questionando se este é o único caminho a percorrer. Seguindo o pensamento de Porto-Gonçalves (2001), des-envolver é quebrar o envolvimento que cada povo e cada cultura mantêm com seu território e com seu modo de vida. Na

¹⁸ SATO, Michèle. Integrar a democracia para não entregar a esperança. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/ed462/opiniao.htm>.

verdade, esse modelo de des-envolvimento dito moderno, consegue grande *status* na exportação, porque deixa seus maiores custos para a sociedade local. Extrapolando o valor econômico encerrado ao des-envolvimento, desejamos o envolvimento das diversas culturas e engajamento na luta por sustentabilidade dos nossos territórios, com equidade social e proteção ambiental, e, acima de tudo, com respeito pelas diferenças. A superação supõe a formulação de novos tipos de sociedades, tendo por eixo o enfrentamento das causas que se encontram na raiz simultaneamente das injustiças sociais e da degradação ambiental.

De acordo com Sachs (2000, p.15), o conceito de desenvolvimento atualmente tornou-se o brado utilizado tanto pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) como pelo Vaticano, tanto por revolucionários como por *experts*, permitindo que qualquer tipo de intervenção seja santificada em nome de um objetivo maior. Com isso, até os inimigos se unem sob sua bandeira, como se todas as ações em busca de desenvolvimento fossem justificáveis.

E assim, a cada dia cresce a crença nas virtudes do mercado e a hipervalorização da questão econômica, parece que nada faz sentido a não ser a partir do mercado e da economia (PORTO-GONÇALVES, 2004). Isso nos parece um grande engodo, pois, por mais atrativo que se mostre o estilo de vida moderno, tal maneira de se colocar perante o mundo parece estar chegando aos seus limites, na proporção em que se avultam os sintomas de crise ao nosso redor. “É fundamental lembrar que pelo menos 40% dos seres humanos estão quase totalmente alijados do padrão de vida dito globalizado” (PÁDUA, 2000, p. 14).

As evidências deste modelo perverso de desenvolver estão evidenciadas nos altos índices de desigualdades sociais e na miserabilidade com que nos deparamos, assim como, nos mosaicos de imagens de satélites (figura 03), que estampam o avanço do desmatamento na Amazônia mato-grossense.

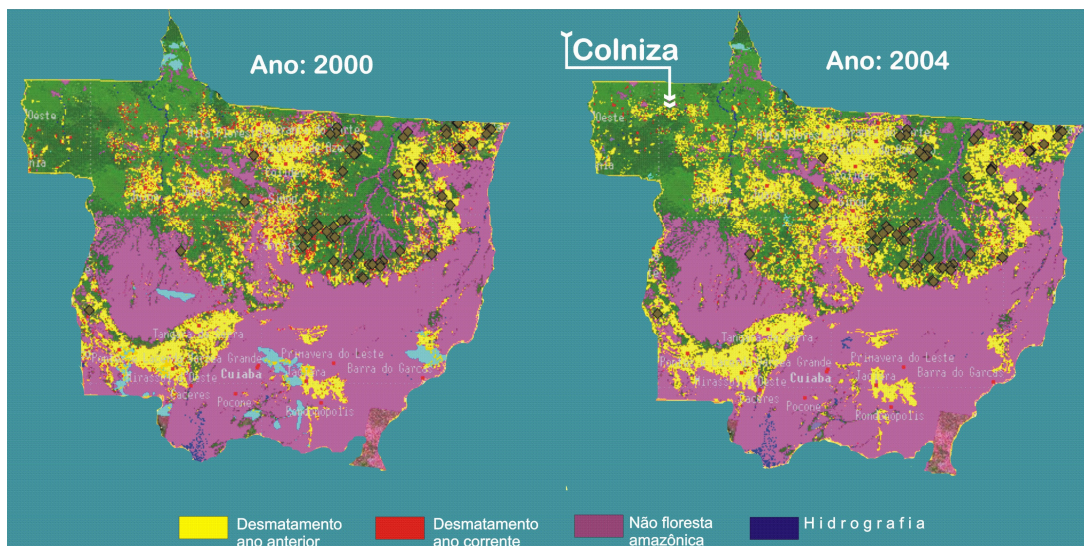


Figura 03: Desmatamento no noroeste do estado de MT
Fonte: INPE, 2006¹⁹

Os pigmentos em amarelo revelam o avanço do desmatamento na região noroeste do estado, sinalizado pelo município de Colniza, considerado o município campeão do desmatamento no estado de MT no ano de 2004. Na primeira imagem, do ano 2000, observamos uma área ainda preservada (sem pigmentos amarelos). Após quatro anos, com avanço da fronteira agrícola no norte e noroeste do estado o mapa passa a ter mais pigmentos amarelos do que verdes. Ademais, os sofrimentos vividos pelas comunidades que estão visceralmente ligadas à floresta, são dados que as imagens de satélites não conseguem evidenciar.

Nosso recorte no universo amazônico é justamente nesta região de enormes injustiças e, conseqüentemente, de conflitos ambientais. No município de Colniza, mais especificamente no distrito de Guariba, na Resex G&R que, mesmo sendo uma área protegida por lei não impede o avanço da destruição. Os seringueiros resistem ao desafio de permanecer no local em que muitos nasceram, são os últimos extrativistas “sobreviventes” do nosso estado, resistem ao des-envolvimento perverso que invade suas áreas, com o desmatamento, queimadas e o avanço da fronteira agrícola, que os impedem de manter a cultura do extrativismo. “São movimentos de re-existência, posto que não só lutam para resistir contra os que matam e desmatam, mas por uma

¹⁹ BRASIL, Instituto de Pesquisa Espaciais (INPE). Banco de imagens satélites. Disponível em: www.inpe.br/desmatamento.

determinada forma de existência, um determinado modo de vida e de produção, por modos diferenciados de sentir, agir e pensar” (PORTO-GONÇALVES, 2001, p.130).

2.2 MOVIMENTOS POR JUSTIÇA AMBIENTAL

Não se educa sem a capacidade de se indignar diante das injustiças (FREIRE, 1997)

Nos movimentos de resistência vivenciados pelos sujeitos de nossa pesquisa emerge uma temática fundamental, o conceito de Justiça Ambiental (JA). Essa expressão, no Brasil, ganhou visibilidade através da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA)²⁰, que compreende a condição de existência política tendenciosa, cujos danos ambientais afetam as populações de baixa renda, os segmentos raciais discriminados e parcelas marginalizadas. Ao contrário, entende-se por injustiça ambiental o mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis (ACSELRAD; HERCULANO; PÁDUA, 2004).

O movimento por JA no Brasil, ainda que inicial, vem sendo debatido como nova forma de lutar contra as desigualdades sociais. Entretanto, esse movimento não surgiu no Brasil. O conceito de JA vem da experiência inicial dos movimentos sociais dos Estados Unidos e do clamor dos seus cidadãos pobres e etnias socialmente discriminadas e vulnerabilizadas, quanto à sua maior exposição a riscos ambientais por habitarem as vizinhanças de depósitos de lixo químicos e radioativos ou de indústrias com efluentes poluentes (LYNCH, 2001).

Essa dimensão foi ampliada no Brasil, em defesa não apenas dos atingidos pelos lixo radioativos, mas também de outras camadas prejudicadas pelos impactos ambientais. É importante destacar que antes deste movimento existia um conjunto de ações e movimentos sociais em sintonia com o movimento por JA, embora sem o uso

²⁰ No site da RBJA: www.justicambiental.org.br existe uma rica bibliografia disponível para download para maior aprofundamento do conceito de justiça ambiental.

dessa expressão. É o caso do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), dos movimentos de trabalhadores extrativistas e de inúmeras ações locais contra a degradação dos espaços de vida.

Vale enfatizar, que essas injustiças ambientais corriqueiras no nosso país, são consequências de um pensamento egoísta que agrava o problema da desigualdade social. Segundo Acselrad (1999²¹), a desigualdade ambiental é uma das expressões da desigualdade social que marcou a história do nosso país, os pobres estão sempre em situações mais vulneráveis decorrentes da localização de suas residências, da vulnerabilidade destas moradias a enchentes, desmoronamentos e à ação de esgotos a céu aberto. Entretanto, devido ao nosso grande problema de desigualdade social, a exposição desigual aos impactos ambientais fica aparentemente ignorada pela extrema pobreza e as péssimas condições de vida a ela associadas. Assim, ironicamente, “as gigantescas injustiças sociais brasileiras encobrem e naturalizam o fato da exposição desigual à poluição e do ônus desigual dos custos do desenvolvimento” (HERCULANO, 2002, p. 82).

Concordamos com Carneiro (2005, p. 37), quando nos afirma que “a dinâmica da distribuição espacial da degradação ambiental é presidida, portanto, pela lógica da rentabilidade que rege a economia mundial de acumulação de riqueza”. Este autor cita um exemplo bastante ilustrativo e cruel, o depoimento do economista do Banco Mundial Lawrence Summers, que defende a localização das atividades que causam maiores impactos ambientais nos países pobres, afirmando que sendo os salários mais baixos nesses países menores serão também os custos de dias pagos e não trabalhados por motivo de adoecimento dos trabalhadores em razão da deterioração ambiental provocado pela atividade da empresa.

Com a convicção de mudar essa situação, representantes de movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores, organizações não governamentais (ONGs), entidades ambientalistas, organizações de afrodescendentes, organizações indígenas e pesquisadores universitários do Brasil, Estados Unidos, Chile e Uruguai, reuniram-se

²¹ ACSELRAD, Henri. Justiça Ambiental – novas articulações entre meio ambiente e democracia. Disponível em: <http://www.justicaambiental.org.br/noar/UserFiles/17/File/JANovasArticulacoes-.pdf>

em 2001 no Colóquio Internacional sobre JA, Trabalho e Cidadania. Nessa ocasião denunciaram e debateram a preocupante dimensão ambiental das desigualdades existentes nos países representados e definiram por JA, o conjunto de princípios que:

Asseguram que nenhum grupo social suporte uma parcela desproporcional das conseqüências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões de políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas; Amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, programas e projetos que lhes dizem respeito; Acesso justo e equitativo, aos recursos ambientais do país; Favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso (ACSELRAD; HERCULANO; PÁDUA, 2004, p.15).

Além dos princípios, nesta reunião uma relação de objetivos da RBJA foi apresentada, e resumidamente são eles:

1. Elaborar coletivamente uma "Declaração de Princípios da JA no Brasil";
2. Criar um ou mais centros de referências de Justiça Ambiental;
3. Diálogo permanente entre atores;
4. Desenvolvimento de instrumentos de promoção de justiça ambiental;
5. Pressionar órgãos governamentais e empresas para que divulguem informações ao público;
6. Contribuir para o estabelecimento de uma nova agenda de ciência e tecnologia;
7. Estratégia de articulação internacional.

Embora concordemos com muitos dos objetivos e princípios da RBJA, é preciso lançarmos um olhar crítico sobre eles. Reafirmamos nosso desejo por JA, porém, que esta envolva não apenas um olhar antropocêntrico, mas contemple também em seus objetivos e princípios a proteção ecológica, e que esta proteção não esteja apenas a serviço dos seres humanos, mas sim pela sua grande importância no ciclo das diversas formas de vida.

Neste contexto, Sato, Passos e Maldonado (2005) salientam a importância de uma ética mais inclusiva, que regida pelo sentido da plenitude entre vida e não vida, na transcendência de considerar apenas o humano, reivindicam os direitos da Terra. Para esses autores, é preciso superar o divórcio entre natureza e cultura; entre entorno e pessoas; entre Estado e Nação, ainda que seja um exercício em marcha.

O movimento é vagaroso [...], mas certamente os reflexos são mais prolongados, porque nos inscrevemos na paixão de lutar contra o isolamento, dialeticamente mudando e sendo transformados e, sobremaneira, buscando alterar o terrível processo 'integrador-desintegrador', que na maioria das vezes nos traz a dor na dramática vontade de mudar a vida pela inclusão social e justiça ambiental (op cit, p. 98).

Uma outra questão a ser destacada é a expressão que define a natureza como "recursos naturais", o que revela um perfil tendencialmente economicista, que está à nossa disposição, uma natureza posta para nos servir. Segundo Sato (1997), essa é a visão de que o ambiente é um grande armazém genético que precisa ser gerenciado ou que precisa ser assegurado para os benefícios a longo prazo. Compreendemos o ambiente, de forma ampla e complexa, abrangendo não apenas os aspectos naturais, mas também culturais e sociais.

O tema de percepções de ambiente é muito pesquisado atualmente, vários autores como Sato (1997) e Sauv  (1997), destacam que essa diversidade precisa ser apreciada e considerada como fonte para a reflexão crítica, a discussão, a contesta o e a evolu o sócio-histórica do "ambiente". A partir das várias concep es de ambiente, onde a questão ambiental se torna conflitiva, sabemos que a natureza para comunidades indígenas, ribeirinhas e extrativistas não tem o mesmo sentido que para os agropecuários. Esses diferentes olhares sobre o ambiente geram situa es de significativos conflitos ambientais.

Segundo Acselrad (2004), os conflitos ambientais devem ser estudados simultaneamente nos espaços de apropria o material e simbólica. Compreendemos que o espaço material, defendido pelo autor, está relacionado com as disputas territoriais, disputas por apropria o de rios entre comunidades ribeirinhas e grandes projetos hidrelétricos, os "empates" entre seringueiros e os latifundiários pelos territórios da floresta.

Já, os conflitos ambientais simbólicos, estão intrinsecamente ligados   luta para manuten o de suas culturas, além das disputas desiguais que essas comunidades têm para comercializar seus produtos. São cr terios hegemônicos de eficiência e competitividade na comercializa o da borracha, os seringueiros não conseguem vender seus produtos por concorrerem com empresas que investiram na monocultura

da seringueira, e modificaram seu tempo de produção e também a qualidade do produto.

Os conflitos se estabelecem localmente, contudo, estão visceralmente ligados a outros conflitos globais, é o microcosmo ligado ao macrocosmo. Os seringueiros disputam suas terras com madeireiros que atendem ao mercado externo, que incentiva o consumo desenfreado, que incentiva ainda mais os conflitos locais em nome do dito 'progresso'.

O progresso na Amazônia, por exemplo, é simbolizado pela poeira das estradas, a fumaça das queimadas; pelos rancos das motosserras, seguido pelo estrondoso barulho de uma árvore centenária quedando ao chão. A natureza já dessacralizada pode ser vista apenas como recurso a ser negociado, pode ser dominada, explorada, já não tem mais alma, está morta e pode ser esartejada (PORTO-GONÇALVES, 2001).

Neste ciclo vicioso, vamos somando as mais diversas situações de injustiças ambientais. Em Guariba, exemplos não faltam, especialmente na Resex G&R, que vem sendo invadida e defasada por grileiros, deixando os seringueiros sem ter a quem recorrer. Dessa forma, o gerenciamento das questões ambientais é de extrema complexidade passa por uma escala de conflitos e possíveis soluções, do local ao planetário. Indissociável no seu aspecto sistêmico, os desafios ambientais e sociais colocados, exigem transformações estruturais emergenciais. É preciso discutir mudanças entendidas não apenas no âmbito das bases materiais da vida, mas, sobretudo, aquelas ligadas a diversidade sociocultural e ao conflito entre distintos projetos de apropriação e significação do mundo material (ACSELRAD, 2004).

Para entender melhor esses campos de poderes, recorreremos a Bourdieu (1982 apud LIMA 2005, p. 16), quando nos afirma que:

O campo é o universo social onde pessoas, grupos e instituições que dele participam se definem pelas relações de concorrência e poder que estabelecem entre si, visando à hegemonia simbólica e material sobre esse universo de atividade e de saber. Compreende um conjunto de relações de força, de interesse, de conflito onde se estabelecem alianças, estratégias e investimentos que visam à conquista do objeto em disputa no campo, no caso, o capital simbólico legitimado, fundado sobre atos de conhecimento e de reconhecimento pelo conjunto dos pares concorrentes no interior do campo social. [...] Os dominantes são os que definem o capital social legítimo do campo – objeto de disputa entre seus participantes – e, portanto, as regras do jogo, tendem à ortodoxia e desenvolvem estratégias de conservação; enquanto os dominados tendem à heterodoxia e ao uso de estratégias de subversão da ordem.

Assim, os seringueiros de Guariba buscam táticas para saírem dos campos de opressão. Contudo, sabemos que os conflitos são essenciais para que ocorram mudanças, pois quando estas ocorrem significa que as pessoas estão reagindo e saindo da passividade e do fatalismo, estão lutando pelos seus ideais e estão questionando a opressão. Concordando com Gadotti e McLaren (1995²²), o conflito é uma categoria essencial a toda pedagogia, nosso papel é educar, e educar supõe transformar e não há transformação pacífica, ela é sempre conflituosa. É sempre ruptura com alguma coisa, com preconceitos, com hábitos, com comportamentos etc. Mas nem sempre estamos dispostos a enfrentar o conflito. Nem sempre estamos dispostos a assumir o ônus de nos envolver, de assumir os riscos dos questionamentos e engajamentos. Mas só assumindo esse risco é que podemos nos tornar educadores.

Enfatizando Freire (1987, p. 75), nenhuma ‘ordem’ opressora suportaria que os oprimidos todos passassem a dizer: ‘Por que?’. Esse é o nosso grande desejo em relação aos seringueiros: que levantem suas cabeças e perguntem: Por que? E conseqüentemente nosso grande desafio enquanto educadores e educadoras ambientais, de vivenciar uma EA problematizadora, dialógica e transformadora, estabelecida nos campos dialéticos das tensões e conflitos, respeitando e convivendo com as diferenças.

²² GADOTTI, Moacir; MCLAREN, Peter. **Peter McLaren e Moacir Gadotti**: Um diálogo. Disponível em: http://www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti/pedagogia_praxis_1995.pdf.

2.3 O VASTO MUNDO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

“Viajar na EA não é apenas usar a visão, sentido mais nobre das ciências. É preciso mergulhar no cheiro das manhãs e no toque da textura das gotas do orvalho. Ouvir o canto dos pássaros e saborear a fruta proibida ofertada pelo cupido de Eros” (SATO, 2005).

Todos os caminhos desta pesquisa são marcados fortemente pelos sentidos da EA, é neste campo do saber que depositamos nossas esperanças, nossas angústias, nossas utopias e nosso mais profundo desejo de transformação. Entretanto, é imprescindível que saibamos de qual EA estamos falando, pois como em todos os campos epistemológicos existem várias tendências e olhares interpretativos. Sublinhamos que nosso olhar se direciona a uma EA crítica, acompanhada de outros adjetivos como: libertadora, transformadora e política, na perspectiva freireana de emancipação do sujeito, em que “todo ato de liberdade implica num ato de invenção, de política e de arte” (FREIRE, 1974, p.36).

Entendemos a EA como um processo permanente de aprendizagem, impulsionada nas lutas políticas por justiça ambiental, proteção ecológica e incontestavelmente à democracia, valorizando as diversas formas de conhecimento, explicitando a interdependência entre meio ambiente e sociedade. Para Sato (2003²³, p.21) “a EA deve se configurar como uma luta política, compreendida em seu nível mais poderoso de transformação: aquela que se revela em uma disputa de posições e proposições sobre o destino das sociedades e dos territórios”.

Sua história pode ser narrada juntamente com o movimento da contracultura, de acordo com Jameson (1972), foram momentos em que a expansão do capitalismo em escala global produziu simultaneamente uma imensa liberação de energias sociais, questionando este modelo de sociedade. Lutavam contra o esquema hegemônico da sociedade industrial, questionando a ganância lucrativa e propondo mudança de valores. No mesmo livro, o autor afirma que:

²³ SATO, Michèle. Mas o que é educação ambiental mesmo? Participação na mesa-redonda do II EPEA. Rio Claro: Rede Paulista de Educação Ambiental, 2003. p.28.

[...] As forças étnicas dos negros e das 'minorias' ou dos movimentos eclodiram por toda parte no Terceiro Mundo, além dos regionalismos, os movimentos estudantis e de mulheres. Essas forças recém-liberadas não somente parecem não encaixar-se no modelo dicotômico tradicional como abrem um domínio de liberdade e possibilidade voluntarista para além dos constrangimentos clássicos da infraestrutura econômica (p.126).

Neste contexto emerge o movimento da EA, com caráter transgressor e subversivo contra a sociedade capitalista, manifesta-se também o movimento ambientalista, num contexto ainda naturalista de conservação do ambiente, negligenciando de certa forma os aspectos sociais. Um ambientalismo com caráter denunciador, em pleno regime militar, onde a economia brasileira apresentava um grande crescimento, sobretudo mediante a grandes projetos que geram graves impactos sobre a natureza (PÁDUA, 1991).

Viola (1992, p.43) confirma essa tendência ao indicar que “durante a fase inicial, situada entre 1971 e 1986, o ambientalismo brasileiro foi dominado por uma definição estreita da questão ambiental, que o limitou, praticamente, ao combate da poluição e à preservação dos ecossistemas naturais”. Esse quadro se modificou gradualmente, ao longo dos anos 80, quando cresceu a preocupação de conjugar o atendimento das demandas sociais e ambientais. Neste momento, vale ressaltar a importância do líder Chico Mendes, que diferentemente do ambientalismo organizado no restante do país que seguia em grande medida o modelo ocidental, o ambientalismo da região Amazônica se diferenciava por articular num mesmo movimento grupos de populações nativas da floresta, associações do sul do país e outras organizações não-governamentais internacionais, interessados no tipo particular de movimentos que ali se desenvolviam (op. cit).

É imprescindível compreender o movimento ambientalista para se lançar um olhar mais crítico no campo da EA, por estarem entrelaçados no contexto histórico. De acordo com Lima (2004), a EA apesar de possuir suas próprias especificidades, guarda uma estreita correspondência com o ambientalismo, de onde retira a maior parte dos significados e motivos de sua existência, assim, embora a EA seja um campo resultante da fusão entre os campos ambiental e educacional e tenha muitas de suas particularidades herdadas do campo educacional, é do ambiental que provém a parte mais distintiva de sua identidade. De acordo com Sato e Passos (2003), a abordagem

política da EA, evidencia que a palavra “ambiental” deixa de ser um adjetivo, passando a ser um substantivo, conferindo o caráter transformador, ancorado na impossibilidade da neutralidade da educação.

Os caminhos percorridos pela EA, marcaram um movimento bonito de reconhecimento aos diferentes, a ética e a solidariedade. Configurando um campo de conhecimento pluralizado e diversificado de indivíduos ou grupos sociais, que têm concepções diferenciadas sobre a questão ambiental e defendem propostas pedagógicas diversas para abordar essa questão, algumas das quais se identificam com a estabilidade e a conservação das relações sociais e das relações entre a sociedade e o ambiente e outras que defendem a necessidade de transformação dessas mesmas relações (LIMA, 2004). Nesta citação o autor, nos oferece a gama diversa do campo da EA, seus diferentes olhares e as várias vertentes contraditórias e/ou complementares na qual este campo se constitui.

Nestas travessias, é fundamental ressaltar as várias tendências que EA irradia. Destacamos no início deste trabalho, a EA transformadora em que apostamos, entretanto esse olhar crítico e político não é a única expressão da EA, existem vários olhares ora complementares, ora opostos. Nesses caminhos expressivos, duas grandes vertentes se destacam neste campo: a conservacionista e a emancipatória, claro que intrínseco a essas duas concepções, outras tendências emergem.

A vertente conservacionista ou naturalista se caracteriza em torno da preocupação de preservar o ambiente natural, protegendo a flora e a fauna do seres humanos e da degradação. Nessa tendência é comum a realização de ações pontuais em eventos comemorativos como o dia da árvore, a semana do meio ambiente, a distribuição de mudas e folhetos em festas municipais, as campanhas de arborização, de coleta de lixo e reciclagem, a organização de hortas comunitárias, de limpezas e melhorias sanitárias e as palestras de conscientização pública (SORRENTINO, 1993).

Essa tendência revela uma grande fragilidade em se tratando de processo educativo, que de forma apolítica, trata as degradações ambientais de maneira simplista, sem aprofundar no contexto histórico e político que estamos inseridos. Podemos neste tema fazer uma analogia da EA conservacionista com a Educação

bancária, utilizada por Freire (1987, p.37) “esta concepção não se move pelo ânimo de libertar o pensamento, seu ânimo é justamente o contrário, o de controlar o pensar e a ação, levando-nos ao ajustamento ao mundo”. Nesta citação, o mestre Paulo Freire revela o que realmente acontece nesta concepção, pois ela estimula nossa adaptação ao mundo capitalista e não a busca de transformação.

Já a outra vertente emancipatória, a qual nos ancoramos, busca a politização da questão ambiental, convictos que a ética, a militância, a solidariedade e o respeito são práticas indispensáveis da EA. Sua ideologia é fortalecida no desejo da participação democrática, da justiça ambiental e do cuidado com o ambiente. Essa tendência se torna fascinante aos educadores ambientais libertários, pois acreditamos na transformação social e buscamos para isso uma visão crítica, que almeja essencialmente a emancipação dos sujeitos.

A emancipação anunciada aqui não é a de estabelecer um caminho único para a salvação, mas sim a possibilidade de construirmos caminhos adequados à vida social e planetária (LOUREIRO, 2005). De forma dialógica, busca o engajamento dos sujeitos, valorizando os diversos saberes, respeitando as diferenças e principalmente aceitando-as. Essa concepção vai contra o caráter mecânico e reprodutivo da concepção conservadora, ousa a (re)inventar e (re)criar as formas de aprender e viver. Para Freire (1997, p.35-36), “uma das tarefas precípuas da prática educativo-progressista é exatamente o desenvolvimento da curiosidade crítica, insatisfeita e indócil. Curiosidade com que podemos nos defender de ‘irracionalismos’ produzidos por excesso de ‘racionalidade’ de nosso tempo altamente tecnologizado”.

Portanto, sublinhamos a identidade política e transformadora da EA emancipatória que desejamos. Na sua (in)completude vem ocupando espaços nos ambientes escolarizados, nas comunidades, nas universidades, nas redes e principalmente na elaboração de políticas públicas. Sabemos que isso é ainda de forma incipiente, que a EA têm forças para muito mais, mas é preciso reconhecer seus potenciais e seus limites, como também os belos caminhos que ainda pode vivenciar.

Contudo, no contexto político desenvolvimentista, é formulado o conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS). Este termo, nas últimas décadas, tem se tornado

expressão dominante nos debates que envolvem as questões ambientais e sociais. Segundo Acselrad (1993), este conceito propõe a introdução de uma nova restrição ambiental ao modelo de des-envolvimento capitalista, sem criticá-lo de maneira substancial; ignora o conflito pelo controle dos recursos naturais e não considera as condições simbólicas, sociais, culturais e políticas que regem o poder de controle e o uso destes recursos.

Ao assumirem os pressupostos da ideologia do DS, os trabalhos nela ancorados estão, já na partida, inexoravelmente incapacitados precisamente para discutir “o que” se desenvolve e, portanto, se “isso” que se desenvolve pode fazê-lo sem destruir as condições naturais. E é por estarem impedidos de empreender uma discussão desse tipo que tais trabalhos supõem ser possível e desejável reorientar politicamente o “desenvolvimento” (capitalista) de forma a torná-lo ecologicamente sustentável e socialmente igualitário (CARNEIRO, 2005, p. 32).

Ainda assim, com todas essas controversas, iniciou-se (2005-2014) a década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS), através da orientação internacional da United Nations Educational, Scientific and Cultural Organisation (UNESCO). Em oposição a essa orientação internacional com discurso mercadológico - num processo de subversão, “somos desobedientes à UNESCO, pois a EA não se posiciona em apenas uma década, e acreditamos que temos competência na EA para construir um mundo mais justo e sustentável” (SATO, 2005, p.19).

Algumas perguntas são necessárias para entender o verdadeiro sentido desta proposta da Unesco: Educação para sustentar o des-envolvimento? Qual desenvolvimento? A resposta é fatídica: sustentarmos o des-envolvimento que exclui os diferentes, que incentiva a competitividade, que mascara seus danos com programas de meio ambiente e visa o lucro acima de valores maiores, como: respeito às etnias, ética, a biodiversidade, a pluriculturalidade, dentre outros.

Não é este o caminho que desejamos para nossa sociedade. Desejamos sim, as diversidades, diferenças, solidariedade, militância, justiça ambiental, participação social e proteção ecológica, para juntos alcançarmos o patamar de “Sociedades Sustentáveis”. Utopia? Talvez, mas como sublinhava o educador Paulo Freire (2000), a utopia é tão necessária quanto viável, a propalada morte dos sonhos e da utopia, que ameaça a vida da esperança, termina por despolitizar a prática educativa, ferindo a própria natureza humana.

A substituição de EA para EDS não representa apenas uma simples troca de nomes e sim uma perda de identidade em todos os sentidos históricos, políticos e idealistas que luta contra a hegemonia do DS. O termo ambiental está longe de ser neutro, é parte imprescindível do processo histórico do campo da EA. A proposta de uma EDS não traz uma nova fundamentação educativa, mas, ao contrário, reafirma o paradigma epistemológico do desenvolvimentismo (SAUVÉ, 1999), apenas utilizando uma nova maquiagem o capitalismo impera novamente.

Como destaca Nietzsche (1983, p.19) “o direito de dar nomes vai tão longe que se pode considerar a própria origem da linguagem como um ato de autoridade”. As palavras representam muito mais do que imaginamos, recorreremos mais uma vez a Paulo Freire (1998, p. 15), quando destaca:

Toda leitura da palavra pressupõe uma leitura anterior do mundo, e toda leitura da palavra implica a volta sobre a leitura do mundo, de tal maneira que “ler mundo” e “ler palavra”, no fundo, para mim, implicam em reescrever o mundo. A leitura da palavra deve ser inserida na compreensão da transformação do mundo, que provoca a leitura dele e deve remeter-nos, sempre, à leitura de novo do mundo.

Por tudo isso, reafirmamos nossas identidades com a EA, reconhecendo suas potencialidades e também seus limites. Em especial ao GPEA e a Rede Mato-grossense de EA (REMTEA), continuamos no caminho, passando pelas travessias e trilhando sonhos na luta por uma sociedade com menos disparidades sociais e mais cuidados ecológicos. Neste caminho, acreditamos que a EA crítica possa fortalecer Guariba a não se sucumbir ao des-envolvimento nefasto que infiltra em seus territórios.

2.4 PROJETO BIODIESEL GUARIBA – UM SONHO COLETIVO

"Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar."

Bertold Brecht

Nossa pesquisa está inserida no pioneiro Projeto Biodiesel Guariba, um convênio entre Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Eletronorte e Fundação UNISELVA. O projeto tem como objetivo central a geração de energia alternativa, através de vegetais oleaginosos, buscando promover a inovação

tecnológica, mas, sobretudo, favorecendo o empoderamento da comunidade de Guariba. O projeto tem grandes inovações, uma delas ancora-se na diversificação de espécies vegetais, não privilegiando a monocultura. Promovendo a utilização de vegetais oleaginosos em abundância na região. Outra premissa do projeto está em utilizar vegetais oleaginosos extraídos somente de áreas não desmatadas.

Este projeto está inscrito no programa governamental “Luz para todos”, que tem o desafio de levar energia elétrica a todas as comunidades brasileiras até o ano de 2008, com o diferencial de privilegiar fontes alternativas como: solar, eólica e biomassa. Segundo Bermann (2002, p.123), “a construção de um cenário energético alternativo é o maior desafio para que o Brasil possa satisfazer as necessidades energéticas da sua população em bases socialmente justas e ambientalmente responsáveis”.

Os gases emitidos na geração de energias convencionais, como: petrolíferas, hidrelétricas e termelétricas, têm provocados grandes impactos em nosso planeta, promovendo o aquecimento global. A necessidade cada vez maior de energia imposto pelo consumismo da sociedade capitalista, leva governo e sociedade a pensarem em novas alternativas, menos impactantes, para geração de energia elétrica. Essa busca tem se tornado uma necessidade para que nosso planeta continue vivo. Por isso, o grande interesse nacional e internacional em novas experiências nesta área.

Segundo dados da Aneel²⁴ referente ao balanço energético nacional de 2004, mais de 40% da matriz energética do Brasil é renovável, enquanto a média mundial não chega a 14%. No entanto, 90% da energia elétrica do país é gerada em grandes usinas hidrelétricas, provocando degradação ambiental e social.

A utilização da biomassa como alternativa energética, pode ser geradora de empregos e impõe necessariamente a descentralização social e política, ao contrário das fontes fósseis e de outras fontes renováveis, como as grandes hidrelétricas (BERMANN, 2002). O resultado da geração através da biomassa chama-se biodiesel, que é um biocombustível menos poluente, gerado através da união de etano e óleos

²⁴ Agência Nacional de Energia Elétrica. Atlas de energia elétrica do Brasil. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/atlas>>

vegetais extraídos de oleaginosas, como: soja, dendê, mamona, babaçu, amendoim, castanhas, girassol e outras. Pode ser utilizado com vantagens como substituto do diesel, funcionando em geradores de energia, motores, tratores, máquinas agrícolas e tantas outras situações (DALL’OGLIO et al., 2004).

Bermann (2002) afirma que se apenas 10% da área degradada da Amazônia (70 milhões de hectares) fossem reflorestadas com espécies oleaginosas, o Brasil se tornaria o maior produtor de biodiesel do mundo. De acordo com Goldemberg (1998), o consumo de biomassa (4% de média mundial e 27% de representação nacional) ainda é altamente inferior ao consumo de petróleo (42% no mundo e 46% no Brasil). Porém, recentemente foi decretada pelo governo federal brasileiro a mistura de 2% de biodiesel no óleo diesel, no decorrer do tempo, essa mistura será de 5% e, possivelmente, o percentual aumentará gradativamente, ampliando o mercado existente na área de biodiesel.

No cenário das transformações, Goldemberg (2003) analisa que o consumo energético do mundo é, hoje, dez vezes superior ao consumo da civilização antiga. O uso maciço do petróleo, carvão e demais fontes tradicionais de energia trouxe impactos violentos à humanidade. Além da esgotabilidade das fontes convencionais os problemas se agravam na poluição causada na Terra, que compromete a vida e suas dinâmicas ecológicas. Acreditamos ser chegada à hora de ingressarmos na era das fontes renováveis de energia, mas também de repensarmos nosso modelo de sociedade.

Sabemos que os impactos causados na geração de energia não são apenas ambientais, esses megas-projetos são fortemente marcados pelas injustiças sociais e ambientais. O Movimento dos atingidos por barragens (MAB)²⁵ estima que, no Brasil, cerca de 1 milhão de pessoas já foram atingidas por grandes obras em rios e mais 100.000 estão ameaçadas pelos projetos futuros de novas hidrelétricas.

A construção da usina hidrelétrica de Manso no estado de MT é um exemplo dessas injustiças, segundo o MAB, dezoito comunidades foram atingidas diretamente,

²⁵ MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. Dados dos atingidos. 2005. Disponível em: www.mab.org.br. Acesso em: 13 set. 2005.

totalizando 1.065 famílias, mas somente 422 foram reconhecidas pela empresa impactante (LEROY, 2005a). Perderam suas terras, mas muito mais que isso, perderam seus modos de vida, construídos há séculos. Não apenas os ribeirinhos da região são injustiçados, mas todas as comunidades pantaneiras que sofrem com as cheias desreguladas por consequência da usina.

A usina hidrelétrica de Tucuruí também é considerada um grande impacto à sociedade brasileira. A quarta maior usina do mundo e a maior em florestas tropicais, inundou cerca de 2.600 km de floresta das margens do rio Tocantins, deslocando compulsoriamente de suas áreas de moradia e trabalho cerca de 10 mil famílias, que se dedicavam, em sua maioria, às atividades extrativistas (ACSELRAD, 2004).

Uma lista infindável de exemplos de injustiças ambientais cometidas na geração de energia poderia aqui ser apresentada, como os atingidos pelas bases petrolíferas, as termelétricas, as usinas nucleares e tantas outras.

Segundo Januzzi²⁶ (2004), “não existe geração de energia sem impacto ambiental”. Na verdade, a grande necessidade que temos de energia vem deste descontrole consumista em que vivemos atualmente. Reforçamos que a busca de uma nova matriz energética é fundamental para manutenção da biodiversidade e da pluriculturalidade, mas é preciso discutirmos o consumo espantoso e a crise de valores em que vivemos.

Para esses e para todos, é preciso (re)construir valores, (re)tomar o caminho da ética, (re)focar a visão de mundo, renovar dentro de cada grupamento e de cada indivíduo a ousadia de esperança. É preciso substituir o **ter** pelo **ser**, a arrogância pela humildade, a competição pela solidariedade, no desafio da construção de um novo projeto de sociedade, reconhecendo-nos como parte (importante, claro, mas ‘parte’) de um mundo maior, cujas fronteiras vão além de nós e do nosso momento, no espaço e no tempo (Leroy et al. 2004, p. 24)

Neste sentido, se caracteriza a vanguarda do projeto Biodiesel Guariba, com a preocupação não apenas em gerar energia, mas também de formar cidadãos críticos e engajados na luta por uma sociedade mais justa, com mais proteção ecológica. Para

²⁶ JANUZZI, Gilberto. Energia e Impactos Ambientais.
Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/2004/12/12.shtml>>

isso, o Projeto Biodiesel conta com pesquisadores das áreas de química, economia, agronomia e EA.

O projeto está em sua segunda fase, a primeira se caracterizou pelo reconhecimento da comunidade, em que as equipes de EA e agronomia tiveram papel primordial. Já a segunda fase está destinada paulatinamente à geração de energia, sem negligenciar os aspectos sociais até então pesquisados na primeira fase. Na verdade, uma fase é complemento da outra. Não significa dizer que as equipes de EA e agronomia não se fizeram presente na segunda fase. Atuamos na busca do envolvimento das pessoas, no desejo de se organizarem para gerenciarem a usina.

Em Guariba, a EA é um dos componentes dentro do projeto, cuja invenção pedagógica visa criar oportunidades de responsabilidade ambiental, vislumbrando o empoderamento²⁷ social comunitário num processo de formação educativa (SATO et al, 2005). Nossas pesquisas visam, revisitar a história da comunidade, buscar os indicadores que possam aferir o índice da linha de dignidade de Guariba, a compreensão dos impactos ambientais que atingem os seringueiros, e de forma coletiva, promovemos a formação continuada de um processo educativo, envolvendo os professores, permitindo que eles se apropriem destas inovações tecnológicas como processo endógeno de posse. E, que as políticas públicas sejam fortalecidas através do controle social participativo nas entranhas da democracia.

O enredo que une este elenco se projeta na esperança da construção de políticas públicas que possam oferecer novos cenários. As justiça social e ambiental são destaques de uma grande equipe, que embora conservem seus objetivos e ideologias particulares, buscam alternativas à construção de sociedades sustentáveis (op cit). Apostamos na EA, mas sabemos que ela não é a panacéia do mundo, sabemos que ainda que emergencial, as mudanças do mundo só serão realizadas se a proposta for processual no ritmo e dinâmica da própria vida amazônica.

²⁷ O empoderamento aqui compreendido significa dar poder ao sem-poder, ou melhor, a socialização do poder entre todos os cidadãos (BOFF, 2003)

CAPÍTULO 3

COMUNIDADE DE DESTINO



“Quem viaja larga muita coisa na estrada. Além de largar na partida, larga na travessia. (...) No limite, o viajante despoja-se, liberta-se e abre-se, como no alvorecer: caminhante, não há caminho, o caminho se faz ao andar”.

Foto: M. Jaber

(Metáfora da Viagem - IANNI, 1996)

3.1 GUARIBA, O DESTINO DE NOSSA VIAGEM

Com objetivo de registrar a história local da Resex G&R, seguimos o itinerário para Guariba, um distrito do município de Colniza, localizado no noroeste do estado de Mato Grosso. Esta região compõe a Amazônia mato-grossense, merecendo uma atenção especial devido ao seu histórico de degradação e conflitos ambientais.

O município de Colniza, do qual Guariba é um distrito, tem aproximadamente 13.000 habitantes, seus primeiros moradores foram os índios Cinta-larga, Arara e os Rikbatsa, conhecidos por lá como Orelha de pau. Essas etnias sempre viveram entre os estados de Rondônia e Mato Grosso (CHAPELLE, 1982). No marco de suas histórias são narrados vários massacres com os seringueiros, que adentraram em suas terras ameaçando seus territórios.

Nos primeiros trinta anos de ocupação, a chegada do extrativismo da borracha em MT e sua expansão sobre áreas até então ocupadas por índios, são desconhecidos pela história. Porém, é seguro afirmar que o processo foi muito conflituoso. É o que afirma o antropólogo João Dal Poz (1996), a exemplo do ocorrido no rio Madeira e outras zonas extrativistas na Amazônia, fatalmente esta frente pioneira desencadeou conflitos e violências incalculáveis, pois toda aquela região estava ainda densamente povoada por inúmeros e numerosos grupos indígenas. Os conflitos entre esses povos perduraram por muitas décadas, segundo nossos narradores, o fim desses conflitos em Guariba aconteceu com a ação de um índio Arara chamado Manoel Caetano, que apaziguou a relação entre seringueiros e índios na região, incentivando a se unirem em defesa da floresta.

Durante muitos anos viveram na região dos rios Guariba e Roosevelt apenas os índios e seringueiros. Na década de 80 o povoado começou a ser ocupado intensamente, devido a abertura da estrada MT 206 que liga o estado de MT ao estado de Rondônia e Amazonas. Com a abertura dessa estrada a região ficou mais vulnerável, facilitando as invasões de terras e a ocupação das áreas pelos latifundiários.

Geograficamente a vila está situada ao longo de dois rios: Guariba e Roosevelt, nos limites da Resex G&R. Têm enfrentado enormes desafios ambientais e sociais, devido às atividades madeireiras, ao avanço da pecuária e da fronteira agrícola, lida-se, monocultura. Atualmente, sua economia é movida principalmente pela exploração madeireira, como mostra os dados apresentados pelo Relatório de Fatos Florestais 2005, a região de Colniza e Cotriguaçu teve um aumento na produção madeireira de cerca de 150% entre 1998 e 2004, um pulo de 250 mil metros cúbicos para 630 mil metros cúbicos (LENTINI et al., 2005).

Durante a pesquisa de campo pudemos constatar a presença de vários grupos sociais, como: seringueiros, índios, pequenos e grandes produtores, pecuaristas e madeireiros, e essa convivência se agrava a cada dia mais na luta pelos territórios, gerando enormes conflitos na comunidade. Essas diversidades de grupos promovem enormes desigualdades sociais e refletem na dimensão ambiental, propiciando situações de injustiças ambientais, em que os impactos recaem sempre sobre as populações pobres, os grupos raciais discriminados, os povos étnicos e outros marginalizados da sociedade. Especialmente em Guariba, esses danos atingem principalmente os extrativistas, justificando nossa pesquisa na busca da compreensão dos conflitos ambientais.

Esses conflitos foram intensificados em 1987 com a vinda de várias famílias de diversas regiões em busca de terra, iniciou-se o Assentamento Filinto Muller, coordenado pelo CODEMAT (Coordenação de Desenvolvimento de Mato Grosso). De acordo com as narrativas, essas famílias vieram em busca de terra, embrenharam-se nas matas e sofreram muito para se adaptarem. Não se sabe ao certo o número de famílias vindas, variando de 85 a 100, mas este movimento na região propiciou a criação da vila, na área onde uma empreiteira chamada Triunfo montou seus barracões.

Em 1989, novas famílias foram assentadas na região, vindas do estado de Rondônia, e assentadas inicialmente em áreas indígenas da etnia Zoró, na divisa de Mato Grosso com Rondônia. Depois de repetidos conflitos, essas famílias foram reassentadas em Guariba, e destas, conseguimos identificar apenas quatro que ainda vivem na região. Esses colonos de Guariba trouxeram na bagagem a esperança de uma

vida melhor e o sonho de ter uma terra, onde pudessem plantar e colher. Alguns não resistiram às dificuldades, à malária e ao isolamento e abandonaram seus sonhos. Outros re-existem, e mesmo com tantas adversidades, vemos emergir uma riquíssima experiência que começa a desenhar uma outra forma de sobrevivência e convivência com a floresta.

A vila (figura 04) começou a crescer a partir do ano 2000, as pessoas chegavam à procura de terras e como estas já estavam ocupadas, iam ficando no antigo alojamento das empreiteiras, na região da vila. É recente também a presença das madeireiras, que vêm acompanhadas de uma intensa exploração e devastação da floresta. Chegam também os grandes fazendeiros, que se apossam de extensas áreas públicas. Atualmente a vila vive um intenso fluxo e refluxo migratório, em especial ao movimento causado pelo Projeto Biodiesel Guariba, em que várias famílias de outros municípios e até mesmo outros estados vêm em busca de terra e emprego.



Comércio da Vila

Posto de saúde convencional e alternativo

Girico

Figura 04: Vila de Guariba
Fotos: Michelle Jaber e Regina Silva

Na figura 05, rompendo com a temporalidade linear fragmentada, registramos os marcos históricos da região desde seus primeiros habitantes até a atualidade. Esse ciclo temporal foi construído a partir das narrativas dos moradores de Guariba, deixando claro que existe uma miríade de fatos que não estão explicitados na figura, pois é impossível representar todos os fatos importantes da comunidade, uma vez que cada um tem referências diferenciadas dos marcos históricos.

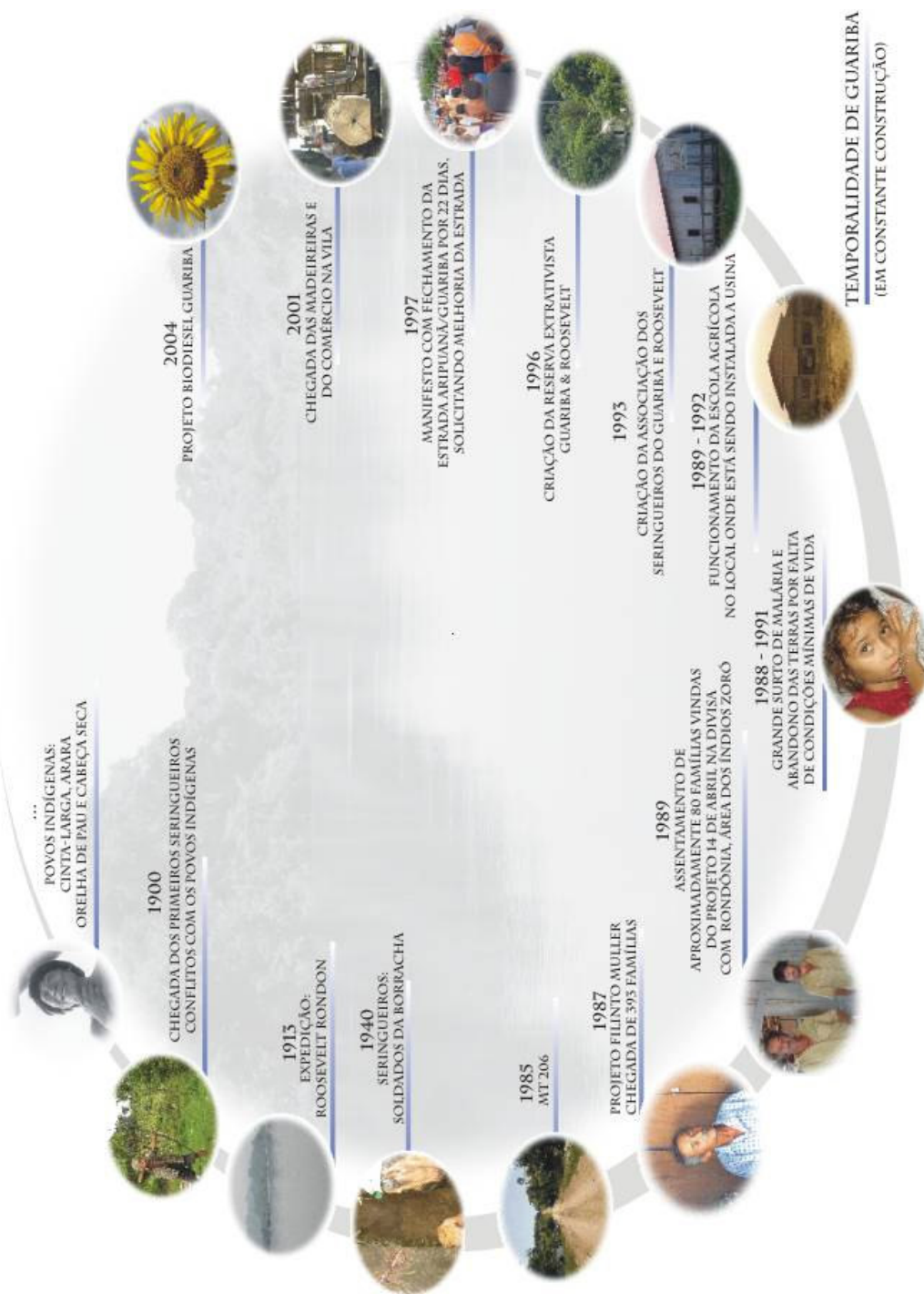


Figura 05: Temporalidade de Guariba

Arte: Silva, 2005

Fonte: Sato, 2005

Na região há um devassamento e uma ocupação altamente conflituosa que se arrasta por mais de 20 anos de história fundiária; refletindo o que vem ocorrendo em todo o território amazônico, que em poucos anos, foi palco do mais gigantesco e permissivo apossamento de terras públicas, um apossamento cartorial escamoteado, que se soma ao apossamento pelo atual esquema de grilagem de terras devolutas (AB´SABER, 1996).

As condições básicas de sobrevivência são preocupantes. Para atender todo o distrito de Guariba, que segundo dados dos moradores contam com cerca de 4.000 habitantes, existe apenas um posto de saúde, mesmo sendo a segunda região do estado em casos de malária. A esperança fica num posto de atendimento da pastoral da saúde, em que as doenças são diagnosticadas pela técnica da bioenergia²⁸. Para o tratamento utilizam como um dos recursos à homeopatia, assim como a fitoterapia.

O meio de transporte mais comum na vila é a motocicleta, devido ao alto preço do combustível, a moto acaba se tornando o veículo mais econômico da região; existe também um veículo adaptado chamado de Girico. Os principais meios de comunicação são as duas rádios comunitárias e através delas são divulgados as notícias, os recados e agendadas as reuniões das associações.

Mesmo com tantas dificuldades, o sentimento de pertencimento ao lugar, esteve presente com as pessoas que conversamos, sejam seringueiros, agricultores ou moradores da vila. Veja algumas declarações: *eu vim atrás de um lugar para enraizar (morador da vila); aqui é difícil, mas mesmo assim não quero sair (pequeno agricultor); a gente pega amor ao lugar onde vive (moradora da vila)*. Embora, muito relevante às histórias e dinâmicas dos diversos grupos em que lá vivem, nosso enfoque nesta pesquisa direciona somente aos seringueiros que vivem nas margens do rio Guariba.

²⁸ Técnica de diagnóstico para combater os microorganismos que afetam o corpo humano.

3.2 ESCOLAS EM GUARIBA

O processo educativo em Guariba enfrenta uma enorme carência de escolas. Há apenas escolas da rede municipal de ensino (tabela 01), sendo a mais estruturada a que se localiza na vila, Escola Bom Jesus II, que foi inaugurada no ano de 2004. No ano de 2005 essa escola ofereceu pré-escola, ensino fundamental e apenas uma sala do 1º Ano do ensino médio, atendendo cerca de 330 alunos. Funcionam também cinco escolas rurais com ensino multisseriado até a 4ª série, em situações precárias. Os professores reclamam de falta de materiais pedagógicos, infra-estrutura, merenda escolar e cursos de formações de professores.

| NOME DA ESCOLA | FORMAÇÃO DOS PROFESSORES | Nº. DE ALUNOS | DISTÂNCIA DA VILA | SÉRIES ATENDIDAS | PERÍODO |
|---------------------------|-----------------------------|---------------|-------------------|---|-----------------------------------|
| José de Anchieta | Ensino Fundamental Completo | 12 | 10 Km | Pré-escolar 1ª a 4ª Multisseriado | Matutino |
| Manoel Caetano | Ensino Médio completo | 09 | 8,5 km | 1ª a 4ª Multisseriado | Matutino |
| Bom Jesus II | Ensino Médio Completo | 330 | ---- | Pré-escolar 1ª a 8ª 1º ANO | Matutino Vespertino Noturno |
| | Ensino Superior Incompleto | | | | |
| | Ensino Superior | | | | |
| Presidente Castelo Branco | Ensino Médio Completo | 08 | 6,8 Km | 1ª a 4ª Multisseriado | Matutino |
| Pedro Alvares Cabral | Ensino Superior Incompleto | 08 | 13,8 Km | 1ª a 4ª Multisseriado | Matutino |
| Água Branca | Ensino Fundamental Completo | 10 | 16,2 km | 1ª a 3ª Multisseriado | Matutino |

Tabela 01: Escolas de Guariba²⁹

Fonte: Silva, 2004

A situação de precariedade das escolas de Guariba (figura 06) pode ser sintetizada nas palavras de Sato et al. (2005, p. 19), “se os livros didáticos são condenados pelo seu uso excessivo, em Guariba o cenário difere, as escolas estão sem nenhum tipo de material educativo, estudantes que possuem cadernos sem folhas para anotar uma lição ofertada na construção e no desejo impetuoso de compreender o mundo das letras”.

²⁹ Os dados foram obtidos em entrevistas com professores e diretores das escolas (2004-2005).



Figura 06: Escolas de Guariba
Fotos: M. Jaber e R. Silva

Além de todas essas dificuldades, é limitada a relação entre a escola e a comunidade; são perceptíveis os distanciamentos e a maioria dos alunos não conhece a resex que lhes cerca. Ao contrário de dados levantados em outras pesquisas em comunidades biorregionais, em Guariba a escola não é vista como centro da comunidade.

As histórias locais não são privilegiadas nas salas de aula, muito menos os conhecimentos populares, não percebem a prosperidade dialógica que a escola pode estabelecer com a comunidade. Para isso destacamos as palavras do educador Brandão (1995, p. 47), “a escola de qualquer tipo é um lugar e um momento provisório onde isto pode acontecer. Portanto, é a comunidade quem responde pelo trabalho de fazer com que tudo o que pode ser vivido-e-aprendido da cultura seja ensinado com a vida – e também com a aula – ao educando”.

Não desejamos com isso, desvalorizar o processo educativo escolar. Reconhecemos a sua enorme importância, mas desejamos valorizar também o conhecimento popular, pois acreditamos que mais do que conhecimento técnico-científico, o saber popular igualmente consegue proporcionar caminhos de participação para a sustentabilidade através da transição democrática (LARRAÍN; LEROY; NANSEN, 2002).

Desejamos essencialmente uma visão crítica, promovendo a transformação e, essencialmente, valores como: equidade social, cidadania, liberdade e autonomia, pois, sabemos que o processo educativo não é neutro, destituído de valores e ideologias, ao contrario, a educação é uma construção social repleta de subjetividade, de escolhas valorativas e de vontades políticas, dotada de uma especial singularidade, que reside em sua capacidade reprodutiva dentro da sociedade (LIMA, 2002).

3.3 PROCESSOS FORMATIVOS NAS ESCOLAS DE GUARIBA

A necessidade de uma formação continuada em Guariba é clara, muitos professores afirmam não trabalhar com a questão ambiental por falta de conhecimento relacionado com o tema, por consideram que as questões ambientais estão ligadas somente ao ensino de Ciências Naturais. Neste sentido, oferecemos um curso de formação aos professores de Guariba. Este curso foi oferecido pela equipe de EA do projeto Biodiesel Guariba, e se caracteriza pela perspectiva emancipatória abordada durante as oficinas. Vários temas como: Conceitos de Educação Ambiental, Percepção dos impactos ambientais e justiça ambiental, linha de dignidade e qualidade de vida, pedagogia ambiental e historiografia foram trabalhados em dois módulos totalizando 40 horas. A participação dos professores durante os módulos foi surpreendente, todos e todas revelaram uma grande avidez em participar, contamos com envolvimento dos professores da escola da vila Bom Jesus II e das escolas rurais.

Durante as etapas do curso, a interação foi excelente, a troca de conhecimentos entre os professores e os membros do GPEA foi constante, aprendemos muito. Nossa proposta foi sempre de estabelecer o diálogo com os professores, trocas de experiências para que juntos pudéssemos iniciar o processo permanente de reflexão e ação necessário à construção de uma práxis educativa que o ressignifique o processo de socialização. Uma práxis educativa baseada no respeito, na solidariedade, na união, que possa estabelecer novas formas de convivência humana. Numa prática que deve ser reconstruída constantemente, em consonância com a teoria, pois a “reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo” (FREIRE, 1997, p.24).

Sabemos que apenas um curso não é suficiente para tal mudança, é preciso ir além, avançar em uma formação continuada e permanente, que envolva não apenas os professores, mas também a comunidade. Contudo, este curso sinalizou uma avaliação positiva de mudanças, visíveis em discursos e propostas conceituais das aulas. As oficinas com os estudantes e professores abordam a EA na perspectiva da emancipação crítica. O sonho é que as comunidades sejam capazes de agir, atuar e engajar nos seus projetos políticos pedagógicos (SATO et al, 2005).

A líder da nossa equipe revela nestas palavras nosso grande sonho de envolvimento e engajamento desses professores na luta por uma comunidade melhor, com menos injustiças. Nossos objetivos em relação ao Curso de formação ancoram-se essencialmente na realização dos Projetos Ambientais Escolares Comunitários (PAEC) e no incentivo de um olhar crítico sobre as questões ambientais, buscando a aliança entre a escola e a comunidade, através de projetos elaborados coletivamente, assim como, buscamos estimular as práticas e conceitos de EA em salas de aula.

Segundo Gayford (2002), a ausência de identidade dos professores com o cotidiano e a dimensão ambiental ainda é um dos maiores obstáculos para EA escolarizada. Tal fato ocorre porque na maioria das vezes, a EA ainda é concebida na relação com a dimensão natural e esta percepção faz com que a geografia e as áreas de biologia, química, física ou geologia, tenham mais compromisso com a EA. Entretanto, se “o seu compromisso cidadão requer os diversos saberes, o que a torna complexa é também a sua fraqueza, pois o fato da EA não possuir uma definição totalizante, gera múltiplas interpretações” (SATO, 2004, p. 28).

De acordo com a professora da escola da resex, é muito difícil trabalhar com a questão ambiental em sala de aula, uma porque não tenho formação nesta área e outra porque os alunos dizem: se não derrubar vamos morrer de fome. Sempre falo pra eles que este não é o caminho, que sempre sobrevivemos com a floresta em pé. A realidade da região clama por um processo formativo mais intenso que possa ser debatido a realidade local. As narrativas ainda expressam mais as dificuldades encontradas pelos professores: é difícil também falar das questões das madeiras, porque tem vez que os seringueiros estão sem nada, os madeiros vêm e dão alguma coisa e passa a ser o melhor homem do mundo.

Movidos pelo desejo de uma melhor formação, alguns professores estão fazendo os cursos de graduação pelo Núcleo de Educação Aberta a Distância (NEAD) da UFMT, porém, nos desabafam a dificuldade de terem que passar três dias ao mês em Colniza, a 150 quilômetros, e a cada semestre, terem que ir até Juína (450 quilômetros) para fazer a avaliação. Demonstraram, também, o desejo de divulgar

suas descobertas, prosseguiram realizando atividades e se envolvendo na construção dos PAEC.

As escolas rurais em Guariba são feitas com madeira, tem bancos rústicos, o ensino multisseriado é ministrado por um único professor com formação deficiente. Algumas crianças percorrem diariamente longos trechos até chegar à escola; os alunos de uma família que frequentam a escola do rio Roosevelt, têm que remar duas horas contra a corrente do rio, e depois andar mais três quilômetros pela mata. Às vezes, chegam com fome, e nem sempre têm merenda para saciá-la. É impossível refletir sobre as condições dessas escolas, sem falar em políticas públicas efetivas. Por que tanta omissão dos governos? Formação dos professores, infra-estrutura, merenda e transporte escolar são condições básicas para um ensino de qualidade.

Além de todas essas carências, o ensino é profundamente marcado por uso excessivo de livros didáticos; estudos e pesquisas dos mesmos evidenciaram as inadequações dos conceitos, ilustrações ou linguagens que estes livros trazem (SATO, 1992). Com intuito de colaborar, buscamos incentivar a elaboração de materiais regionais, como sugestões alguns fascículos pedagógicos foram formulados por pesquisadores(as) do GPEA (Anexo A e B), esses materiais são ricamente ilustrados e podem ser fotocopiados. Não obstante, iniciamos uma campanha de “Doe um livro” (figura 07) e através dos esforços e sensibilidade, conseguimos doar vários livros às escolas presentes em Guariba (SATO et al., 2005).



Figura 07: entrega de livros
Fotos: M. Jaber e R. Silva

A proposta é que o PAEC, consiga envolver os moradores de Guariba, acreditamos que os PAECs servirão como um estímulo para que a EA se faça presente nas escolas e na comunidade de Guariba. Esses projetos poderão versar sobre múltiplos temas, afinidades e opções, mas deverão ser incentivados à descoberta do

próprio meio que cada escola se insere e no conhecimento local (SATO, 2004). Nosso curso de formação está em consonância com Projeto de Educação Ambiental (Prea); este é um amplo processo de formação de professoras(es) com objetivo de fortalecimento da EA em MT, que vem sendo realizado pela Secretaria de Estado de Educação (SEDUC).

A tentativa é que relação entre a escola e seu entorno será modificada, e isso consequentemente fortalecerá a comunidade como um todo. Mas, sabemos que é preciso muito mais para que ocorra a verdadeira transformação social. Para que essas mudanças aconteçam é fundamental a transformação re(construindo) e re(significando) valores. Mudança de pensamento pressupõe mudança de percepção, de ligação sensível articulada aos processos racionais; pressupõe vinculação entre teoria e prática, ação e reflexão, entre indivíduos e sociedade, aspectos objetivos e subjetivos que definem nossa unidade social na natureza (LOUREIRO, 2002).

Posto isso, afirmamos novamente que desejamos essas mudanças para o povoado de Guariba, inspirados mais uma vez nas palavras de Freire (1995, p. 10) afirmamos que podemos mudar o mundo, e “é fazendo isso que nos refazemos, é mudando o mundo que me transformo também”.

3.4 NOS LABIRINTOS DOS SERINGAIS – TERRITÓRIOS E TEMPORALIDADES DOS SERINGUEIROS DE GUARIBA

No microcosmo de Guariba nos direcionamos à Resex G&R (figura 08), local onde habitam seringueiros e seringueiras, sujeitos de nossa pesquisa. Circundada por dois rios: Guariba e Roosevelt. A resex tem importância no contexto social, cultural e ambiental no nosso estado, por ser a única resex e nela habitarem os últimos seringueiros de Mato Grosso.

Ainda nas margens do rio Guariba habita um soldado da borracha, que com muito pesar nos conta suas aventuras para ingressar nos seringais amazônicos. Ele nos relata fatos históricos, *eles [o governo] contavam muita vantagem sobre o Amazonas. Que lá era bom, que era fácil ganhar dinheiro. Tudo isso eles falavam para*

impressionar a gente, só em Mossoró, mais de 3 mil se alistaram. Ele conta que, além das promessas de riqueza, pouco ou nada se sabia sobre a região Amazônica e o trabalho no seringal. Eles não explicavam nada. Eu só sabia que tinha que trabalhar cortando seringa. O problema é que eu nunca tinha visto uma seringueira antes (Francisco, 81 anos). Hoje, lembra com saudades do tempo em que foi extrativista.

Ao todo são 57 colocações³⁰ ao longo do rio Guariba até a divisa com o Amazonas, porém, apenas 14 encontram-se habitadas. Um seringueiro nos revela o que significa colocação: vocês chamam de propriedade e a gente chama de lugar, de colocação. Pelo nosso idioma, chama-se colocação devido às estradas de seringa (João, 70 anos). Suas casas são suspensas como palafitas, devido às cheias dos rios e para evitar a entrada de insetos e outros animais. Nos esteios usam-se madeiras resistentes à água como itaúba; as paredes e o assoalho são de paxiúba e a cobertura é feita de trançado com folhas de palmeiras, aprendido com os índios.

Cada colocação habitada corresponde a uma família (marido, mulher e filhos solteiros) e em algumas delas os filhos casados continuam a morar nos territórios dos pais. Temos em Guariba, dois exemplos de seringueiros aventureiros, que com o consentimento dos associados, estabeleceram-se há três anos na resex, construindo uma nova colocação. Novos seringueiros na Reserva, só com a autorização dos seringueiros, mas essa decisão às vezes é tomada apenas pelo presidente.

A população na margem do rio Guariba está em torno de 100 pessoas, esse número se mantém há mais de 10 anos. O grande refluxo populacional ocorreu com o declínio do comércio da borracha nativa, quando muitos partiram em busca de melhores condições de vida, procurando centros urbanos, garimpos e fazendas. Um seringueiro reflete o seu pesar: a beirada do rio está tudo acabado, raleou tudo, muitos foram embora, outros morreram. Aqui pra baixo você anda o dia todinho pra ver uma pessoa. Esse rio já foi muito habitado (José, 75 anos).

³⁰ Colocação é o conjunto de espaços utilizado pelo seringueiro e sua família: residência, roça, estrada de seringa e os castanhais.

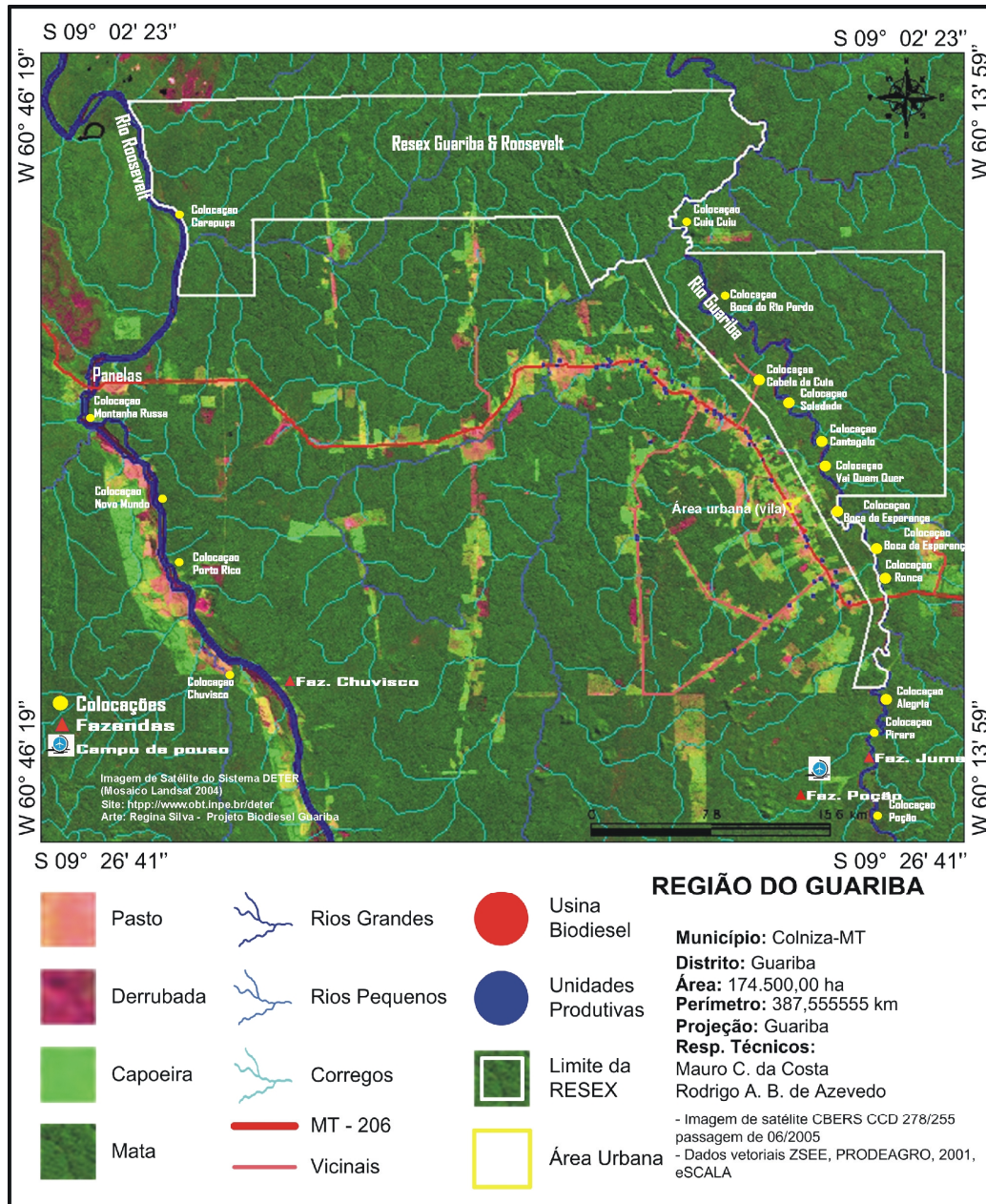


Figura 08: Região de Guariba
 Adaptado de: Azevedo et al, 2005.

Muitos não sabem que o valor comercial do látex da seringueira despencou por causa da biopirataria realizada por Henry Wickham que levou para a Índia e vários países da Ásia a semente rajada em forma de ovo, de manipulação delicadíssima, que rendeu muito dinheiro para esses países e muito abandono e miséria na Amazônia (SANTOS, 2002). *Não consigo entender, porque uma borracha tão boa não tem quem compre, tem uns dez anos que caiu o preço do látex (Sebastiana, 46 anos).*

A quantidade de colocações desocupadas evidencia a alta densidade populacional dessa região durante o ciclo da borracha. Vários são os motivos que justificam a saída da região, como: abandono pelo poder público, a contínua queda do preço da borracha nativa, as péssimas condições das estradas de acesso, acesso à saúde, as distâncias entre os centros comerciais e principalmente a grande pressão pelas terras. Entretanto, as famílias que ainda vivem na região encontram muitas outras razões para permanecerem, como a identidade, os cheiros e as cores da floresta, a convivência, o parentesco, 'a liberdade', o pertencimento e o desejo infundável de voltar a extrair a borracha.

É do desejo de continuarem extrativistas da seringueira, que emerge a identidade como seringueiros, sabemos que esta denominação não está vinculada somente a uma categoria de trabalhadores (cujas atividades já não são mais a extração da borracha), mas por peculiaridades como a visão singular da floresta e o significado que dão a ela por um modo de vida constituído (SANTOS, 2002).

As colocações (figura 09), as estradas de seringa e a floresta fazem parte deste mundo de pertencimento dos seringueiros. A floresta é parte essencial de suas vidas cotidianas; as estradas são caminhos de árvores e são estes caminhos que eles percorrem todos os dias para trabalhar; é ali que caçam para se alimentar, é por ela que andam distâncias enormes, a pé, para se reunir, é nela que passam a maior parte de suas histórias (ALEGRETTI, 2002).



Figura 09: Atividades dos seringueiros
Fotos: R. Silva e M. Jaber

Os movimentos de criação da resex começam no ano de 1992, com o I Encontro dos seringueiros da região, contando também com a participação dos colonos³¹, a Igreja Católica de Aripuanã, CNS, Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), Centro de Estudos e Pesquisas no Pantanal, Amazônia e Cerrado (GERA/UFMT) e outras entidades (SANTOS; COSTA JÚNIOR, 1997). Reunindo cerca de 60 extrativistas, o encontro teve como proposta a troca de experiências e essencialmente a definição de um plano de luta.

Posteriormente a este encontro, no ano de 1993, os seringueiros se organizaram e criaram a Associação dos Seringueiros de Guariba e Roosevelt (ASGR). A criação da associação foi uma forma de organização que encontraram para que fosse instituída a reserva extrativista.

A partir dessa criação, importantes passos foram tomados, mas apenas no ano de 1996, que foi decretado a criação da Resex G&R, pelo decreto estadual nº. 952 de 19/06/96, com área de 57.630 hectares (MATO GROSSO, 1999). Entretanto, esta área não foi suficiente para contemplar todas as colocações da resex. De acordo com Everaldo Santos, seringueiro do Guariba e membro do sindicato de trabalhadores rurais de Aripuanã³², “o governo desmembrou do Filinto Muller (projeto de colonização da década de 80) e, sem ter feito nenhum levantamento de campo, decretou como reserva extrativista”. A reserva proposta pela ASGR teria 266,9 mil hectares, numa faixa de 10 quilômetros de largura a partir das margens dos dois rios.

³¹ Os colonos são considerados pelos seringueiros os assentados pelo projeto Filinto Muller.

³² Município localizado a 350km de Guariba.

“Para nós não interessa uma área entre o Guariba e o Roosevelt. Nós queremos uma reserva ao longo dos rios”, justificou Santos em entrevista ao jornal local Diário de Cuiabá (VARGAS³³, 2000).

Além da resex, é fruto desse movimento a consolidação do convênio com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) para atendimento de algumas necessidades materiais como: veículo, construção da sede da ASGR, barco, motores e utensílios para extração de látex. Entretanto, por vários motivos, entre eles a falta de manutenção que deveria ser realizada pela secretaria, muitos desses materiais estão sucateados.

A organização através de associações, apesar de todas as dificuldades, é uma maneira de emancipação econômica que muitas comunidades aderiram. Todavia, a ASGR tem enfrentado grandes dificuldades, percebemos uma organização tênue: a comunicação difícil e demorada; o enfoque de forças políticas identificado nas lideranças locais; baixíssima participação dos seringueiros nas decisões tomadas pela associação e um sistema de representação marcadamente pela representação centrada no presidente. Um dado importante a ser destacado é que desde o início da constituição da associação apenas uma pessoa foi representante dos seringueiros, isso pode ser compreendido pela lista de motivos apresentados a cima.

As longas distâncias entre as colocações e a sede da ASGR dificultam a presença de alguns seringueiros nas reuniões e na própria diretoria da associação, por representar custos com o trajeto e também dias sem ser trabalhados. O contexto histórico que muitos seringueiros viveram também contribui para fraca mobilização, acreditamos que muitos deles acabaram transferindo ao presidente da associação, a mesma relação que exerciam com os seringalistas, de submissão nas tomadas de decisão, o dito, coronelismo³⁴. Assim como, a própria memória de suas lutas, que registraram e ainda registram muitas perdas e sofrimentos, como a crise causada pela queda do comércio da borracha, fazendo com que os seringueiros perdessem o ânimo

³³ VARGAS, Rodrigo. Decretação da área foi equivocada. Diário de Cuiabá, Cuiabá, n. 9718, 10 set. 2000. Disponível em: <<http://www.diariodecuiaba.com.br/>>

³⁴ Coronelismo é o termo criado para designar certos hábitos políticos e sociais próprios do meio rural brasileiro, onde os grandes proprietários rurais, ditos coronéis, exerciam absoluto domínio sobre as pessoas que viviam em suas terras ou delas dependiam para sobreviver.

de continuar lutando. Em uma entrevista um seringueiro nos disse: *sem a seringa não tem como viver, estamos vegetando aqui (João, 70 anos).*

Os seringueiros sempre tiveram uma vida muito ativa, na época do auge da seringa, o seringueiro saía cedo de casa, percorria as estradas de seringa (figura 10), que são caminhos sinuosos no interior da floresta onde se encontram as seringueiras.

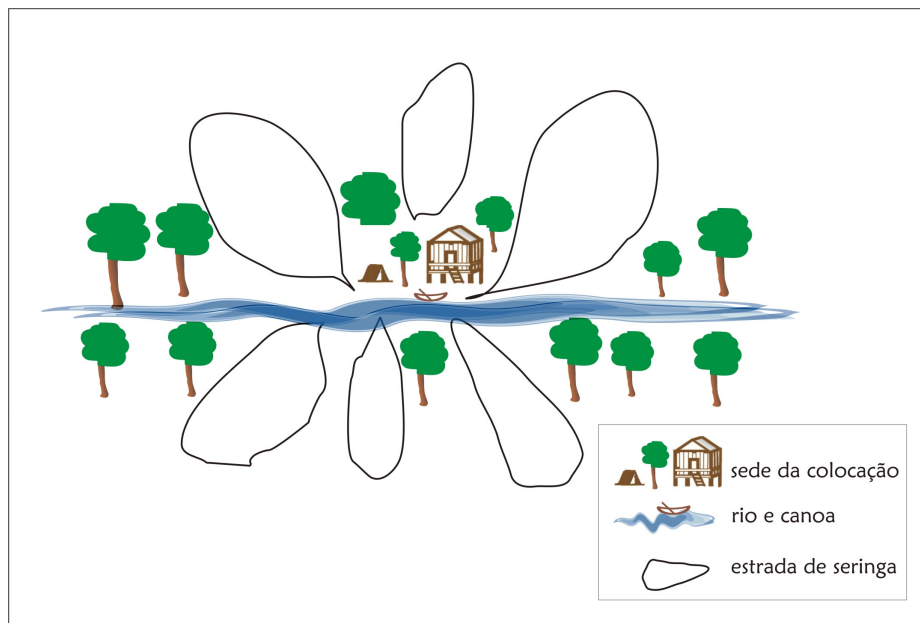


Figura 10: Esquema das estradas de seringa –
Fonte: adaptado de Andrade (2004)

Esses caminhos eram percorridos diariamente para extração do látex, seus tipos variam de acordo com seu formato e localização em referência a sede da colocação. Seus formatos são denominados como espigão: estradas aparentemente retilíneas; ou em rodo: que se dá em forma circular (ANDRADE, 2004).

Em Guariba, cada colocação tem em média seis estradas, em cada estrada cerca de 100 árvores seringueiras. O fábrica³⁵ da seringa iniciava-se no mês de maio e se estendia até dezembro, com uma interrupção no mês de agosto: *em agosto a gente para de cortar a seringa, por que ela flora e precisa do leite, se cortar ela seca (João, 70 anos), explica um seringueiro.* No ano 1996, um dos últimos fábricas do

³⁵ Chama-se de fábrica o período de coleta.

Guariba, o volume da produção por colocação foi em média 925 kg/colocação (SANTOS; COSTA JÚNIOR, 1997).

Os fábriços eram entregues aos patrões, que no interior do seringal era quem agenciava o fornecimento de víveres e meios de trabalho para os seringueiros, é quem traz a esperança de ser livre e, aqui nesse contexto de produção de mercadorias, ser livre é ter saldo. Mas ao mesmo tempo o patrão é quem rouba nas contas, que vigia, controla, que põe no tronco o seringueiro que foi pego tentando ser livre (PORTO-GONÇALVES, 2003).

Em Guariba os barracos do patrão, Jerônimo Marinho, serviam como um posto comercial que adiantava os ranchos³⁶ e no final do fábriço recebia as pélas de borracha. Os seringueiros estavam sempre em débito com os patrões, e estes em débitos com as casas aviadoras, que neste caso era a firma J NEGREIRO de Manaus-AM. Como nos narra um seringueiro: *A gente entregava pro patrão daqui, o Jerônimo Marinho, aí ele fornecia o rancho. Depois ele baixava esse rio até Manaus, ele vendia para o J Negreiro (João, 70 anos).*

O sistema de aviamento é mais que uma relação comercial, é uma relação que cria cumplicidades clientelísticas. É daí que ele tira toda a sua força. O isolamento na Amazônia, sobretudo dos seringueiros, cria enorme dependência do barco que passa, trazendo notícias de parentes, amigos, remédios, comidas, além de vender e comprar seus produtos. Este sistema era de grande exploração, uma vez que as mercadorias fornecidas aos seringueiros eram repassadas muito acima dos preços de mercado, enquanto os preços da borracha extraída eram ínfimos. Confirmando as palavras de Euclides da Cunha (2003, p. 59), quando traz a analogia entre sísifo e seringueiros, “o seringueiro é um solitário, perdido no deserto da floresta, trabalhando para se escravizar. Cada dia num seringal corresponde a uma empreitada de Sísifo – partindo, chegando e novamente partindo pelas estradas no meio da mata, todos os dias, num eterno giro de encarcerado numa prisão sem muros”.

³⁶ Ranchos são produtos industrializados, como: açúcar, macarrão, sal, anzol, pilha, fumo e outros.

Os seringueiros surgiram como uma categoria social específica de trabalhador nas últimas décadas do século XIX percorreram todo o século XX e entraram no século XXI. Emergiram com a segunda revolução industrial, produziram durante as duas guerras mundiais e seguiram trabalhando ao longo de todas as demais fases da história recente da Amazônia. Mesmo tendo se tornado irrelevante para a economia mundial o sistema do seringal permaneceu em operação, por duas razões: o apoio do Estado por meio de políticas protecionistas que asseguravam aos seringalistas preços e mercado e, em consequência, o controle sobre os seringais e a adaptação da população local a uma economia agro-florestal capaz de se manter com baixa vinculação ao mercado (ALEGRETTI, 2002).

Existe uma concepção e uma prática nas reservas que apontam para a superação econômica do extrativismo tradicional, através da elaboração de alternativas que permitam uma diversificação dos produtos-base da economia extrativista. Uma delas é a extração do óleo de copaíba (*Copaifera sp*) e a Castanha do Brasil (*Bertholletia excelsa*). O óleo é utilizado no tratamento de enfermidades, como: gripes, ferimentos, picadas de cobra; é usado também como combustível para lamparina e pequenos candeeiros. Sua extração é feita através de um furo com o trado - uma broca manual específica para essa atividade - na base do tronco da árvore, após a coleta o buraco é tapado com uma rolha de madeira até a próxima coleta, segundo relatos, houve copaibeiras que produziram até 80 litros de óleo/coleta (José, 75 anos). Esse pequeno cuidado de tapar o furo é muito importante para a sobrevivência dos copaibeiras.

A coleta de castanha do Brasil é feita entre os meses de novembro a março, período chamado de fábrica da castanha. No fábrica de 2004/2005 foram coletadas 60 toneladas somente no rio Guariba. Nesta época, a castanha é um complemento da alimentação familiar e além do consumo *in natura*, produzem-se dela o leite e o óleo. Depois de retiradas do ouriço, as castanhas são depositadas em outra mochila improvisada chamada de pano. Muitas vezes o extrativista tem que percorrer o castanhal carregando até 50 quilos nas costas. "Muitas vezes é debaixo de chuva" (Antônio, 38 anos).

Além desses produtos, a alimentação da família fica garantida com as pequenas plantações, a pesca e a produção de farinha de pupa, uma farinha também conhecida como farinha d'água e que é fruto de um conhecimento adquirido com indígenas. O hábito da pesca e a caça também se configuram como uma adaptação à floresta.

As crianças e mulheres seringueiras ajudam nas lidas diárias. Auxiliavam no corte e coleta do látex. Em épocas do ano, como no fábriço da castanha, os homens muitas vezes fazem incursões em grupos e permanecem até dois meses distantes de suas casas, neste momento as mulheres, assumem as responsabilidades, pescam e cuidam das roças (SANTOS; COSTA JÚNIOR, 1997).

A vida nos seringais segue os movimentos das águas da Amazônia, com cheias e secas, denominado como inverno e verão respectivamente. Sua ligação com o rio é muito forte, pois durante muitos anos este foi o canal que ligava os seringueiros com o mundo. *“Não existiam estradas, nossa vida foi sempre ligada a essas águas”* (Francisco, 81 anos), diz um seringueiro. Com a queda do comércio da borracha, vem a falência do sistema de aviamento feito pelos patrões. Porém, ainda hoje existem os marreteiros³⁷, que percorrem os rios amazônicos com seus batelões, deixando as mercadorias superfaturadas, desta forma os seringueiros se comprometem em repassar a produção de sua colocação. Segundo relatos, o preço de um fardo de açúcar chega a custar R\$ 50,00 e os altos preços estabelecidos pelos comerciantes, levam os seringueiros a um constante endividamento.

Sem outra alternativa, muitos só se davam conta da dívida quando esta já havia se tornado impagável. *Mas, se não fosse eles, não tinha outro jeito. Em Aripuanã não tem uma fábrica de borracha, nem de castanha para a gente vender o produto* (João, 70 anos). *Com o marreteiro era bom, porque a gente pegava a mercadoria para pagar uma vez por ano, agora, a gente não encontra nem para pagar por mês* (José, 75 anos).

³⁷ Marreteiro é o intermediário que percorre os rios e compra os produtos extrativistas (por preços ínfimos) e pagam com ranchos.

O patrão vinha pra comprar e vender. Agora ficaram os marreteiros, sobem deixando a mercadoria, quando descem a gente já tá com o produto: castanha, copaíba, qualquer coisa (Francisco, 81 anos). Mesmo com todas as dificuldades que esses sistemas trazem, na maioria das vezes é a única opção para essas comunidades longínquas.

Além de todas as dificuldades apresentadas, os seringueiros ainda sofrem com o alto índice de malária e têm que defender seu espaço contra posseiros, fazendeiros e madeireiros que, com suas atividades devastadoras, visam tirar quanto antes o lucro, não hesitando em promover o desmatamento máximo (SILVA et al, 2004). À abertura da estrada, por volta de 1988, facilitou a entrada de doenças como a malária, mas não de assistência médica. A situação poderia ser considerada caótica se não fosse a presença militante de um grupo de religiosas com especialidade na área de saúde popular, que se instalou na região em junho de 1989 e ainda hoje essa é uma grande alternativa daquela comunidade.

Faz-se necessário uma referência à disseminação dos garimpos e madeiras depois da abertura da estrada, e com isso o aumento dos desmatamentos, deixando assim a população ainda mais vulnerável. A atividade garimpeira é considerada, pela comunidade de seringueiros, a grande responsável para deflagração da malária, pois levavam os garimpeiros doentes para embarcar no avião na pista de pouso em Guariba. De acordo com as narrativas, a relação dos seringueiros com os trabalhadores de garimpo nunca foi tranqüila, pois segundo eles muitos destes garimpeiros se ‘infiltravam’ nas festas nos seringais e sempre acabava em briga, principalmente entre os casais. Desde o surgimento dos garimpos até 1991, Guariba viveu sua pior epidemia de malária, e segundo relatos, aproximadamente 95% das lâminas examinadas davam resultado positivo.

Ainda hoje os números da malária são altos, segundo os dados narrados pela Secretária Municipal de Saúde de Colniza. Das coletas sanguíneas do final de 2004, aproximadamente 75% das lâminas deram resultados positivos. A incidência de doenças nos seringais tem influenciado o modo de vida, a produtividade dos seringueiros e até mesmo a sua sobrevivência na região.

A sobrevivência na e da resex estão comprometidas, as dificuldades na educação, saúde, transporte etc, demonstram a delicada situação que os seringueiros enfrentam. Reforçamos que é preciso urgente a ampliação da área, para que contemple todas as colocações, mas é imprescindível pensar também na sustentabilidade da região, enquanto eles estão discutindo a ampliação da reserva, aqui a reserva está acabando, quando eles decidirem já vai ter acabado tudo (Maria, 35 anos), expressa uma entrevistada. A demora e a falta de interesse por parte do Estado na resolução destas questões, acarretam na destruição da vida ambiental e social da Resex G&R, e ainda assim os seringueiros buscam maneiras de lidar com essa situação, de re-criarem novas formas de sobrevivências, assim os seringueiros de Guariba, (re)inventam suas vidas e seus cotidianos, “criando táticas e utilizando-se de astúcias para driblar a opressão vivida” (CERTEAU, 1996, p. 67).

Hoje em dia, a luta dos seringueiros segue sendo uma luta pelo direito a diferença cultural, ao direito de viver com a floresta e a desenhar-se um estilo de vida. É um movimento pela construção de um futuro sustentável, fundado nos potenciais da natureza e da cultura. É a disjunção de um mundo globalizado, homogeneizado, para um mundo de diversidade e diferença; é a atualização de identidades no mundo da complexidade em uma bifurcação de sendas no devir histórico traçado pelos movimentos sociais pela re-apropriação da natureza (PORTO-GONÇALVES, 2003).

3.5 SUSTENTABILIDADE DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS

Após as inúmeras lutas enfrentadas pelos seringueiros, como abordamos anteriormente, as Reservas Extrativistas ainda tem enfrentado grandes desafios e questionamento sobre suas viabilidades. Esta categoria de área protegida foi assegurada no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)³⁸, caracterizada neste sistema como:

³⁸ BRASIL. Lei nº. 9.985, de 18 de julho de 2000. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Brasil, 2000. Disponível em: www.mma.gov.br/snuc, acesso em 03 jan. 2007.

Uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

De acordo com o esse sistema, uma resex deve ser gerida por um conselho deliberativo, presidido pelo órgão responsável por sua administração e constituído por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e das populações tradicionais residentes na área, conforme se dispuser em regulamento e no ato de criação da unidade. Entretanto, essa decisão do SNUC, não vem sendo cumprida, mesmo depois de dez anos de sua criação, a Resex G&R não possui um conselho deliberativo. Nem mesmo o plano de manejo, que no SNUC é estabelecido prazo de cinco anos para ser elaborado.

Além disso, em uma área decretada reserva extrativista, a extração comercial de recursos madeireiros é admitida, desde que em bases sustentáveis, em situações especiais e complementares, conforme o disposto em regulamento e no plano de manejo da unidade. Na Resex G&R, por não possuir plano de manejo, não pode existir legalmente extração madeireira, mas a realidade que vivenciamos é outra, o desmatamento é visível e crescente. A responsabilidade por essa gestão é da SEMA.

Esses acontecimentos acabam deixando ainda mais fragilizada a situação da resex, além de enfrentarem grandes dificuldades para comercializarem os produtos extrativistas, ainda concorrem seus espaços com atividades ilícitas, como o desmatamento e a extração de areia, que assoreia o rio Guariba. Essa é também uma atividade ilegal em reservas extrativistas, mas na Resex G&R possui licença ambiental do órgão responsável.

Acreditamos que um caminho importante para o fortalecimento das reservas extrativistas tem sido as alianças estabelecidas com os movimentos sociais. Esses movimentos exercem muitas vezes o importante papel de mediadores entre seringueiros, diversos segmentos e Estado. Chico Mendes, sempre valorizou essa parceria, em uma dessas entrevistas disse que:

Nós precisamos provar a viabilidade das reservas extrativas como uma alternativa no desenvolvimento da Amazônia. Entretanto, as reservas tornam-se ilhas isoladas num mar de miséria e injustiças, se a compreensão política não for esclarecida. Nós queremos fortalecer a aliança com os ambientalistas sem perder nossas próprias características de trabalhadores, que querem uma sociedade ecologicamente responsável, onde possamos viver com dignidade, justiça social e também desfrutar o que a sabedoria, a ciência e a tecnologia podem nos oferecer (Chico Mendes³⁹).

Na resex, por exemplo, um importante mediador a se destacar é o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Aripuanã, atualmente liderado por um seringueiro. Somam forças a este sindicato, UFMT, CNPT/IBAMA (Coordenação Nacional de Populações Tradicionais), PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e outras instituições.

Uma conquista desta parceria é o “Projeto de conservação e uso sustentável da biodiversidade nas florestas de fronteira de Mato Grosso”, financiado pelo Global Environment Facility (GEF), com parcerias com o PNUD e UFMT, que busca a criação de redes de cooperação baseadas em arranjos produtivos locais com valor ambiental e cultural agregados. No caso da Resex G&R, esse projeto visa à estruturação do sistema de coleta, armazenamento, beneficiamento e comercialização da castanha do Brasil. Espera-se que para o próximo fábrica de castanha seja destinado a esta rede que valoriza os produtos extraídos de forma sustentável e não aos marreteiros.

O projeto Biodiesel Guariba, também tem sido uma alternativa a sustentabilidade da resex. A intenção do projeto está em fortalecer o comércio dos produtos extraídos da floresta, comprando todo o fábrica dos vegetais oleaginosos extraídos pelos seringueiros, que na maioria, das vezes são vendidos aos marreteiros por preços ínfimos. Essa iniciativa teve início em 2005, o fábrica de castanha dos habitantes da Resex G&R foi todo destinado à produção de biodiesel. Embora saibamos ser incoerente utilizar a castanha na geração de biocombustível, a princípio foi a única alternativa viável, uma vez que as outras espécies ainda estão em fase de estudo. É importante destacar novamente, que os vegetais oleaginosos escolhidos para geração do biodiesel serão sempre coletados pelos extrativistas em áreas da resex.

³⁹ Mendes, Chico. Entrevista com Chico Mendes. Disponível em: <http://www.amanakaa.org/rodrig.htm>

Mesmo que essas alternativas representem de certa forma o fortalecimento da resex, não são ainda suficientes. É preciso destacar o importante papel que o Estado deve exercer, que segundo o CNS, abrange medidas relativas à criação de infraestrutura, programas de saúde e educação, apoio à comercialização de produtos agroextrativistas, exigindo a atuação dos diversos níveis do governo em seu financiamento e implementação de políticas públicas que favoreçam essas comunidades. Esse papel, na maioria das vezes é negligenciado. A presença desses soldados da borracha, ainda é testemunho vivo do abandono, do descaso e da falta de responsabilidade social.

Ainda que suas políticas estejam frágeis e mereçam constantes revisões, as resex representam um caminho, entre tantos, para melhorar o uso da terra, com cuidado na biodiversidade, água e inclusão social. Obviamente, seria um erro crasso ver na reserva extrativista a panacéia para os males da Amazônia. No entanto, equívoco mais grosseiro seria subestimar o alcance desta conquista; a priori, em termos de exemplo de luta vitoriosa entre desiguais; e a posteriori, em relação ao aspecto ecológico da proposta, que contribui com a sobrevivência do nosso planeta.

3.6 EDUCAÇÃO NA RESERVA EXTRATIVISTA GUARIBA & ROOSEVELT

O processo educativo escolarizado teve início em 1985, através de um convênio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e as Escolas Cenecistas, com o objetivo de atender filhos dos seringueiros e pequenos produtores rurais. Os moradores nos explicam que a escola funcionava em regime de internato. Com ensino de 1ª a 4ª série, ficava a 5 km da margem do rio Guariba e foi nomeada como Escola Cenecista Manoel Caetano, em homenagem ao referido índio Arara.

A professora que deu início a esse processo se mantém ainda hoje no cargo, uma seringueira que aprendeu o mundo das letras quando morou em Manaus. Essa escola funcionou até o ano de 1994 com enormes dificuldades, passando posteriormente a ser mantida pela Prefeitura Municipal de Aripuanã e, conseqüentemente, acabando com o regime de internato. Isso dificultou a

permanência dos alunos na escola, pois devido a grande dificuldade de acesso, muitos alunos demoravam até 02 dias de viagem, da colocação de onde moravam até a escola.

Para tentar minimizar o problema, a prefeitura manteve funcionando na colocação São Lourenço apenas uma sala de aula. No ano de 1996 a comunidade construiu com suas próprias mãos uma escola próxima à ponte do rio, mais centralizada entre as colocações, que tem atualmente o nome de José de Anchieta. Embora com tanto esforço, a evasão escolar não se diferencia do quadro brasileiro, o ano letivo geralmente inicia com 15 alunos e finda com quatro deles.

Os movimentos por uma educação escolarizada nos seringais nascem do “Projeto Seringueiro”, fruto do encontro de vários protagonistas, como: os seringueiros por meio de Chico Mendes, alguns intelectuais que apoiavam o movimento e o acompanhamento da Secretaria de Cultura do Ministério da Educação em Brasília. De acordo com Alegretti (2002), nas várias entrevistas que deu em sua vida, Chico Mendes sempre se referiu à ausência de escolas nos seringais como um dos elementos centrais do processo de dominação dos seringueiros pelos patrões. Durante gerações, o analfabetismo contribuiu para consolidar a idéia de que o mundo se organizava em patrões e fregueses, reproduzindo uma estrutura social desigual e injusta.

A proposta das escolas nos seringais esteve sempre ancorada na pedagogia de Paulo Freire, buscando valorizar o saber e a história do seringueiro e dar a eles informações necessárias para encontrar autonomia política e social, ou seja, um olhar crítico sobre a sociedade em que viviam. Uma outra questão importante considerada por eles era aprender o cálculo matemático, fundamental para realizar por conta própria a comercialização de seus produtos, evitando assim, que fossem explorados pelos patrões e marreteiros como é narrado na história.

A proposta defendida por esses protagonistas, é que a escola deveria atender as especificidades da vida dos seringueiros. “A idéia de fazer uma escola no seringal perto das colocações, para os seringueiros, somente começou a ser analisada por eles

quando nós dissemos que seríamos os professores e que eles iriam definir quais os dias de estudo e quais os de trabalho” (ALEGRETTI, 1983, p, 36).

Mas isso infelizmente não aconteceu em todos os seringais, em Guariba, por exemplo, a escola funciona nos padrões de uma escola urbana, não respeitando as especificidades da vida na floresta, talvez daí decorra a ausência dos seringueiros nas salas de aula. As escolas, desde seu início atendem apenas aos seus filhos, não conseguindo cumprir um dos seus objetivos centrais de alfabetizar também os seringueiros, de tirá-los da situação de injustiçados, e poder construir uma consciência política do mundo de opressão em que vivem. Em Guariba, isso não ocorreu por falta de tentativa, pois até o ano de 2005 a professora insistiu em abrir turmas para os adultos, mas apenas uma seringueira teve disponibilidade no horário de funcionamento da escola e está sendo alfabetizada.

Mesmo a escola atendendo aos seus filhos, ela não faz parte da vida da comunidade. Vivenciamos um momento de mutirão na escola, em que os pais foram convidados a participarem, apenas um compareceu, os outros alegaram que aquelas atividades são obrigações da professora, que eles não tinham nada a ver com o que estava acontecendo. Segundo a professora: *trabalhar com a cultura seringueira é diferente, tem que ter muita cautela, a escola ainda não faz parte da vida deles, mas acredito que um dia isso muda.*

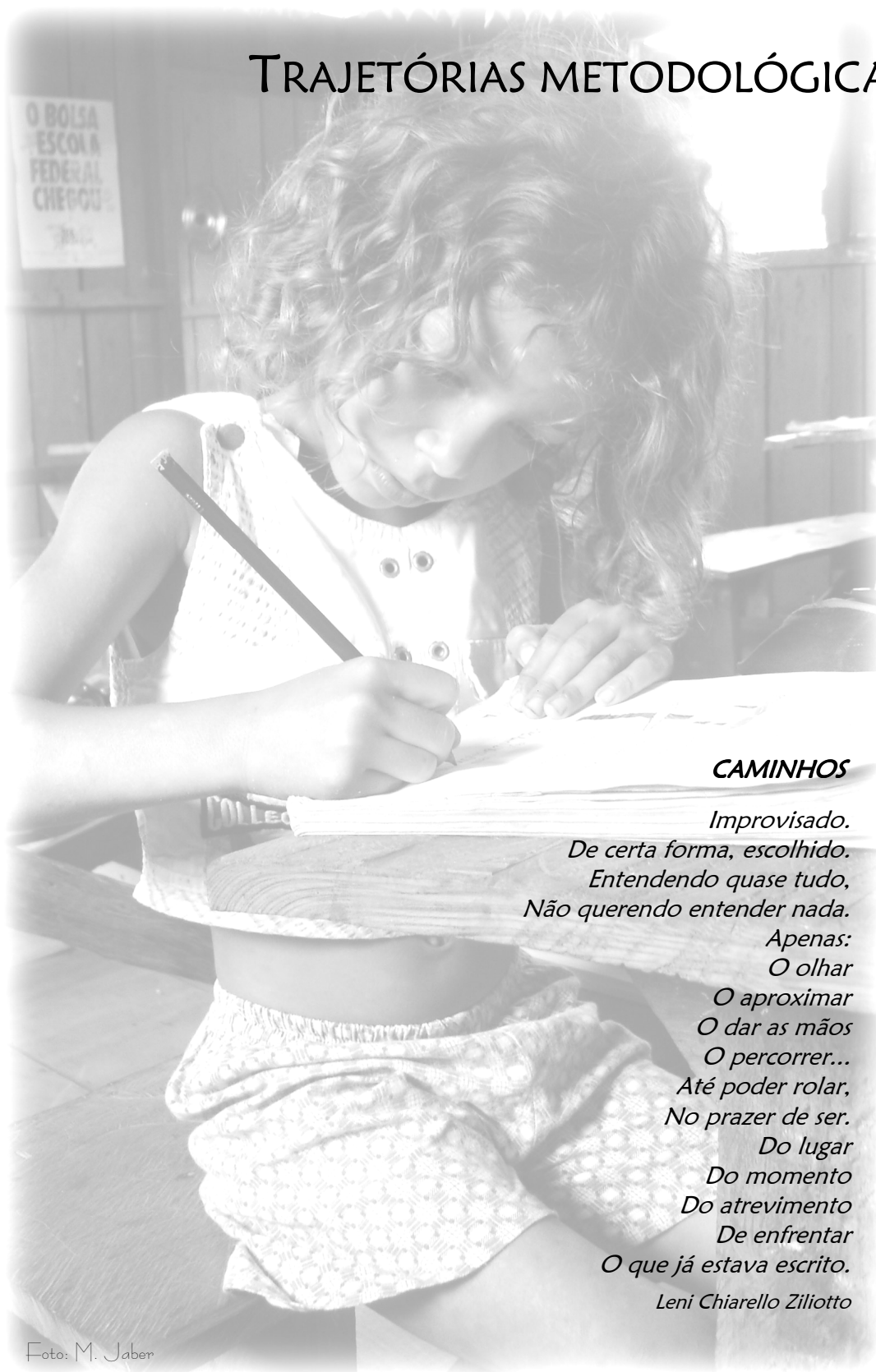
Uma leitura que podemos fazer sobre as dificuldades enfrentadas pelas escolas nos seringais de Guariba, está na relação com os temas abordados pelos educadores com o cotidiano dos educandos, negligenciando muitas vezes temas importantes como à biodiversidade local, a rica história da região e as temáticas ambientais, que são relevantes para seus modos de vida. Um seringueiro nos afirmou: *Não sei o que esses meninos fazem na escola, não sabem o nome de uma frutinha da floresta, não sabem o que os peixes gostam de comer e a hora de pescar (João, 70 anos).* Para esse seringueiro, essas são também atividades importantes que seus filhos devem aprender.

Acreditamos que os PAEC, possam ser um incentivo para a aliança entre escola e comunidade, incentivando a escola estar mais ciente, envolvida e engajada nas lutas da comunidade e vice-versa. Com essa interação, é possível que ocorra maiores diálogos entre os diversos grupos sociais que habitam os territórios de Guariba.

É imprescindível a articulação e a aliança desses grupos sociais marginalizados pelos grandes fazendeiros e madeireiros do local, unindo-se para se fortalecerem. Seguindo Paulo Freire (1987, p. 174), “para que os oprimidos se unam entre si, é preciso que cortem o cordão umbilical, de caráter mágico e mítico, através do qual se encontram ligados ao mundo da opressão”. Além do rompimento com o mundo da opressão é preciso que esses grupos tenham resiliência, para juntos lutarem por seus direitos. Acreditamos que a escola pode ser essa arena de acolhimento aos diferentes, em que os pequenos produtores rurais, seringueiros, índios, sem terras e assentados possam se convergir em busca de um ideal comum: a sobrevivência de forma digna na região em que vivem.

CAPÍTULO 4

TRAJETÓRIAS METODOLÓGICAS

**CAMINHOS**

*Improvisado.
De certa forma, escolhido.
Entendendo quase tudo,
Não querendo entender nada.*

*Apenas:
O olhar
O aproximar
O dar as mãos
O percorrer...
Até poder rolar,
No prazer de ser.
Do lugar
Do momento
Do atrevimento
De enfrentar
O que já estava escrito.*

Leni Chiarello Ziliotto

4.1 TRAVESSIAS

A gênese da nossa pesquisa se deu do imenso desejo de mudar nossa sociedade, mudar os hábitos consumistas, a relação com o outro e essencialmente a maneira de se relacionar com ambiente. Contudo, reconhecemos que somos infinitamente pequenos e limitados para mudar uma sociedade inteira, mas como destaca Freire (1987), mudar um pedaço do mundo é também mudar o mundo.

Com essa convicção, acreditamos que mudar um pedacinho do mundo como Guariba seja possível, mas não temos a pretensão de mudá-la apenas com essa pesquisa, mas minimamente, colaborar para que seus moradores desejem as mudanças e se organizem para isso. Sabemos que a mudança virá daqueles que sofrem, dos injustiçados e excluídos e daqueles que com eles se comprometem e lutam, mudarão o mundo aqueles e aquelas que sabem que não basta estar consciente da necessidade da mudança. É preciso estar organizado e convencer muita gente, inclusive aqueles que são coniventes com o mundo de hoje (GADOTTI, 2005⁴⁰). Esse é um dos grandes desafios da EA, o envolvimento de cidadãos (ãs) para a transformação social desejada.

A proposta dessa pesquisa quando apresentada aos seringueiros, foi recebida com enorme satisfação e ao mesmo tempo espanto, pois para eles suas vidas não tinham significado algum para outras pessoas. Saber sobre eles implica uma valorização de seus modos de vida, atribuindo a eles o poder de dizer suas histórias, suas percepções, as injustiças sofridas e o resgate de lembranças há muito esquecidas.

Para conhecer essa comunidade utilizamos algumas metodologias, que é entendida aqui como o conhecimento crítico dos caminhos do processo científico, indagando e questionando acerca de seus limites e possibilidades (DEMO, 1989). Compreendemos assim, o método como o caminho que optamos a caminhar e metodologia como a forma que caminhamos. Essa conceituação de método e metodologia é uma discussão ainda muito efervescente, muitos autores consideram

⁴⁰ GADOTTI, Moacir. Um outro mundo é possível desde já. Disponível em: http://www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti/Artigos/Portugues/FME_e_FSM/Um_outro_mundo_posivel_desde_ja_2005.pdf. Acesso em: 05 dez. 2005.

desnecessário diferenciá-los, outros acreditam ser essencial para facilitar a compreensão.

O método utilizado nesta pesquisa foi o qualitativo, que de acordo com Maanen (apud NEVES, 1996, p.32) “tem por objetivo interpretar e expressar o sentido dos fenômenos do mundo; trata-se de reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação”. Favorecemos este enfoque por acreditarmos não ser possível revelar as percepções dos seringueiros de forma quantitativa, embora saibamos que os métodos quali-quantitativos não se excluem. Uma pesquisa pode ser "quali-quantitativa", pois elas podem ser complementares. Para Minayo (1994), a primeira, dá lugar à "intuição", explorando e permitindo interpretações "subjetivas". E, a segunda, representa o espaço do racional, traduzido a "objetividade" dos dados matemáticos (estatísticos).

Este método propicia liberdade ao pesquisador, portanto, não haverá neutralidade na pesquisa, pois ele atribui significados, interage com o desconhecido e se dispõe a dialogar. Também não haverá conclusões, posto que compreensões não sendo encarceráveis nunca serão definitivas (GARNICA, 1996).

Assim, buscamos conhecer e compreender as dinâmicas da Resex G&R. Para isso recorreremos a um olhar fenomenológico, de perceber e respeitar os diferentes olhares. Inspirados na fenomenologia da percepção, ancorada no filósofo Maurice Merleau-Ponty. Esta metodologia foi favorecida por permitir maior aproximação com os sujeitos envolvidos, resgatando as conversas e história da localidade, levando em consideração que as concepções estão arraigadas de memórias e experiências.

Segundo Merleau-Ponty (1999) todas as visões são verdadeiras, sob a condição de que não as isolemos, de que caminhemos até o fundo da história para encontrarmos o núcleo único de significação existencial que se justifica em cada perspectiva. Nesse sentido, compreendemos as percepções dos seringueiros em relação aos conflitos ambientais da região, sem a pretensão de julgar quem está certo ou errado. A fenomenologia nos traz essa realidade diversa com ênfase ao “mundo cotidiano”. “Cada lugar, cada sujeito, percebe diferentemente o outro e a vida a sua volta” (MERLEAU-PONTY, 1999, p.55).

Esse caminhar fenomenológico, parte da compreensão do viver e não de definições ou conceitos e no nosso caso esta compreensão é voltada para os significados do perceber. Neste caso, importa destacar a ‘experiência vivida’ do sujeito, compreendendo o agir e o saber-fazer, de modo criativo e crítico, de cada um deste, lembrado que a percepção ‘não ocorre no vazio, mas em um estar-com-o-percebido’ (BICUDO; ESPÓSITO, 1997).

Esta concepção não se realiza através de um distanciamento neutro, ela se realiza no contato direto com os sujeitos desta pesquisa, isso favorece uma pesquisa de cunho qualitativo como a nossa. Passos & Sato (2002, p.130) acrescentam que “um olhar fenomenológico, significa avaliar a si próprio na busca da identidade individual (*eu*), buscando uma área de aprendizagem coletiva da alteridade (*outro*) e, desta justaposição, construir uma relação com o *mundo* (eu-outro-mundo)”. Isso significa que buscar nossas próprias identidades e tentar aceitar as dos outros pode representar um risco, todavia quem optou caminhar na EA percebe que as incertezas e as dúvidas sempre estarão ao nosso lado.

Para complementar esta metodologia, no resgate da trajetória dos seringueiros seguimos a linha metodológica da história oral. A literatura contemporânea tem revelado mais controversa do que consenso no campo da história oral. Para alguns, essa metodologia é um campo de investigação delimitado em regras normativas. Para outros, entretanto, a história oral constitui-se da entrevista com sujeitos que narram suas histórias de vida, valores e conhecimentos.

Utilizamos essa metodologia como uma alternativa para articular as experiências de vida dessas pessoas aos fenômenos sociais mais amplos. Ancorados nas palavras de Ruscheinsky (2005, p. 140) “o estudo da história oral atribui importância ao sujeito da pesquisa, sujeito da história, que, entre possibilidades e limites, se apresenta construtor de seu destino”.

A história foi revisitada conforme as conversas e vivências realizadas com a comunidade e nossa intenção está em aglutinar os fragmentos das narrativas dos seringueiros, juntamente com as bibliografias, para construirmos uma história coletiva. Recorremos às palavras de Silva (2003, p.43) quando nos afirma que “o passado não

faz parte do tempo acabado, é constantemente reavivado pelas lembranças, constitui um ingrediente de um devir, de um possível acontecer”. Neste sentido, as narrativas revelam dois pontos essenciais: a memória é uma reconstrução social; a memória transforma o presente na medida em que reinterpreta o passado (op. cit).

No diálogo estabelecido a partir da história oral, o narrador fala sobre suas aventuras de trabalho, experiências, vivências, histórias que conhece sobre os acontecidos, o vivido, o que foi incorporado ao discurso como vivência, às situações que os identificam e os marcaram independente de ter participado delas ou não.

A infinidade de lembranças e de conjuntos guardadas em nós como percepções e reações vividas no passado têm mais do que o poder de tão somente impregnar as percepções do momento presente. Tornadas parte do “espírito da pessoa, as evocações das vivências podem dividir-se em memórias-hábito e imagens-lembranças” (BOSI, 1994, p.11). Deve-se, ainda, salientar que, “na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado” (op. cit., p. 17). Assim, as lembranças dos sujeitos entrevistados estão ligadas à sua trajetória de vida, o que lhe permite oferecer um depoimento das transformações ocorridas ao seu redor e, ao mesmo tempo, produzir uma reflexão das mudanças por eles percebidas.

Essa aliança entre a compreensão dos impactos ambientais e a memória dos sujeitos, sob nossa ótica faz muito sentido, uma vez que possibilita aos membros do grupo social a compreensão da trajetória vivida por eles, bem como a interpretação dos significados dos fatos. Como por exemplo, no momento das entrevistas realizadas com os seringueiros surgiram algumas respostas para situações vividas atualmente. Contudo, esta aliança só ganha sentido, “relacionando-se com os interesses coletivos propostos, inserindo a temática da memória social no contexto do conflito a respeito das decisões políticas” (RUSCHEINSKY, 2000, p.140).

A submissão muitas vezes protagonizada pelos sujeitos desta pesquisa, pode ser compreendida pela ausência da memória de suas lutas, segundo Ruscheinsky (1998, p. 115),

pela ótica da exposição, não se trata em nenhum momento de espaço vazio de memória – tábula rasa –, mas de busca de organicidade, unidade e acento em dimensões que foram ocultadas. Neste sentido, a memória social cria possibilidades para a identidade de grupos e nações pela tradição viva da história, bem como para que diversos setores interpretem as formas de violência que tendem a desarticular encaminhamentos alternativos.

Na busca do registro histórico e da compreensão dos conflitos, é necessário que o pesquisador tenha um convívio com a comunidade pesquisada. Privilegiamos neste sentido a observação participante, que se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado, possibilitando uma interação social intensa entre pesquisador e sujeitos, para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos (MINAYO, 1994). Neste método, o pesquisador observa a vida diária e faz anotações particulares, interpretando e compreendendo os achados de suas informações, que servem de orientação para investigações futuras.

Compartilhamos momentos cotidianos com os seringueiros: a hora da alimentação, as conversas de fim de tarde, a pesca e outros momentos, fundamentais para a compreensão de seus modos de vida. Assim reforça Cicourel (1980, p.89) “o pesquisador/observador está face a face com os observados e, ao participar da vida deles no seu cenário natural, colhe dados. Assim, o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo modificando e sendo modificado por ele”.

Nesses momentos de colheitas recorreremos às entrevistas semi-estruturadas para dar um direcionamento em nossos diálogos. Este tipo de entrevista consiste na combinação de um roteiro sistematizado com perguntas abertas que permitem ao pesquisador se orientar ao elaborar as questões que pretende abordar. Não havendo necessidade de uma sequência rígida quanto aos assuntos a serem abordados, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações (MINAYO, 1994).

Nas cirandas dialógicas vivenciadas em Guariba, foi possível realizarmos entrevistas com sete seringueiros, e em função de ser uma pequena comunidade, o universo pesquisado pode ser facilmente identificável, por isso optamos criar nomes fictícios para estas pessoas, resguardando os sujeitos de possíveis constrangimentos nas suas relações dentro da comunidade.

4.2 CAMINHOS PERCORRIDOS

Iniciamos nossa pesquisa no mês de setembro de 2004, devido a longa distância entre Guariba/Cuiabá (1200 km) e as precariedades das estradas de acesso (figura 11), estivemos na resex apenas três vezes, mas todas as idas foram intensamente produtivas, propiciando momentos de enormes conhecimentos.



Figura 11: 'Estradas' de acesso – Cuiabá/Guariba
Fotos: Regina Silva

Nossa primeira viagem a campo foi realizada de 04 a 12 de setembro de 2004 e o objetivo central foi conhecer e levantar dados da região através de observações e entrevistas informais. Várias visitas foram realizadas às casas dos moradores. Além disso, realizamos uma reunião com toda a comunidade e lideranças para um primeiro contato e para apresentar o projeto Biodiesel Guariba. Neste primeiro contato já foi possível identificarmos os principais grupos sociais que habitam Guariba, assim como a relação conflituosa que se estabelece entre os moradores da região. Esta percepção foi possível, devido aos “comentários” feitos pelos moradores da vila: *“Vocês não precisam nem falar com o povo da beirada do rio⁴¹, eles não gostam de trabalhar”*. Nosso primeiro contato com os seringueiros se deu nessa viagem, fomos até a ASGR em busca de informações e neste momento conhecemos três seringueiros que são sujeitos desta pesquisa.

Nosso segundo contato com habitantes de Guariba ocorreu no período de 03 a 23 de abril de 2005. Com as precariedades da estrada devido à época de chuvas,

⁴¹ De forma preconceituosa, muitos moradores da vila referem-se aos seringueiros como beiradeiros, e intitulam como preguiçosos.

levamos cinco dias para chegar ao vilarejo. Este foi nosso maior período em campo, buscamos aproveitar ao máximo as oportunidades e vivemos momentos inacreditáveis ao lado dos seringueiros. Realizamos várias entrevistas, conhecemos algumas colocações, pescamos, comemos a famosa farinha de pupa e percorremos estradas de seringa, onde tivemos uma aula sobre como se sangra uma seringueira e os cuidados primordiais para não feri-la. Além disso, visitamos nesta viagem todas as escolas rurais e iniciamos o curso de formação.

A última viagem a campo foi realizada entre os dias 17 a 25 de setembro de 2005. Nesta, algumas entrevistas foram realizadas e outras retomadas. A segunda etapa do curso de formação também foi realizada. Houve duas grandes reuniões com pequenos produtores e seringueiros para elaboração de projetos a serem enviados às fontes financiadoras.

As entrevistas foram gravadas com autorização dos sujeitos e nestas utilizamos o roteiro abaixo, mas como dito anteriormente esse foi apenas um direcionamento de nossas conversas, pois vários assuntos foram abordados conforme o rumo que nosso diálogo ia tomando.

Há quanto tempo mora na região de Guariba?

Como é viver na Resex G&R?

O que mais você gosta aqui?

Sente falta de alguma coisa que não encontra mais?

Em sua opinião o que mais mudou?

A floresta continua a mesma?

O que mais atinge sua vida?

Você se sente injustiçado?

O que você acha que deva ser feito para mudar essa situação?

A Educação pode colaborar? De que forma?

Com o projeto Biodiesel Guariba, o que você acredita que vai mudar na sua vida?

Neste momento é primoroso também apresentar os obstáculos encontrados no caminhar desta pesquisa. Apesar de sermos muito bem recebidos pelos seringueiros, nos primeiros contatos foi possível perceber o receio em nos contar suas histórias. Sentiam como se estivessem fazendo uma denúncia, principalmente quando no decorrer da conversa chegávamos ao ponto dos conflitos ambientais da região. Era

perceptível que buscavam uma maneira mais amena de nos narrar os fatos para não serem prejudicados. Essa dificuldade foi superada com a convivência, embora curta, mas de muita consistência.

Tudo que foi escrito neste trabalho, esteve sempre ancorado nas percepções desta gente, nos gestos, nas falas, nos silêncios, nos suspiros, nos sorrisos e na tentativa de colaborar com as mudanças necessárias. Nas viagens realizadas por este universo amazônico, não há racionalidade que segure as lágrimas correndo pelas faces - sejam pelos integrantes do GPEA, sejam nas vozes dolorosamente narradas pelas cicatrizes destas vidas. Um sentido de impotência nos chega sorratamente, e simultaneamente este mesmo sentimento nos impulsiona para lutar mudando cenários. São viagens neste microcosmo de florestas, águas, terras e queimas que possibilitam, ainda, a nossa esperança (JABER; SATO, 2006).

CAPÍTULO 5

UNIVERSOS AMAZÔNICOS NOS OLHARES FENOMENOLÓGICOS



Fotos: A. Alcântara, M. Jaben e R. Silva

IDENTIDADE SERINGUEIRA

5.1 PAISAGENS CONFLITANTES

*Eu morro e não vou entender isso: Pra que tanta terra? Pra que isso tudo?
E você ainda não sabe, eles querem mais... (Francisco, 81 anos)*

Iniciamos a reflexão deste capítulo com a frase de um seringueiro de Guariba, indagando por que precisam de tanta terra? Como uma única pessoa pode ter tanto? Qual a intenção desta e sua relação com a floresta? Estas perguntas nos trazem à tona uma discussão já enunciada no primeiro capítulo deste trabalho: a apropriação de terras públicas.

De acordo com Porto-Gonçalves (2004), o que causa estranheza é que os conflitos territoriais sejam tão graves numa região sempre apresentada como de vasta disponibilidade de terra e caracterizada como de densidade demográfica baixa. No entanto, com toda certeza, há muita terra na mão de pouquíssimos latifundiários, e essa apropriação que sempre se deu de forma desigual é um dos principais fatores responsáveis pelos conflitos ambientais em toda região.

Em Guariba, nossa percepção é exatamente esta: um território enorme concentrado nas mãos de poucos fazendeiros. Em uma das entrevistas um seringueiro nos narra: *Aqui vivemos arrochados, os grileiros já estão dentro da nossa resex, mas fazer o que? Sempre foi assim (Sebastiana, 46 anos)*. Pádua (2002a) nos mostra que esse é um processo histórico de apropriação das terras brasileiras, desde a época colonial se estabeleceu de maneira autoritária, reforçando o falso mito ainda propalado de que no Brasil os 'recursos naturais' são inesgotáveis.

O processo de ocupação da Amazônia se deu fortemente marcado pelos embates entre índios e seringueiros, seringueiros e posseiros, grileiros e latifundiários; essas lutas por territórios ecoam há muito tempo; cotidianamente, assistimos as injustiças ambientais proporcionadas pelas apropriações desiguais das terras, as histórias se repetem e as mudanças necessárias não acontecem.

A discussão sobre territorialidade torna-se muito importante neste contexto; o território não representa apenas um espaço físico, um pedaço de terra, vai além; é um

espaço social e cultural constituído na convivência e na tensão entre diferentes modos de vida. Sublinhamos as palavras de Fernandes (2000, p. 63) que nos afirma que o território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência, por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade. A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfrentamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios.

Trata-se do território de suas vidas e de suas histórias, nele viveram seus dias, construíram seus espaços físicos, sociais e culturais. *Aqui é meu lugar, pensa comigo: nasci e vivi sempre aqui e quero morrer nesta terra que me sustentou até hoje (Antônio, 38 anos); num sei te explicar, mas é como se eu fizesse parte dessa terra, num dá pra imagina em outro lugar (Maria, 35 anos); Quando tô longe, a mata sente a minha falta e eu a dela (Francisco, 81 anos).* Essas frases expressam o sentimento de pertencimento, gratidão e enraizamento no local destes seringueiros, que nasceram e passaram a vida nos campos de conflitos e paz que estabeleceram na região.

Sá (2005) sublinha que o sentido do pertencimento social, vem dos laços pessoais de reconhecimento mútuo e no sentimento de adesão a princípios e visões de mundo comuns, que fazem com que as pessoas se sintam participantes de um espaço-tempo (origem e território) comum.

Essa é uma característica da comunidade dos seringueiros, embora nos campos de poder estabelecido entre eles, ainda coadunam de pensamentos e desejos afins para o destino da comunidade. Esta não é uma característica encontrada nos moradores da vila de Guariba, pessoas que vieram de locais diferentes, com objetivos diferentes e que não têm os mesmos cuidados com a floresta que os moradores mais antigos.

Nossa pesquisa não tem a pretensão de eliminar arestas ou nivelar opiniões. Pelo contrário, é intenção verificar o rico caldo vigoroso das diversidades étnicas que constroem as diferenças dos grupos sociais. As narrativas, todavia, desvelam que certas afirmações são possíveis de generalizações. Para os seringueiros o ambiente é

percebido como lugar em que eles vivem, em suas colocações, estradas que recortam a biorregião, rios que emprestam a vida ou a matas de mosaicos plurais. Amiúde, os seres humanos e a natureza se apresentam emaranhados na pulsação local.

Esta percepção fenomenológica modifica-se no grupo de moradores da vila, que não são seringueiros e nem pequenos produtores rurais. Para estes grupos, o olhar do uso da terra é ainda um legado das orientações migratórias da década de 70: “terra sem homens para homens sem terra”⁴², para que a exploração seja lucrativa. A lógica do mercado ainda predomina na maioria destes migrantes, revelando o ambiente como um mero “recurso natural” para ser exaurido, na cegueira de que a qualidade de vida social se dissocia da ambiental.

Uma narrativa expressa este olhar mercadológico de muitos moradores da vila: nós que limpamos Guariba, quando chegamos aqui era só mato, nós trouxemos o progresso para região. Algumas perguntas cabem neste momento: Qual progresso? E para quem? Confirmando este raciocínio, em conversas informais na vila, um migrante revela que: o governador [Blairo Maggi] deu uma brechada na SEMA, ela tinha muita asa por aqui, eles estavam segurando o desenvolvimento da região. O Maggi está ajudando o progresso, agora a SEMA não controla muito por aqui. Essa narrativa revela a situação de MT, evidenciando as “facilidades” propiciadas pelo governador.

Na percepção dos seringueiros, a maioria aqui acha que é tudo mato, não vem a beleza da floresta (João, 70 anos); fico aqui pensando, será que eles [madeireiros] não sabem que a mata tem vida? (Maria, 35 anos), esses trechos das narrativas enfatizam o que estamos nos referindo. Na verdade existe uma relação conflituosa, ainda que *simbólica*, entre diferentes interesses.

Os conflitos simbólicos, como já abordamos, decorrem da existência de princípios e valores diferenciados que estão em jogo. De forma oculta e dissimulada,

⁴² SATO, Michèle. Integrar a democracia para não entregar a esperança. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/ed462/opiniao.htm>.

realiza manobras e estratégias para lucrar com enfraquecimento do outro (ACSELRAD, 2004). São representados pelas disputas entre grupos que lutam para manterem suas culturas, suas visões de mundo, tempos e espaços, concepções e valores de vida.

Para Gadotti (1988), uma sociedade em conflito é uma sociedade que conquistou o direito de falar, de dar voz ao seu grito sufocado; é uma sociedade que não conquistou a liberdade, mas apenas a possibilidade de dizer que não é livre; é uma sociedade em conflito, entre a liberdade e a opressão, entre o medo de gritar e a coragem de ser, entre a revolta e a resignação, enfim, uma sociedade onde duas forças medem seu poder.

Muitas vezes, nossas relações com o outro é estabelecida nos campos de tensões entre paz e conflitos e nesses movimentos se constitui a convivência. Com essa diversidade de olhares é possível verificar que há diferentes Amazônias, há um debate e um embate [simbólico-material] que reconstrói o significado de Amazônia. Não há uma Amazônia, mas várias Amazônias; e a percepção do colonizador não é a mesma que a do colonizado; a do madeireiro fazendeiro/pecuarista não é a mesma dos seringueiros ou dos produtores rurais (PORTO-GONÇALVES, 2001).

Na verdade, o universo dos seringueiros é muito contraditório: ora defendem a floresta, ora alguns corroboram com a ilegalidade. São nestes movimentos de liberdade e opressão que as relações entre seringueiros e madeireiros de Guariba podem ser consideradas conflituosas, marcadas por *conflitos simbólicos*, de disputas pela floresta e pelo seu espaço, a nosso ver, uma disputa desleal de poderes. Mesmo a relação entre os seringueiros, algumas vezes, se constitui nos campos de tensões.

Esses campos de poderes são enfatizados por Bourdieu (1989), que nos mostra que os campos representam um espaço social de dominação e de conflitos, e cada campo tem suas particularidades, autonomias e suas próprias regras de organização e de hierarquia social.

O mesmo autor nos evidencia que quando se estabelece os campos de poderes, não se pode desconsiderar que estes são formados por atores numa determinada condição histórica e que as próprias divisões desses campos podem mudar. Essa citação é primorosa quando nos remetemos aos seringueiros, ora estão em conflitos com o outro

(madeireiros), ora estão subordinados às determinações impostas por este mesmo outro. Dizemos isso por diagnosticarmos que alguns seringueiros acabaram se sucumbindo e facilitaram a invasão de suas terras, mesmo sabendo que as consequências podem ser cruéis a eles mesmos. Admitem que sem a floresta não tenham como viver, em contradição, alguns afirmam que a venda de madeira se torna inevitável, afinal, é preciso “*sobre-viver*” (Carlos, 41 anos),

Nos campos de poderes econômicos e simbólicos, a comercialização dos produtos extraídos da floresta se torna cada vez mais difícil, e isso pode de certa forma ser uma justificativa para as atitudes de alguns seringueiros. Dentre os obstáculos narrados, destacamos: as concorrências desleais com as multinacionais, as precariedades das estradas e a distância dos centros comerciais. Atualmente, a comercialização dos produtos não é mais feita através da ASGR, cada seringueiro individualmente se encarrega de vender seus produtos. Isso enfatiza os campos de poderes estabelecidos entre eles, não trabalham coletivamente, conforme abordamos no capítulo III, devido às dificuldades enfrentadas pela ASGR.

As identidades são ainda mantidas por muitos seringueiros. Desejam insistentemente que o comércio do látex da seringueira seja retomado: *Assim ninguém tem coragem de derrubar essas matas por aqui, porque vale dinheiro* (Carlos, 41 anos). Estes cenários comprovam que o poderio econômico ainda é o que prevalece. Por isso, a necessidade apontada pelo seringueiro de retomar a utilização da borracha nativa e a valorização de outros produtos extraídos da floresta, para assim, minimizar a devastação da Amazônia e manter acessa a cultura extrativista.

Precisamos de reflexões e atitudes que apontem para mudanças desse caráter econômico tão valorizado, uma ruptura que nos possibilite uma nova relação entre natureza e sociedade. Quem sabe possamos criar uma nova ambiência - emprestamos essa palavra de Mafessoli (1997) - uma nova maneira de nos relacionarmos e convivermos com a Terra, como a vida e entre nós.

5.2 IMPACTOS AMBIENTAIS: EXEMPLOS DE INJUSTIÇAS AMBIENTAIS

“Sentir profundamente, qualquer injustiça cometida contra qualquer pessoa em qualquer parte do mundo, é a qualidade mais bela de um ser humano”. Che Guevara

Uma das questões de nossa pesquisa está relacionada com os impactos ambientais⁴³ que afetam a comunidade dos seringueiros. Nossos narradores foram unânimes em dizer que o desmatamento é a questão mais grave de Guariba. E, em suas falas, nos afirmam: não tenho dúvida que o pior problema de Guariba é o desmatamento, dá até desgosto de falar disso. Quando não tinha madeireiro aqui eu tirava trezentas caixas de castanhas, hoje em dia eu não tiro 10, por quê? derrubaram (João, 70 anos); mudou muita coisa, você entrava num mato desse e via muita coisa bonita, aí veio a estrada e depois o madeireiro e eles acabaram com tudo (José, 75 anos); Daqui a pouco derrubam minha casa também (Antônio, 38 anos); No alto Guariba, ninguém tira mais castanha, virou tudo cerradão, desmataram a floresta, você acredita nisso? (José, 75 anos). Essas narrativas não contradizem os números, pois de acordo com o Ministério de Meio Ambiente (MMA) os últimos anos, o município de Colniza é o maior destaque no desmatamento do estado de MT (BRASIL, 2005⁴⁴).

Essa pressão por novas áreas de floresta no norte e noroeste de Mato Grosso, infelizmente tende a aumentar à medida que as áreas disponíveis de cerrado no sul do estado também já chegam ao limite. “A Amazônia tornou-se uma floresta urbanizada, com 61% da população em 1996 vivendo em núcleos urbanos, apresentando ritmo de crescimento superior ao das demais regiões do país a partir de 1970” (BECKER, 2001, p.140). Esses pequenos vilarejos na Amazônia têm um rápido crescimento e os desdobramentos dos problemas urbanos começam a aparecer, pois na maioria das vezes, o crescimento vem sem nenhum planejamento e cuidado.

⁴³ Alteração causada no ambiente natural.

⁴⁴ Tendências do desmatamento 2004-2005. Disponível em http://www.mma.gov.br/doc/tendencias_desmatamento2004_2005.pdf

As causas históricas e presentes do desmatamento na Amazônia são diversas, compreendem desde incentivos fiscais e políticas de colonização no passado, recorrentes conflitos motivados pela ausência de titularidade da terra e pela pressão da reforma agrária, até o recente cenário econômico, envolvendo o avanço da exploração madeireira, da pecuária e do agronegócio, notadamente a expansão das culturas de soja sobre áreas de pastagens.

Dados espantosos evidenciam que em três séculos de colonização desmataram-se na Amazônia não mais de 100.000 km²; sob a ditadura militar, em apenas 13 anos 300.000 km² foram devastados (BENJAMIN, 1993). Somente o estado de MT, no ano de 2003, desmatou 38.000 km², ou 3,5 Jataias, 40% de tudo o que se perdeu de floresta na Amazônia neste ano. Essas grandes mudanças na cobertura florestal têm importantes implicações quanto à perda de biodiversidade e emissão de gases que contribuem para o aquecimento global, provocado pelo avanço do agronegócio capitalizado e mecanizado sobre a floresta. As emissões de gases de efeito estufa (GEE) oriundas do desmatamento e das queimadas na Amazônia representam 2/3 das emissões brasileiras de gás carbônico, aproximadamente 200 milhões de toneladas/ano. Essa condição situa o Brasil entre os dez países que mais emitem GEE (NEPSTAD et al, 2005⁴⁵).

Com este processo, as exclusões econômica, social, cultural e ambiental se reforçam a cada dia mais. Essa violenta e rápida transformação do território Amazônico tem proporcionado efeitos trágicos sobre a sustentabilidade dos seus ambientes e da sua gente. *Tem hora que nós temos que brigar, não tem outro jeito (José, 75 anos); O povo aqui é violento, ou a gente faz o que eles querem ou eles acabam com a gente (João, 70 anos).* As imagens de satélites (figura 12) nos impressionam. A área desmatada dentro da Resex G&R demonstra a vulnerabilidade a que ela está exposta, esse aumento da área devastada está totalmente relacionado com a chegada das madeiras a partir do ano 2000 para a região, aumentando com isso não apenas os índices de desmatamento, mas também as injustiças ambientais.

⁴⁵ NEPSTAD, Daniel et al . **Cenários de desmatamento para a Amazônia**. Estudos avançados, São Paulo, v. 19, n. 54, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>

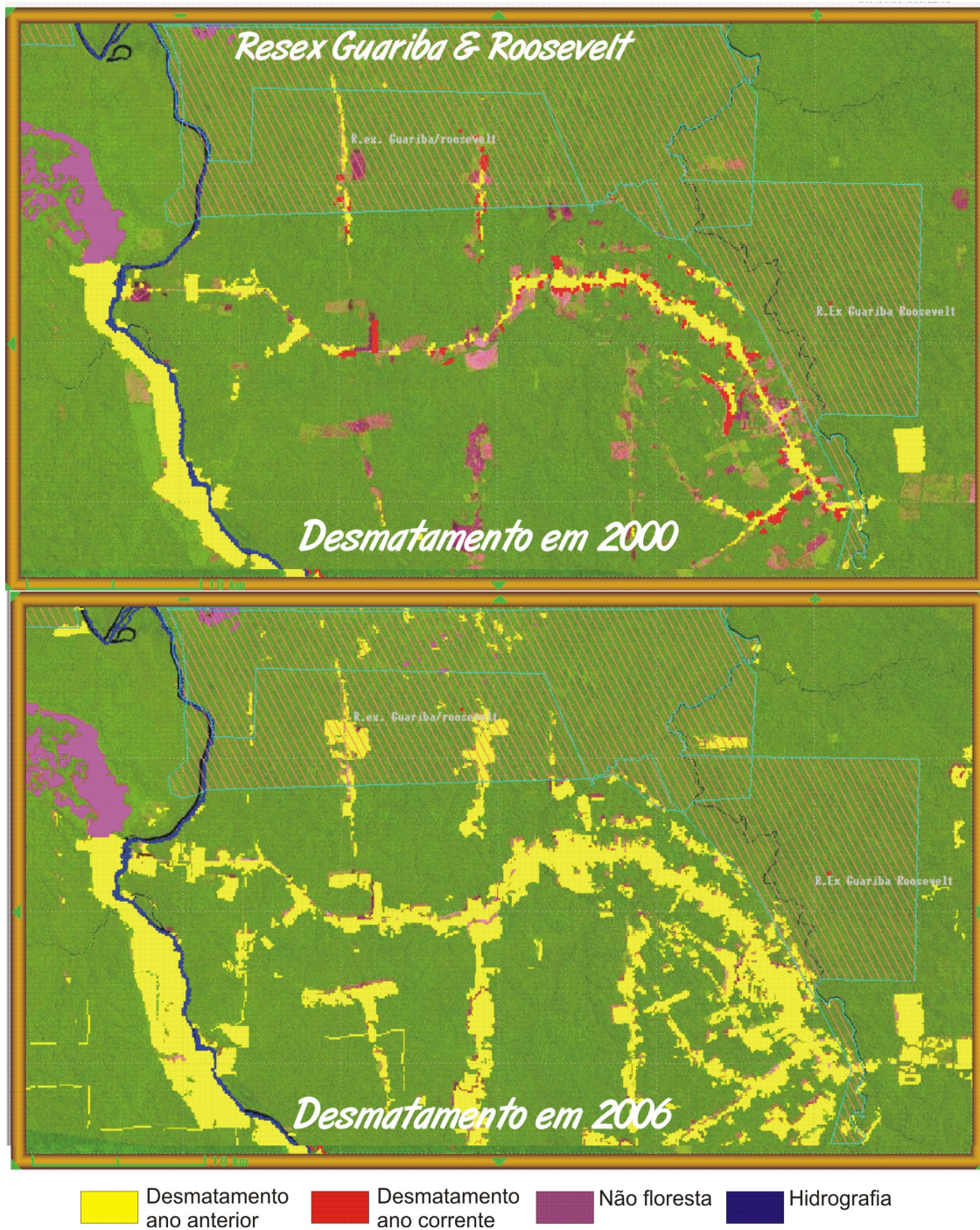


Figura 12: Desmatamento antes e depois da chegada das madeiras
 Fonte: INPE⁴⁶

⁴⁶ Instituto de Pesquisa Espaciais. **Banco de imagens satélites.**
 Disponível em: www.inpe.br/desmatamento. Acesso em: 16 abr. 2006.

Sabemos que essas questões estão ligadas ao modelo de des-envolvimento adotado. Nosso estado, por exemplo, vem apresentando um relevante crescimento econômico, sendo um dos principais pólos de expansão do agronegócio no Brasil. Entretanto, o outro lado da moeda revela que somos o estado que mais desmatou no ano de 2004. O pico histórico apresentado em 1994/1995 nos mostra que dos 29.000 km² de florestas que foram derrubadas em toda a Amazônia, 10.391 km² estavam em Mato Grosso, o que equivale a 35% do desmatamento total (figura 13). Não satisfeitos, superamos este recorde em 2003/2004, sendo responsável por 48% do total desmatado em toda a floresta (VAILANT, 2005).

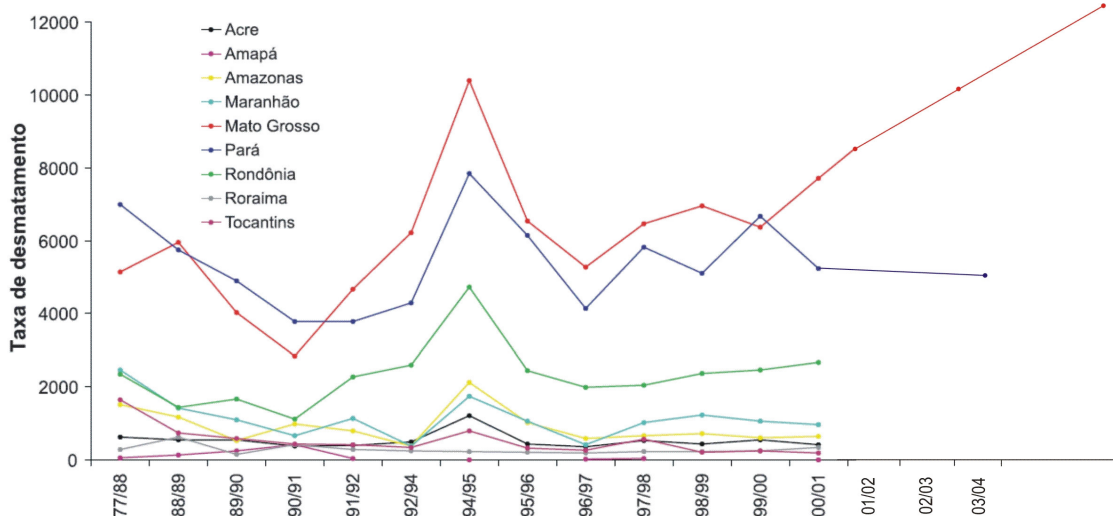


Figura 13: Taxa de desmatamento (em km²) nos Estados da Amazônia entre 1978 e 2004
Fonte: INPE, 2005⁴⁷.

Como já apresentado, vários fatores colaboram para essas taxas exorbitantes que se destacam: a migração de madeiras para as áreas de fronteira, a valorização da pecuária e a drástica expansão do agronegócio - tendo a soja como seu principal produto - formando um ciclo vicioso de degradação (FERREIRA, VINTICINQUE & ALMEIDA, 2005⁴⁸). Algumas hipóteses são apresentadas por Becker (2001) em relação a nova fronteira de ocupação da Amazônia, que tem sua gênese em um contexto diferenciado daquele das décadas de 60 e 70; quando o governo induziu a formação

⁴⁷ Instituto de Pesquisa Espaciais. **Banco de imagens satélites.**

Disponível em: www.inpe.br/desmatamento.

⁴⁸ FERREIRA, Leandro Valle, VINTICINQUE, Eduardo e ALMEIDA, Samuel. **O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas.** Disponível em: <<http://www.scielo.br>>

da fronteira agrícola na Amazônia e a intensificação da ocupação destas regiões, fator que se prolongou até as décadas de 80 e 90. Hoje, a nova fronteira estaria constituindo-se por frentes localizadas, impulsionadas por uma maior diversidade de atores e por diferentes motivações econômicas: acesso facilitado à terra e a alta rentabilidade das atividades econômicas com potencial de exportação, como a extração madeireira, a pecuária e a agroindústria de grãos.

Essas causas são conhecidas por todos, porém dependendo da região, elas ocupam lugar diferenciado de contribuição. Em Guariba, o momento atual é de extração descontrolada de madeiras, isso foi perceptível desde o início de nossa pesquisa, pois na primeira viagem realizada à região funcionavam 07 madeireiras, já na última viagem este número simplesmente dobrou: atualmente funcionam em Guariba 14 madeireiras. A expansão da extração ilegal de madeira não é apenas no distrito de Guariba, esta é uma realidade vivida em todo o noroeste do estado, que tem sido chamado de novos pólos madeireiros (figura 14).

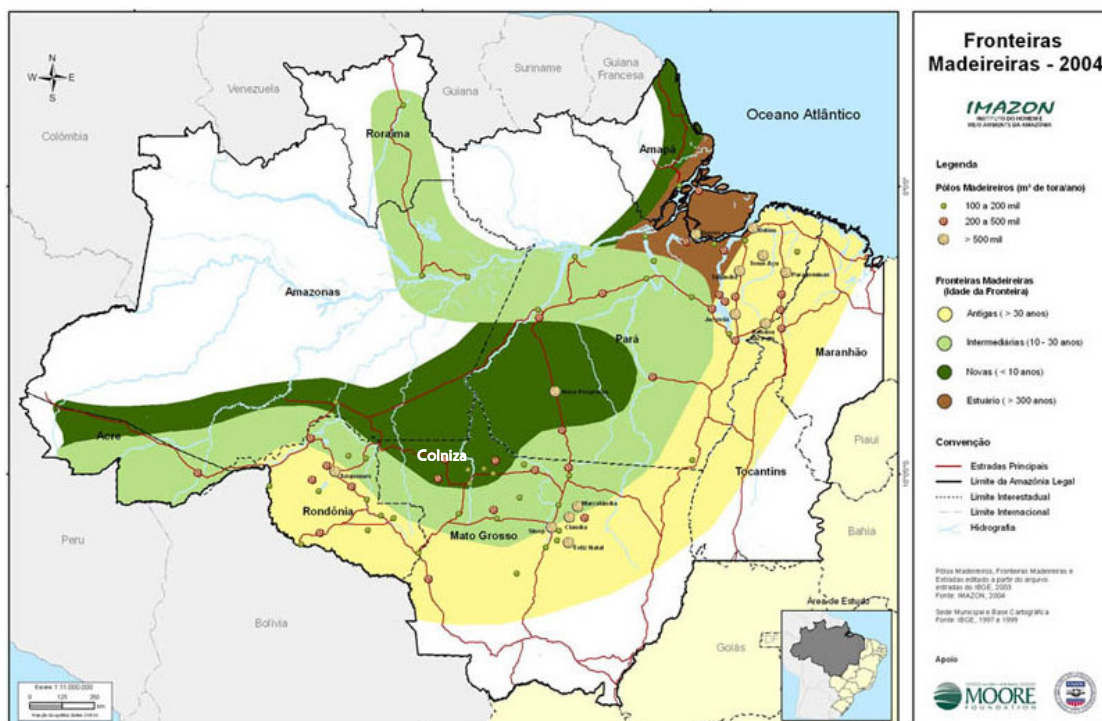


Figura 14: Fronteira Madeireira

Fonte: IMAZON, 2005⁴⁹

⁴⁹ IMAZON, Desmatamento no município de Colniza (MT) em 2004. Disponível em: <<http://www.imazon.org.br/especiais>> Acesso em: 22 dez. 2005.

É preciso reconhecer o papel indutor do próprio Estado que, ao promover a implantação de grandes obras de infra-estrutura em regiões sensíveis, especialmente a abertura e a pavimentação de rodovias e projetos na área de energia, sem o necessário planejamento estratégico da ocupação do território, acaba sendo o principal fator da promoção do desmatamento. “Assim se caracteriza a contradição entre essas políticas estruturais, que empurram os índices para cima, e as medidas emergenciais de pouca eficácia que visam reduzi-los” (ALENCAR et. al, 2004, p. 23).

Observa-se também uma correlação direta entre os índices de desmatamento e os focos de queimadas (no que MT também tem sido campeão). As queimadas que ocorrem na região são na maioria das vezes intencionais provocadas pelos agropecuaristas. Essas queimadas são usualmente promovidas no final da estação seca, quando as lavouras são mais fáceis de queimar e as florestas estão mais vulneráveis. Utilizadas como o método mais barato de converter a floresta em lavouras, ou pastagens ou de controlar a proliferação de plantas invasoras. Muitas vezes, essas queimadas intencionais são descontroladas, tornando um grande problema, porque escapam do controle e queimam o que não era desejado (NEPSTAD et al., 1999).

Além disso, as aberturas de clareiras, provocadas pela queda de árvores e por tratores, permitem a penetração de radiação solar no interior da floresta, aumentando a inflabilidade da vegetação e provocando assim os incêndios florestais. O risco é que a floresta exuberante seja transformada em fragmentos empobrecidos dominados por plantas invasoras, devido aos efeitos do aumento de eventos de seca severa e das atividades humanas que, de forma combinada, desgastam a resistência da floresta.

Nas narrativas os seringueiros afirmam que depois das derrubadas as queimadas geram os impactos que mais atingem diretamente a eles. “As queimadas também prejudica muito nossa vida, mas a desmatança é pior ainda” (Sebastiana, 46 anos); “tem época que num dá nem pra respirar aqui” (Antônio, 38 anos); “as crianças sofrem muito” (Maria, 35 anos); “eles tacam fogo mesmo, sem dó” (Carlos, 41 anos). De acordo com Barros (2000), de três a quatro meses, quando chega a época das queimadas na região o fogo se espalha pelos sistemas agrícolas e pelas florestas, fazendo com que a maioria

dos seus habitantes respirem um ar considerado mais poluído do que o do centro da cidade de São Paulo.

Nos olhares interpretativos dos seringueiros essa devastação veio acompanhada pela abertura da estrada MT 206 em 1995. Segundo eles, muita coisa mudou depois que abriram esta estrada (José, 75 anos); essa estrada trouxe a desgraça para Guariba, não existia tanta derrubada (João, 70 anos); ficou muito ruim depois da estrada, antes ninguém sabia o que era malária (José, 75 anos). No contexto histórico sempre foi assim, as estradas facilitaram as invasões e foram propulsoras dos impactos ambientais. Esta relação é nítida quando se avalia a distribuição geográfica do desmatamento ocorrido na Amazônia, três quartos dos desmatamentos entre 1978 e 1994, ocorreram dentro de uma faixa de 100 km (50 km de cada lado) ao longo das rodovias da região (BARROS, 2000).

À medida que as estradas foram se estabelecendo, começou o apossamento de áreas no coração das florestas. No Estado de MT, os *hotspots* (pontos quentes) do desmatamento concentraram-se principalmente ao longo das rodovias Cuiabá-Santarém e BR-158. Na Cuiabá-Santarém, os principais focos do desmatamento ocorreram na região de Sinop, onde a expansão da cultura de grãos e da atividade pecuária está motivando a derrubada de florestas (ALENCAR et. al, 2004).

Além das grandes estradas, existem as estradas vicinais, que geram o padrão de desmatamento conhecido como “espinha de peixe”. Essas vicinais estão sendo ampliadas a cada ano devido à concentração fundiária ao longo das rodovias. Isso tem levado à venda das terras localizadas às margens da rodovia pelos colonos, que acabam migrando para os lotes localizados no final das vicinais. Ademais, milhares de quilômetros de estradas clandestinas são abertos na mata, viabilizando a expansão das migrações e da grilagem de terras públicas, assim como de projetos de colonização e de pecuária extensiva.

Outro impacto relevante identificado foi à extração de areia dentro da Resex G&R. Apesar de ser apontada por apenas um de nossos entrevistados, a draga de areia tem proporcionado complicações terríveis ao curso do rio Guariba. O que nos causa

mais espanto, é que a mesma é licenciada pela SEMA, o que é inconstitucional, pois como apresentamos, dentro das reservas extrativistas só é permitido atividades de extração de produtos florestais.

Guariba é um microcosmo que reflete o nefasto modelo implantado na Amazônia brasileira, e para mudar esta situação é preciso quebrar este ciclo de ocupação excludente e concentrador. Apesar dos grandes impactos, injustiças e conflitos ambientais propiciados por este modelo, a grande área aberta parece não ter sido suficiente para gerar o ‘progresso’ e ‘crescimento econômico’ prometido.

Na verdade, o que caracteriza este modelo é a enorme irresponsabilidade ecológica e social. Exploram imoralmente as matas e os povos que nela habitam. Nestes casos, a opressão contracenada não é apenas simbólica, é física e ameaçadora também. Diante desta situação, os seringueiros revelam sentimentos de impotência, medo e desânimo em lutar contra as injustiças exercidas com as matas e com os seres humanos. *As vozes revelam esses sentimentos: não vou arriscar minha vida, sei que a reserva não tá certa, tá tudo invadida, mas vou arriscar de levar um tiro? Ameaçam a gente mesmo na cara dura (Carlos, 41 anos); Você acha que temos força contra eles? (João, 70 anos); Dá até medo de falar essas coisas pro cês, sabia que eles escutam nossas conversas pelo rádio? (Carlos, 41 anos); pensa que é fácil lutar contra eles? (Sebastiana, 46 anos). Quem sai perdendo sempre é a gente. Se eu tiver que reclamar meus direitos tenho que ir a Cuiabá, demoro dias e mais dias pra chegar...O fazendeiro pega um avião e vai lá e ainda trás a polícia a favor dele. Quando descobrir de quem é o direito não estamos mais nem vivos (Sebastiana, 46 anos).*

Ademais, a SEMA não cumpri seu papel na gestão e fiscalização da resex, acabam transferindo essa responsabilidade aos seringueiros. Como nos revela essa narrativa: *A fema [atual SEMA] fala que nós temos que defender a reserva, eu acho que temos mesmo, mas eles tem que nos apoiar pra isso (Carlos, 41 anos).*

Além do medo, muitos acreditam que esta situação já está fadada e que não há como lutar contra essas invasões. Este discurso de que a vida é assim mesmo (Sebastiana, 46 anos); não tem mais jeito, não temos força contra eles (José, 75 anos); O governo poderia muito bem tomar providência (Carlos, 41 anos), está impregnado nas falas de alguns dos nossos narradores. Na verdade, essas narrativas podem ser compreendidas pelo contexto histórico que estamos inseridos, pois essas injustiças são constantes em nossas vidas desde o período colonial. Desde o início das atividades na floresta eles tentam se livrar do sistema opressivo. É como se os seringueiros estivessem dizendo: sempre estivemos esmagados pelo poder, poder dos senhores da terra, dos patrões seringalistas, dos madeireiros e cansamos de lutar.

De acordo com o pesquisador Gilton Mendes dos Santos em entrevista a um jornal local (VARGAS⁵⁰, 2000), as décadas de isolamento na floresta, aliadas às condições de trabalho impostas pelos seringalistas, criaram nestas populações uma cultura de submissão e passividade que vigora ainda hoje. “No silêncio e distância da floresta, a exploração era mantida a ferro e fogo sob o domínio dos seringalistas. Certa docilidade do seringueiro é fruto do horror que dominava a exploração no interior dos seringais” (p.08), observa Santos. Ainda hoje, em casos de doença quem presta socorro aos seringueiros são os próprios madeireiros ou fazendeiros em seus aviões. “Aí este favor torna-se uma obrigação de ‘dívida eterna’ do atendido e sua família ao ‘benfeitor’” (p.08).

É preciso reconhecer a grande luta enfrentada diariamente por esses soldados. Todas essas situações apresentadas: desmatamentos, queimadas, draga de areia, exclusão do mercado, perda de terras e identidades, são os propulsores das situações de injustiças ambientais que assolam a comunidade. Sabemos que não é fácil mudar essa situação. Bertolt Brecht⁵¹, na poesia *Elogio à dialética*, nos desafia: “de quem depende a continuação desse domínio, senão de nós? De quem depende a sua

⁵⁰ VARGAS, Rodrigo. Antropólogo que estuda famílias diz que situação dos seringueiros diante dos exploradores reflete passividade. Diário de Cuiabá, Cuiabá, n. 9718, 10 set. 2000. Disponível em: <<http://www.diariodecuiaba.com.br/>>

⁵¹ BRECHT, Bertold. Elogio à dialética.

Disponível em: <http://www.nossacasa.net/recomeco/default.asp?item=009>.

destruição? Iguamente de nós. Os caídos que se levantem. Os que estão perdidos que lutem. Como pode calar-se quem conhece a situação?” Não podemos calar, esse é um papel fundamental da pesquisa, de evidenciar as situações de opressão e os campos de poderes, na ousadia de alçar vôo com a esperança, na luta e na perseverança pela ética e justiça em nossa sociedade.

5.3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL ENVEREDANDO OS SERINGAIS DE GUARIBA

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.
Paulo Freire

Diante dos cenários apresentados, desejamos saber a opinião dos seringueiros sobre Educação. Perguntamos se acreditavam que a educação pode colaborar com as mudanças? Se pode, de que forma? As respostas atingiram as expectativas, pois todos os entrevistados acreditam que a educação pode ser propulsora de transformação. Entretanto, a educação concebida pela maioria deles deve ser direcionada apenas às crianças que frequentam a escola, não acreditam que o processo educativo possa transformar a realidade em que vivem atualmente.

Nossos narradores acreditam que envolvendo as crianças da escola (Sebastiana, 46 anos), uma transformação futura possa ocorrer. Para muitos dos entrevistados a educação está associada apenas ao processo escolar, não conseguem extrapolar para uma educação popular. Brandão (2005) enfatiza que estamos acostumados ao mundo da escola, ela é o lugar social da educação, esta é uma idéia correta, mas não inteiramente única. A educação escolar é um momento de um processo múltiplo, de vários rostos e vivido entre diferentes momentos, a que costumamos dar o nome de socialização.

Em todo o período em que predominou o extrativismo da borracha na Amazônia, não houve investimento do poder público para o processo educativo. Essa situação gerou, para os seringueiros, uma idéia ambígua: ao mesmo tempo em que dão grande valor ao conhecimento, ao saber, como dizem, consideraram o acesso à educação um objetivo inalcançável. Isso devido aos grandes obstáculos que

enfrentaram para conseguirem as escolas dentro dos seringais, e quando conseguiram não estabeleceram elos de ligação com as escolas. Além disso, os vários motivos apresentados no capítulo III deste trabalho compõem o quadro de justificativas.

É preciso que a comunidade estabeleça alianças com a escola, desejamos que a escola faça parte também da vida do educando, pois é preciso estimular seu contato com a realidade na qual se insere; incentivá-lo a descobrir conhecimentos presentes na cultura em que vive, a conhecer e desvelar os sentidos da floresta. A interação dos alunos com a resex é uma necessidade, pois a partir destes movimentos os educandos passaram a ter envolvimento e saber sobre as necessidades de preservá-la.

Na verdade, os conteúdos abordados são muitas vezes, “retalhos da realidade desconectados da totalidade em que se engendram” (FREIRE, 1987, p. 57). Sabemos que a EA pode ser uma forte aliada neste processo, na valorização dos diversos saberes, no envolvimento da escola e comunidade na luta pelos desejos comuns. Por isso, apostamos que a construção dos PAEC, possa ser um dos modos da comunidade estar mais presente, fortalecendo a relação construtiva entre a escola e a comunidade.

É preciso romper com a pedagogia tradicional, que contempla a escola como um simples local de transmitir conhecimento, negando todo seu caráter transformador, emancipatório e crítico (LIMA, 2005). Na escola, deve existir o diálogo, a troca de conhecimentos, eliminando a idéia do saber centralizado na figura do professor. A educação que se volta para a mudança transformadora precisa, de diálogos e contato direto entre educandos e educadores. Na concepção de Freire (1980), o diálogo é uma relação horizontal, nutrindo-se de **amor, humildade, esperança, fé e confiança**. Assim, ele se refere à experiência do diálogo, ao insistir na prática democrática: “é preciso ter coragem de nos experimentarmos democraticamente” (p. 65). Outra virtude fundamental é **escutar as urgências** e opções do educando, a **tolerância** também é fundamental, que significa a virtude de conviver com o diferente para poder brigar com o antagônico.

Outra questão desafiadora em Guariba debatida com nossos narradores é: qual educação? Na verdade este é um debate infundável na atualidade. Uma fala interessante neste aspecto, foi a seguinte: *a educação pode colaborar sim. Mas tenho*

uma dúvida, esse povo que vem aqui, uns chamam engenheiro, tem estudo, não tem? Mas num tem educação não. Aqui nós não temos estudos, mas somos educados (João, 70 anos), nesta frase o seringueiro busca a grande diferença entre o estudo e a educação.

Falam isso pela dificuldade de entenderem os “profissionais/engenheiros” que vão convencê-los a retirar madeira da floresta, destacam que se isso for ter educação eles não querem e não acreditam nela. Mas é preciso considerar as diferentes concepções de educação, sabemos que este não é o único olhar, é preciso valorizar o verdadeiro sentido da educação, que visa à emancipação e autonomia dos sujeitos.

Para muitas pessoas a educação é um processo utilitarista do mercado. Acreditam que o diploma garante empregos e bons salários. Neste reducionismo fatalístico, as segregações entre educação e ensino divorciam em valores políticos. Uma outra herança da modernidade consiste em menosprezar os conhecimentos construídos fora da educação escolarizada. Os ensinamentos orais passados de geração a geração, por exemplo, foram considerados inadequados para a elite pensante. Assim, não é surpresa que para estes seringueiros “educação” e “ensino” estejam segregados no universo cosmológico de Guariba.

Não percebem que o processo educativo se estabelece também em suas conversas e diálogos, deixam passar de si mesmos a outro algo de suas palavras, de suas idéias, de seus saberes, de suas sensibilidades. Querendo ou não (mas é melhor estar querendo) estamos, no conviver com outros e com o mundo, nos ensinando e aprendendo e conseqüentemente nos educando (BRANDÃO, 2005).

Esta convivência na sua essência é conflituosa, por isso faz-se necessário buscar uma pedagogia do conflito. Esta pedagogia é dialógica, assim como o diálogo se insere no conflito. Esta pedagogia não pode prescindir o diálogo, do diálogo entre os iguais e os diferentes que participam da luta, para botar abaixo o poder que nega a palavra (GADOTTI, 1988).

Concordamos com Ruscheinsky (2004, p. 02) na importância da mediação entre os sujeitos no contexto do conflito, sem procurar a sua eliminação, “visto ser

esta uma tarefa impossível na sociedade assimétrica em que vivemos. Aliás, nem mesmo desejável sob o ponto de vista pedagógico, pois é na diferença e no diálogo entre assumidamente não iguais que emerge a possibilidade de criticidade, bem como inovação voltada às soluções apropriadas a cada momento pelos distintos indivíduos e grupos sociais, movimentos sociais e ONGs”.

Vivendo as tensões e os conflitos de Guariba, mas esperançosos com as mudanças, foi o que compreendemos das falas de alguns seringueiros, quando nos falam *tenho certeza que um dia isso muda (Maria, 35 anos); sei que depende muito de nós, então vamos à luta (Antônio, 38 anos); não é fácil viver aqui, o que me deixa feliz é saber que um dia isso passa (José, 75 anos); o que depender da gente, a gente faz, acho que devemos lutar, né? Mas é difícil (João, 70 anos).*

Entretanto, sabemos que as mudanças são possíveis, mas é preciso investir na educação, ancorados nas palavras de Boff (2000, p.83), “investir em educação é inaugurar a maior revolução que se poderá realizar na história, a revolução da consciência que se abre ao mundo, à sua complexidade e aos desafios da ordenação que apresenta”.

Existem aqueles que por vários motivos contundentes ainda temem as mudanças. As narrativas expressam bem: *não temos como lutar, somos mais fracos (Carlos, 41 anos); sempre foi assim, vivemos largados aqui e assim vai continuar (Sebastiana, 46 anos).* A estes desanimados da luta, devemos dar nossa atenção, incentivando a caminhar e lutar por uma comunidade mais justa e equitativa, ultrapassando os obstáculos da opressão e buscando uma travessia nos varadouros⁵² da justiça ambiental.

É preciso buscar o envolvimento de todos os seringueiros, no processo de inclusão social. É preciso, sobretudo, alteridade no reconhecimento do espaço do outro. Lévinas (1977, p.120) descreve sobre a alteridade como “uma dimensão ética,

⁵² Caminhos abertos na mata, que delimitam as estradas de seringa e ligam uma colocação à outra.

parte essencialmente de uma fenomenologia da percepção, a relação entre o outro e eu. O real contato da alteridade somente é possível a partir do desejo e da necessidade dele”.

Desejamos que os seringueiros se fortaleçam, ousando na busca de uma revolução de pensamentos e atitudes, no desejo de uma comunidade justa. “A justiça aqui referida, consiste em reconhecer a condição da alteridade do outro na sua absoluta alteridade e tempo [...] Que rompe a expressão do Eu como egoísmo, e que conduz a uma existência que transcende essa egologia e o fechamento no mesmo” (op. cit p.173). É preciso liberdade para decidir o caminho que desejamos trilhar, mas essencialmente nesta escolha devemos considerar o espaço do outro, as questões éticas, o respeito e aceitação das diferenças. Citamos Gandhi (2005, p.131), quando nos afirma que “de nada adianta a liberdade se não temos liberdade de errar”. Que tenhamos liberdade de errar e acertar, de sofrer e ser feliz, de sonhar e também de realizar nossos sonhos.

É no reconhecimento e na aceitação do espaço do outro que a EA se torna dialógica, atuando nos campos da inclusão social e nas sendas do desejo de transformação. Diante dos cenários apresentados, temos a convicção de que a educação poderá auxiliar a reversão de nossa posição de colonizados passivos. Não podemos negar a reflexão e o envolvimento. A educação surge como um dos caminhos para o engajamento do ser na luta política ao lado dos oprimidos.

Por tudo isso, acreditamos essencialmente que esta consciência crítica de reconhecimento do outro seja proporcionada através da mediação e da educação compreendida aqui em seu mais poderoso sentido de empoderamento social, cultural e econômico. Uma educação que busque uma outra relação da sociedade com a natureza, “em que a justiça social e a sustentabilidade ecológica se façam por meio da liberdade, em que todos tenham direitos iguais para afirmarem a sua diferença!” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p.171).

5.4 UMA VIAGEM INTERMINÁVEL

“Se nada ficar destas páginas, algo, pelo menos, esperamos que permaneça: nossa confiança no povo. Nossa fé nos homens e mulheres e na criação de um mundo em que seja menos difícil amar.” Paulo Freire

Nesta viagem ao universo dos seringueiros de Guariba, mergulhamos na magia do hábito de vida dessas pessoas, nas dinâmicas que pulsam em seus modos de viver e essencialmente na tentativa de compreender os conflitos ambientais que se estabelecem nas relações sociais constituídas entre eles e entre os diversos grupos que habitam a região.

Na tensividade dos conflitos materiais existentes na Resex G&R, evidenciamos os impactos ambientais que afetam a vida dessas pessoas como: desmatamentos, queimadas, extração de areia etc. Concomitantemente, mergulhamos nos conflitos simbólicos que se expressam essencialmente na disputa por territórios e na luta pela identidade seringueira. Contudo, sabemos que em meio a tantos conflitos devemos comemorar a re-sistência, a mobilização e o desejo de mudança. Um vento de esperança assopra em nossa direção, dizendo que ainda vale a pena continuar a caminhada, indignados e unidos numa luta, que apesar de multifacetada é uma só: a luta pela justiça ambiental.

A EA vem de mãos dadas neste movimento, buscando oportunidades para criar a responsabilidade ambiental e simultaneamente possibilitar o empoderamento social num processo de formação educativa. “Queremos uma EA que, crítica por princípio, nos mobilize diante dos problemas e nos ajude na ação coletiva transformadora” (LOUREIRO, 2006, p. 83). Criticando e lutando para mudar este modelo que incentiva os grandes projetos mineradores, madeireiros e agropecuários, numa política de “vale tudo” ou “salve-se quem puder” para benefício, obviamente, de uma minoria de poderosos (PÁDUA, 2000).

Neste nefasto modelo os pequenos continuam oprimidos pelo poder desta minoria. Paulo Freire (1981) nos mostra que esta foi a verdade constante de toda nossa vida colonial: homens e mulheres sempre esmagados pelo poder. Empoderar

essa minoria, fazer deles sujeitos políticos na luta pela re-existência de seus modos de vida, é um grande desafio do Projeto Biodiesel Guariba.

O projeto surge como uma poronga⁵³, iluminando a comunidade de Guariba, buscando apresentar uma nova tecnologia capaz de constituir-se como elemento de mudança econômica, essencialmente configurada pelo processo participativo dos habitantes de Guariba. Em especial aos seringueiros, o projeto se configura como uma alternativa não apenas econômica, mas também uma importante oportunidade de sustentabilidade da cultura extrativista.

O projeto não pretende servir aos grandes proprietários, busca incentivar a produção dos pequenos, não tendo uma proposta imediatista como a do grande capital, sem a necessidade da corrida desenfreada do lucro e, sobremaneira, poderá inaugurar um outro olhar na sustentabilidade das resex's (SATO et al, 2005).

Mesmo com essas iniciativas, as narrativas revelam certa bruma de incertezas diante do projeto: *não dá nem pra acreditar nessa história de biodiesel, já apareceram tantas por aqui (José, 75 anos); num sei não (Sebastiana, 46 anos); Vou esperar pra vê o que vira isso (Carlos, 41 anos).* O processo histórico de Guariba justifica essas falas, pois esses seringueiros foram enganados muitas vezes com muitas promessas e expectativas frustradas. Entretanto, o projeto atualmente se configura como uma alternativa viável para concreção dos desejos desses seringueiros: de continuarem sendo extrativistas e viverem na floresta.

A geração de biodiesel, sem dúvida é uma alternativa de sustentabilidade local, autonomia em renda e energia, especialmente para comunidades como Guariba. Este processo, se feito com cuidado e respeito a estas comunidades, concentra uma força política capaz de promover inclusão social e proteção ambiental.

Entretanto, nessa perspectiva, o ideário democrático que o alimenta também impõe algumas limitações a geração de biodiesel, apresentando riscos tremendos,

⁵³ Poronga é uma lamparina usada na cabeça para iluminar os caminhos na escuridão da floresta, quando cortavam seringa à noite. Ainda hoje utilizam quando andam à noite na mata, quando vão caçar ou pescar.

desde que o descuido social poderá manter o estado atual da manutenção do poder pela minoria, aumentando as desigualdades e mantendo o mesmo modelo de distribuição de renda (BERMMAN, 2002). Um risco eminente na geração do biocombustível está na utilização de monoculturas de grãos, como a soja. A soja projeta-se como uma das principais fontes para a produção de biodiesel, mas as monoculturas de soja são as principais causas de destruição da floresta nativa. Uma das inovações do Projeto Biodiesel Guariba ancora-se justamente na diversificação de espécies vegetais, não na monocultura.

A usina de biodiesel será gerenciada pela comunidade, que começa a se organizar em cooperativa que envolve os seringueiros, pequenos e médios produtores rurais. O biocombustível produzido em Guariba será comercializado a rede que transmite energia no estado, a empresa Centrais Elétricas Mato-grossenses (CEMAT), que substituirá a utilização do óleo diesel por biodiesel nos maquinários da subestação que foi instalada na comunidade. A transmissão de energia ficará a cargo da CEMAT, que já instalou postes eletrificados em toda a vila. De acordo com esta empresa, até o ano de 2008 a energia chegará a maioria dos moradores de Guariba, contudo, até o momento apenas os moradores da vila foram beneficiados.

Reconhecemos que o projeto apresenta grandes limites, mas ainda assim é uma alternativa aos extrativistas desta comunidade, promovendo o empoderamento e a emancipação dessa minoria. Sabemos que esta questão de emancipação se apresenta de forma delicada, pois conduz a dúvida entre estar proporcionando emancipação ou assistencialismo. O reconhecido Bispo Dom Pedro Casaldáliga⁵⁴, traz uma importante reflexão a esta questão, pois considera que em determinados contextos, os gestos assistenciais são necessários.

“Eu entendo que às vezes é preciso se fazer gestos que são assistenciais. Só que estes não podem substituir nem a reforma agrária, nem a tributária nem a da previdência. Muitos ficam em dúvida sobre dar o peixe ou ensinar a pescar. Eu digo que tem que dar peixe, ensinar a pescar, às vezes tem de ensinar onde está o rio e tem de ajudar a conquistar o rio também, pois ele geralmente está nas mãos de três ou quatro oligarcas (CASALDÁLIGA, 2003, p.03).

⁵⁴ CASALDÁLIGA, Dom Pedro. Entrevista para o jornal Diário de Cuiabá (23/02/2003). Entrevistador: Rodrigo Vargas. Disponível em: servicioskoinonia.org/pedro/textos/0302EntrevistaDiarioCuiaba.htm

Demo (2000, p. 47) também aborda esta questão, ressaltando que “ninguém se emancipa sem a colaboração dos outros, mas, ao mesmo tempo, só se emancipa quem souber dispensar a dependência dos outros”. Esta visão emancipatória encontra, ainda, sua expressão na frase de Paulo Freire (1987, p.52): “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”.

Entretanto, uma reflexão cabe neste momento: como falar em emancipação e empoderamento de uma comunidade tão desmobilizada e desesperançada? Para isso, é preciso um fôlego de esperança e ousadia para acreditar no envolvimento dessas pessoas para a transformação desejada. Uma transformação radical da sociedade e no surgimento de uma nova cultura, de um novo modo de vida, em que a autonomia seja o princípio fundamental da nova organização social (CASTORIADIS; COHN-BENDIT, 1981). A autonomia é um princípio fundamental para o empoderamento dessas pessoas, as possibilidades e limites para o exercício da autonomia são dados por vários, estando diretamente relacionada à própria construção da democracia. Ela só pode ser movida nas relações sociais, pois “[...] não podemos desejar a autonomia sem desejá-la para todos e sua realização só pode conceber-se como empreitada coletiva” (CASTORIADIS, 1991, p. 130).

Contudo, sabemos que há um enorme abismo que necessita ser superado entre o que consideramos ‘ideal’ e a ‘realidade’ vivida. A mudança de uma sobrevivência predatória a uma vida ética com autonomia requer transformações de valores e atitudes que estão ainda em plena construção local (SATO et al., 2005). Guariba é um pedacinho deste vasto mundo, que como a Fênix⁵⁵ precisa de forças para sair do estado de cinzas e renascer, superando os conflitos que a destroem e encontrando caminhos para chegar ao patamar de sociedades sustentáveis, na luta pelas minorias deste país.

A coragem e a ousadia desta mudança poderão não ocorrer em um ou dois projetos, pois são processos lentos. Acreditamos que a esperança ainda possa transmutar a força da incerteza em um poder de realização, e, com essa convicção

⁵⁵ Fênix – é um pássaro mitológico que quando morria entrava em auto-combustão e passado algum tempo renascia das próprias cinzas.

alguns apostam na esperança e acreditam no projeto, acho que será bom pra nós (João, 70 anos); aqui na floresta tem muito vegetal que tem óleo, acho que vai dar certo (Antônio, 38 anos); acho que devemos acreditar, não temos outra saída (Maria, 35 anos). Todavia, para essa realização é preciso assumir os riscos da ousadia, alçar vôos em direção a incerteza, sendo protagonistas da história que poderá transformar Guariba. Várias perguntas sobre o projeto ainda não foram respondidas, entretanto, os homens, mulheres e crianças de Guariba vivem a expectativa de uma vida digna, agarram a oportunidade de conservarem a cultura do extrativismo e de re-existirem na floresta que vem sendo consumida pela ganância do famigerado agronegócio.

Enfim, neste processo inacabado, referenciamos mais uma vez as palavras de Paulo Freire, no livro *Convite à leitura de Freire* de Moacir Gadotti (1989), que com muita sabedoria incentivou a luta pelos oprimidos e desabrigados deste mundo.

Como poderiam os oprimidos dar início à violência, se eles são os resultados de uma violência? Como poderiam ser os promotores de algo que, ao instaurar-se objetivamente, os constitui? Não haveria oprimidos, se não houvesse uma relação de violência que os conforma como violentados, numa situação subjetiva de opressão. Inauguram a violência os que oprimem, os que exploram, os que não se reconhecem nos outros. Os que inauguram o temor não são os débeis, que a eles são submetidos, mas os violentos que, com seu poder, criam à situação concreta em que se geram os “demitidos da vida”, os esfarrapados do mundo. Quem inaugura a força não são os que se tornaram fracos sob a robustez dos fortes, mas os fortes que os debilitaram (p. 86).

Buscamos com nossa pesquisa, reflexões à luz do olhar dos seringueiros de Guariba, percepções de uma comunidade simples, que sofre as consequências de um falido modelo de vida adotado pela sociedade capitalista. Destacamos, a grande necessidade de somarmos nossas forças a essas comunidades, de cobrarmos do estado e de cada cidadã (ão) a realização do seu papel.

Nestes saberes que emanam de Guariba, nesta peculiaridade de com-viver com as florestas é que ancoramos nossas esperanças de uma vida justa. Quiçá, esta pesquisa sirva ao menos para evidenciar os processos de exclusão, de iniquidade, de opressão e de injustiças vividas, mas, sobretudo que consigamos evidenciar também as belezas, as sabedorias e as identidades dessa gente.

UNIVERSOS LITERÁRIOS

- AB´SABER, Aziz Nacib. **A Amazônia**: do discurso à práxis. São Paulo: EdUSP, 1996.
- ACSELRAD, Henri. Desenvolvimento sustentável: a luta por um conceito. **Proposta**: experiências em educação popular. Rio de Janeiro, n. 56, p.5-8, mar. 1993.
- ACSELRAD, Henri (org). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. Justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil – uma introdução. In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (Orgs.) **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 23-40.
- ALEGRETTI, Mary. **Submissão e revolta nos seringais**: uma análise da dimensão simbólica da dominação. São Paulo, 1983. (mimeo)
- ALEGRETTI, Mary. **Reservas extrativistas**: uma proposta de desenvolvimento da floresta Amazônica. IEA. Curitiba, 1987.
- ALEGRETTI, Mary. **A Construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros**. Brasília: 2002. 827 p. – Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Gestão e Política Ambiental) – Universidade de Brasília, 2002.
- ALENCAR, Ana et. al. **Desmatamento na Amazônia**: indo Além da “Emergência Crônica”. Belém: IPAM, 2004.
- ANDRADE, Manoel Pereira. **Amazônia**: seringueiros, recursos, mercado e direitos. Lisboa: 2004, 746 p. Tese (Doutorado em Economia agrária e sociologia rural) – Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, 2004.
- AZEVEDO, Rodrigo Aleixo Brito. et al. **Relatório de atividades**: Projeto Biodiesel Guariba. Cuiabá: UFMT, 2005. [mimeo].
- BARROS, Ana (Coord.) Sustentabilidade e democracia para as políticas públicas da Amazônia. In: **Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático**, n. 8, Rio de Janeiro: FASE, 2000. p.05-85.
- BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2003.
- BECKER, Bertha K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias Estratégicas**, Brasília, n. 12, p. 135-159, set. 2001.
- BENJAMIM, CÉSAR. **Diálogo sobre ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BERMANN, Célio. **Energia no Brasil, para quê? para quem?** Crise e alternativas para um país sustentável. São Paulo: FASE, 2002.
- BICUDO, Maria, ESPÓSITO, Vitória (org.) **A pesquisa qualitativa em educação: um enfoque fenomenológico**. 2 ed. Revisada. Piracicaba, SP: Ed. Unimep, 1997.

- BOFF, Leonardo. **Depois de 500 anos: que Brasil queremos?** Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
- BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela Terra.** Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico.** Lisboa: Difusão Editorial, 1989.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação.** São Paulo: Brasiliense, 1995.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Comunidades Aprendentes. In: FERRARO, Luiz (Org.) **Encontros e caminhos - Formação de educadores (as) ambientais e coletivos educadores.** Brasília: Diretoria de Educação Ambiental, MMA, 2005. p. 83-93.
- CASTORIADIS, Cornelius; COHN-BENDIT, Daniel. **Da ecologia à autonomia.** São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição imaginária da sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- CARNEIRO, Eder Jurandir. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. (Org.). **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 27-47.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: A Arte de fazer.** 2 ed. Tradução Efraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- CHAPELLE, Richard. **Os índios Cintas-Largas.** São Paulo: Edusp, 1982.
- CICOUREL, Aaron. Teoria e método em pesquisa de campo. In: **Desvendando Máscaras Sociais.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 87-121.
- CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS. **Poronga - Comunicação e Editoração Ltda.** Diretrizes para um programa de reservas extrativistas na Amazônia. Rio Branco, 1993. 52p
- CUNHA, Euclides. **À margem da história.** São Paulo: Literatura Brasileira, REVIC, v.2, 2003 [CD-ROM].
- DAL POZ NETO, João. **A etnia e a terra : notas para uma etnologia dos índios Arara (Aripuanã-MT).** Cuiabá: UFMT, 1996. (Série Antropológica, 4)
- DALL'OGGIO, Evandro. et al. **Projeto Biodiesel Guariba: Desenvolvimento de uma unidade piloto na comunidade Guariba, município de Colniza, de produção de óleo, de biodiesel via transesterificação etílica a partir de espécies oleaginosas.** Cuiabá: UFMT, 2004. Projeto de pesquisa [mimeo].
- DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- DEMO, Pedro. A Tecnologia na Educação e na Aprendizagem. In: **Congresso Internacional de Educação.** São Paulo, 2000.

- FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimento Social como Categoria Geográfica. In: **Revista Terra Livre**, nº 15. São Paulo: AGB, 2000. p. 59-85.
- FREIRE, Paulo. **Ideologia e educação**: reflexões sobre a não-neutralidade da educação. São Paulo: Paz e Terra, 1974.
- FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação. São Paulo: Moraes, 1980.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 12 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1981.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. Uma palavra de Paulo Freire. In: VIEZZER, M. L.; Ovalles, O. (org). **Manual latino americano de educação ambiental**. São Paulo: Gaia, 1995. p. 08-10.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1998.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação** - cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.
- FUNDAÇÃO Roberto Marinho. **Tom da Amazônia**. Rio de Janeiro: FRM, 2005.
- GADOTTI, Moacir. **Educação e poder**: introdução à pedagogia do conflito. 8ª. São Paulo: Cortez, 1988.
- GADOTTI, Moacir. **Convite à leitura de Paulo Freire**. São Paulo: Scipione 1989.
- GANDHI, Mohandas. **Gandhi**: autobiografia minha vida e minhas experiências com a verdade. São Paulo: Palas Athena, 2005.
- GARNICA, José. **Algumas notas sobre Pesquisa Qualitativa e Fenomenologia**. Botucatu: UNESP, 1996.
- GAYFORD, Chris. Algumas novas direções à educação ambiental. In: SANTOS, J.E.; SATO, M. (Orgs.) **A contribuição da Educação Ambiental à esperança de Pandora**. São Carlos: Rima, 2002. p. 13-30.
- GOLDEMBERG, José. **Energia, Meio Ambiente & Desenvolvimento**. São Paulo, Edusp/CESP, 1998.
- GOLDEMBERG, José. **O caminho até Johannesburgo**. In: TRIGUEIRO, A. (coord.) Meio ambiente no século 21. Rio de Janeiro: Sextante, 2003, p.170-181 (seção energia).
- HERCULANO, Selene. Riscos e desigualdade social: a temática da Justiça Ambiental e sua construção no Brasil. **Ambiente e Sociedade**, ano 1, n. 2, 2002. p. 77-99.
- IANNI, Otávio. **A Metáfora da Viagem**. Revista de Cultura Vozes, nº. 2, março/abril, 1996.
- JABER, Michelle; SATO, Michèle. Viagem na floresta pelo itinerário da educação ambiental. In: **III Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**. Brasília, 2006.

JAMESON, Frederic. Periodizando os anos 60. In: HOLANDA, H. B. (org.). **Pós-modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1972. p. 81-126.

LARRAÍN, Sara; LEROY, Jean-Pierre; NANSEN, Karin. Cono Sur Sustentable - aporte ciudadano a la construcción de sociedades sustentables. Berlin: Fundación Heinrich Böll & FASE, 2002.

LENTINI, Marcos. et al. **Fatos Florestais da Amazônia 2005**. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2005.

LEROY, Jean-Pierre, et al. **Tudo ao mesmo tempo agora** - desenvolvimento, sustentabilidade e democracia: o que isso tem a ver com você? Petrópolis: Vozes, 2004.

LEROY, Jean-Pierre. Cidadania, sustentabilidade e dignidade: conceitos em busca de indicadores. In: PACHECO, Tânia (org.). **Seminário Linha de Dignidade: construindo a sustentabilidade e a cidadania**. Rio de Janeiro: FASE/BSD/Programa Cone Sul Sustentável, 2005. p. 11-36 (mesa-redonda).

LEROY, Jean-Pierre. Relatório da Missão ao estado de Mato Grosso (agosto 2004). In: **Relatoria Nacional para os Direitos Humanos e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: FASE; Brasília: Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais, 2005a. p. 40-52.

LÉVINAS, Emmanuel. **Totalidade e infinito**. Salamanca: Sígueme, 1977.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Crise ambiental, educação e cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO, Carlos Frederico; LAYRARGUES, Philippe Pomier; CASTRO, Ronaldo Souza (Orgs.) **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 109-141.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Educação, emancipação e sustentabilidade: em defesa de uma pedagogia libertadora para a educação ambiental. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (Org.) **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. p. 85-111.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. **Formação e dinâmica do campo da educação ambiental no Brasil: emergência, identidades, desafios**. Campinas: UNICAMP, 2005. 207 p. – Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

LOUREIRO, Carlos Frederico. **O que significa transformar em Educação Ambiental?** In: ZAKRZEWSKI, Sônia; BARCELOS, Valdo (Orgs.) **Educação Ambiental e Compromisso Social – Pensamentos e Ações**. Erechim: URI, 2002. p. 265 – 281.

LOUREIRO, Carlos Frederico. Complexidade e Dialética: contribuições política e emancipatória da educação ambiental. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1473-1496, 2005.

LOUREIRO, Carlos Frederico. Educação ambiental e “teorias críticas” In: GUIMARÃES, Mauro, (Org.) **Caminhos da educação ambiental: da forma à ação**. Campinas: Papirus, 2006. p. 51-86.

LYNCH, Bárbara. Instituições Internacionais para a Proteção Ambiental: suas implicações para a justiça ambiental em cidades latino-americanas. In: Henri Acselrad (org.). **A Duração das Cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro: De Paulo Editora, 2001. p. 57 – 82.

MAFFESOLI, Michel. **A transformação do político: a tribalização do mundo**. Porto Alegre: Sulina, 1997.

MATO GROSSO. **Lei nº 7164**, de 23 de agosto de 1999. Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt e dá outras providências. Cuiabá, 1999.

MEDEIROS, Heitor; SATO, Michèle. Temperos de Chico Mendes no cardápio da educação ambiental antropofágica. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá/MT, v. 15, n. 27, p. 61-79, 2006.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O visível e o invisível**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 2 ed. Tradução Carlos Alberto de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MINAYO, Maria Cecília. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1994.

NEPSTAD, Daniel; MOREIRA, Adriana & Alencar, Ane. **A Floresta em Chamas: Origens, Impactos e Prevenção de Fogo na Amazônia**. Brasília: Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, 1999.

NEVES, José Luís. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. In: **Caderno de pesquisa em administração**. São Paulo, 1996. p.34-68

NIETZSCHE, Friedrich. **A genealogia da Moral**. Lisboa: Guimarães e Cia Editores, 1983.

PÁDUA, José Augusto . O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos. In: LEIS, Héctor (org.) **Ecologia e política mundial**. Rio de Janeiro: FASE/VOZES, 1991. p. 135-161.

PÁDUA, José Augusto. Produção, consumo e sustentabilidade: o Brasil e o contexto planetário. In: **Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático**, n. 6, Rio de Janeiro: FASE, 2000.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

PÁDUA, José Augusto. Produção, consumo e sustentabilidade: o Brasil e o contexto planetário. In: **Cadernos de Debate Brasil Sustentável e Democrático**, n. 6, Rio de Janeiro: FASE, 2002a. p. 01-59.

PASSOS, Luiz Augusto; SATO, Michèle. Educação ambiental: o currículo nas sendas da fenomenologia Merleau-pontyana. In: SAUVÉ, Lucie; ORELLANA, Isabel, SATO, Michèle (dir.) **Sujets choisis en éducation relative à l'environnement - d'une Amérique à l'autre**. Montréal: ere-uqam, 2002, tome i: p. 129-135.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter . **Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade seringalista (o seringal) à territorialidade seringueira (a Reserva Extrativista)**. 2. ed. Brasília: Edições Ibama, 2003. v. 1. 590 p.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004. (Coleção Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização).
- ROOSEVELT, Theodore. **Nas selvas do Brasil**. Tradução Luiz Guimarães Junior. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976 (Reconquista do Brasil, v.35).
- RUSCHEINSKY, Aloísio. **Cidadania e conhecimento: o efeito da memória nos conflitos sociais**. Impulso, Piracicaba, v. 10, n. 22, p. 111-138, 1998.
- RUSCHEINSKY, Aloísio. **Terra e política: a luta social do MST pela reforma agrária no sul do país**. Rio Grande: Editora FURG, 2000.
- RUSCHEINSKY, Aloísio. Novos atores sociais na luta pelo direito a água. In: **II Encontro da Associação Nacional de pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**, 2004, Indaiatuba. São Paulo, 2004. v. 1.
- RUSCHEINSKY, Aloísio. A pesquisa em história oral e a produção de conhecimento em educação ambiental. In: SATO, Michèle & CARVALHO, Isabel. **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 135-1
- SÁ, Lais Mourão. Pertencimento. In: FERRARO, Luiz (Org.) **Encontros e caminhos - Formação de educadores (as) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: Diretoria de Educação Ambiental, MMA, 2005. p. 247-256.
- SACHS, Wolfgang (editor). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SANTOS, Gilton Mendes; COSTA JÚNIOR, Plácido. **Estudo para a implantação da Reserva Extrativista Guariba-Roosevelt**. Cuiabá: GERA/UFMT, 1997. [mimeo]
- SANTOS, Nilson. **Seringueiros da Amazônia: sobrevivente da fatura**. São Paulo: USP, 2002. 330 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2002.
- SATO, Michèle. **Educação para o ambiente amazônico**. São Carlos: 1997, 246p. Tese (Doutorado em ecologia e recursos naturais) – Universidade Federal de São Carlos, 1997.
- SATO, Michèle. **Debatendo os desafios da educação ambiental**. In: Ambiente e educação, vol. 5/6. 2001. p. 25-38.
- SATO, Michèle. **How the environment is written: a study of utilisation of textbooks in environmental education in Brazil and England**. Norwich: 1992, 245p. M.Phil. Thesis, School of Environmental Sciences, University of East Anglia.
- SATO, Michèle. **Educação ambiental**. São Carlos: Rima, 2003.
- SATO, Michèle. Projeto de educação ambiental. In: MATO GROSSO. SEDUC. **Projeto de educação ambiental - Préá: em constante construção**. Cuiabá: Tanta Tinta, 2004. (Série Caderno 1). p. 25-28.

- SATO, Michèle. Identidades da Educação Ambiental como rebeldia contra a hegemonia do desenvolvimento sustentável. XII Jornadas Pedagógicas da Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA): Educação Ambiental no contexto da década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014). Ericeira: **ANAIS**, ASPEA, p.18-20, 2005 [conferência].
- SATO, Michèle. Biorregionalismo. In: FERRARO, Luis. **Encontros e caminhos: formação de educadores ambientais e coletivos educadores**. Brasília, 2005a, p. 38-46.
- SATO, Michèle. et al. **À margem da história amazônica**. Cuiabá: UFMT, 2005. Relatório de Pesquisa [mimeo].
- SATO, Michèle; PASSOS, Luiz A. Notas desafinadas do poder e do saber – qual a rima necessária à educação ambiental? **Contrapontos**, Itajaí, v.1, n.3, 2003. p. 9-26.
- SATO, Michèle; PASSOS, Luiz Augusto; MALDONADO, Carlos Alberto. Mato Grosso Writes Its Earth Charter. In: Peter Corcoran; Miran Vilela; Alide Roerink. (Org.). **Toward a sustainable world: the earth charter in action**. 1 ed. Amsterdam: Kit Publishers, 2005, v. 1, p. 95-105.
- SATO, Michèle; PASSOS, Luiz A. Pelo prazer fenomenológico de um não-texto. In GUIMARÃES, Mauro (Orgs.) **Caminhos da Educação Ambiental - da forma à ação**. São Paulo: Papirus, 2006, 17-30.
- SAUVÉ, Lucie. Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: uma análise complexa. In: **Revista de Educação Pública**, v. 6, n. 10, jul/dez, 1997. p. 28-42.
- SAUVÉ, Lucie. La Educación Ambiental entre la modernidad y la posmodernidad: en busque de um marco de referencia educativo integrador. **Tópicos em Educação Ambiental**, v. 1, n. 2, p. 7-25, 1999.
- SERRES, Michel. **O contrato natural**. Tradução de Beatriz Sidoux. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- SCHMITZ, Kenneth L. Comunidade: a unidade ilusória. In: MIRANDA, Orlando. **Para ler: Ferdinand Tonnies**. São Paulo, 1995. p. 177-194.
- SILVA, Maria Aparecida. **A luta pela terra**. São Paulo: UNESP, 2003.
- SILVA, Regina et al. Os seringueiros do Guariba: resistência e amor à floresta. **V Simpósio de Etnobiologia e Etnoecologia**. Chapada dos Guimarães, 2004. [CD ROM]
- SORRENTINO, Marcos; PAGNOCCHESCHI, Bruno (coords.). Educação ambiental: experiências e perspectivas. **Série Documental: Relatos de Pesquisa**, n. 2c. Brasília: INEP/MEC, 1993.
- VAILANT, Clóvis. Impactos econômicos do modelo de desenvolvimento econômico do estado de Mato Grosso. In: **Revista Novos Rumos**. Cuiabá: SINTEP-MT, 2005. p. 32-41.
- VIOLA, Eduardo J. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: GOLDENBERG, M. (org.). **Ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro: Revan, 1992. p.36-58.

WEBLIOGRAFIA

ACSELRAD, Henri. **Justiça Ambiental** – novas articulações entre meio ambiente e democracia. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <http://www.justicaambiental.org.br/JANovasArticulacoes>. Acesso em: 26 abr. 2006.

BRASIL, 2005. **Tendências do desmatamento 2004-2005**. Disponível em < http://www.mma.gov.br/doc/tendencias_desmatamento2004_2005.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2005.

BRASIL, Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). **Atlas de energia elétrica do Brasil**. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/atlas>>. Acesso em: 25 de mai. 2005.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Mapa Amazônia legal**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/amazonia>. Acesso em: 23 jan. 2006.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e recursos naturais (IBAMA). **Reservas Extrativistas**. Disponível em: <http://www.ibama.gov.br/reservas>

BRASIL, Instituto de Pesquisa Espaciais (INPE). **Banco de imagens satélites 2005**. Disponível em: www.inpe.br/desmatamento. Acesso em: 16 abr. 2006.

BRASIL, Instituto de Pesquisa Espaciais (INPE). **Banco de imagens satélites 2006**. Disponível em: www.inpe.br/desmatamento. Acesso em: 21 out. 2006.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Relatório do desmatamento**: junho de 2004 a julho de 2005. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 28. ago. 2005.

BRASIL. Lei no. 9.985, de 18 de julho de 2000. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Brasil, 2000. Disponível em: www.mma.gov.br/snuc, acesso em 03 jan. 2007.

BRECHT, Bertold. **Elogio à dialética**. Disponível em: <http://www.nossacasa.net/recomeco/default.asp?item=009>. Acesso em: 24 nov. 2005.

BOLÉO, Luísa de Paiva. **Mulheres Guerreiras**. Revista Máxima. 2003. Disponível em: <http://www.maxima.xl.pt/1203/sociedade/200.shtml>. Acesso em: 15 jan. 2007.

CASALDÁLIGA, Pedro. **Entrevista com Dom Pedro Casaldáliga**. Entrevista para o jornal Diário de Cuiabá (23/02/2003). Entrevistador: Rodrigo Vargas. Disponível em: servicioskoinonia.org/pedro/textos/textos/0302entrevistadiariocuiaba.htm. Acesso em: 11 mar. 2006.

CONSELHO NACIONAL DOS SERINGUEIROS. **Reservas Extrativistas**. Brasília, 1985. Disponível em: <http://www.cns.net.br>. Acesso em: 12 jun. 2005.

FERREIRA, Leandro Valle, VINTICINQUE, Eduardo e ALMEIDA, Samuel. **O desmatamento na Amazônia e a importância das áreas protegidas**. Estud. av., 2005, vol.19, nº.53, p.157-166. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 24 out. 2005.

GADOTTI, Moacir; MCLAREN, Peter. **Peter McLaren e Moacir Gadotti: Um diálogo.** Disponível em: http://www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti/Artigos/Pedagogia_praxis_1995.pdf. Acesso em: 23 jun. 2005.

GADOTTI, Moacir. **Um outro mundo é possível desde já.** Disponível em: http://www.paulofreire.org/Moacir_Gadotti/Artigos/Portugues/FME_e_FSM/Um_outro_mundo_possivel_desde_ja_2005.pdf. Acesso em: 05 dez. 2005.

IMAZON, Desmatamento no município de Colniza (MT) em 2004. In: **Série Desmatamento Municipal.** Disponível em: <<http://www.imazon.org.br/especiais>> Acesso em: 22 dez. 2005.

JANUZZI, Gilberto. **Energia e Impactos Ambientais.** São Paulo. Disponível em: <<http://www.comciencia.br/reportagens/2004/12/12.shtml>>. Acesso em: 20 mai. 2005.

MALTEZ, José Adelino. **Comunidade o que é?** Disponível em: <http://topicospoliticos.com/2004/10/comunidade-o-que.html>. Acesso em: 02 jan.2007.

Mendes, Chico. **Entrevista com Chico Mendes.** Disponível em: <http://www.amanakaa.org/rodrig.htm>.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Dados dos atingidos.** 2005. Disponível em: www.mab.org.br. Acesso em: 13 set. 2005.

NECES, Marcus Vinicius. **A heróica e desprezada batalha da borracha.** 2004. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/historiaviva/conteudo/materia/22.html>. Acesso em: 28 dez. 2005.

NEPSTAD, Daniel et al . **Cenários de desmatamento para a Amazônia.** Estudos avançados, São Paulo, v. 19, n. 54, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 10 fev. 2006.

PÁDUA, José Augusto. **Problemas e perspectivas para uma relação sustentável com a floresta amazônica brasileira.** FASE, 2002a. Disponível em: <http://www.brasil sustentavel.org.br/textos/texto5.rtf>. Acesso em: 14 ago. 2005.

SATO, Michèle. **Mas o que é educação ambiental mesmo?** Participação na mesa-redonda do II EPEA. Rio Claro: Rede Paulista de Educação Ambiental, 2003. Disponível em: <http://www.repea.org.br/2encontro/2003/conf05.htm>. Acesso em: 08 jul. 2005.

SATO, Michèle. **Integrar a democracia para não entregar a esperança.** Disponível em: <http://www.correiodadania.com.br/ed462/opinioao.htm>. Acesso em: 17 nov. 2005.

VARGAS, Rodrigo. **Decretação da área foi equivocada.** Diário de Cuiabá, Cuiabá, n. 9718, 10 set. 2000. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/> Acesso em: 22 set. 2005.

VARGAS, Rodrigo. **Antropólogo que estuda famílias diz que situação dos seringueiros diante dos exploradores reflete passividade.** Diário de Cuiabá, Cuiabá, n. 9718, 10 set. 2000. Disponível em: <http://www.diariodecuiaba.com.br/>. Acesso em: 30 mar. 2005.

ANEXOS

ANEXO A - Fascículo Pedagógico ENERGIA & EDUCAÇÃO AMBIENTAL

ANEXO B - Fascículo Pedagógico PROJETO BIODIESEL GUARIBA

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)